



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MIRACEMA – TO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

HÉLIA CHAVES SILVA

**O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DOS ESTUDANTES
ATRAVÉS DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS: AÇÕES, CONQUISTAS E A
CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA E
ENTORNO**

MIRACEMA DO TOCANTINS-TO

2021

HÉLIA CHAVES SILVA

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DOS ESTUDANTES ATRAVÉS
DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS: AÇÕES, CONQUISTAS E A CONTRIBUIÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA E ENTORNO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção de título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Me. Gislene Ferreira Araujo.

MIRACEMA DO TOCANTINS-TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586p Silva, Hélia Chaves.
O Processo de Participação Político-Social dos Estudantes Através dos Grêmios Estudantis: ações, conquistas e a contribuição do Serviço Social no município de Miracema e entorno. / Hélia Chaves Silva. – Miracema, TO, 2021.
174 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2021.
Orientador: Gislene Ferreira Araujo
1. Grêmio Estudantil. 2. Protagonismo. 3. Organização. 4. Participação Político-Social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

HÉLIA CHAVES SILVA

O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DOS ESTUDANTES ATRAVÉS
DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS: AÇÕES, CONQUISTAS E A CONTRIBUIÇÃO DO
SERVIÇO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA E ENTORNO

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção de título de bacharel em Serviço Social e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: _____/_____/_____

Banca Examinadora:

Professora Me. Gislene Ferreira Araujo, Orientadora, (UFT)

Prof^ª. Dr^ª. Célia Maria Grandini Albiero, Avaliadora, (UFT)

Prof^ª. Dr^ª. Eliane Marques Meneses Amicucci, Avaliadora, (UFT)

À minha “maria”, minha mãe, Edina Chaves
que tem sido o meu auxílio, e motivação
durante toda a vida. Te amo mãe.

AGRADECIMENTOS

Durante o caminho trilhado ao longo dos quatro anos e meio de graduação encontrei apoio, amor, incentivo e força de muitas pessoas. Diante disso, não poderia de agradecê-las ao fim desse ciclo.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, minha fortaleza e refúgio que me sustentou até aqui.

Agradeço a minha mãe por todo amor que tem me dado, por segurar minha mão nos momentos mais difíceis, e estar pronta a enxugar minhas lágrimas e oferecer palavras de conforto, agradeço por tudo e pelo cuidado que tens tido para comigo desde sempre.

Agradeço ao meu pai e ao meu irmão que me apoiaram durante esse período, que assim como minha mãe, deixaram suas casas para morarem comigo em Miracema.

Agradeço aos meus tios e tias que me sustentaram em oração.

Agradeço a Izaulina e Isabela pelo acolhimento e carinho. Em Miracema vocês se tornaram a minha família.

Agradeço ao meu querido e amado Marcos Samuel, agradeço por todo amor e companheirismo, pelos momentos de alegria e por me amparar nos momentos de tristeza, te amo.

Agradeço ainda às minhas amigas, Eilany, Juliana, Dhamires e Jayne pelos momentos de alegria e de compartilhamento de conhecimento e de incentivo, guardo vocês em meu coração.

Agradeço também à família IB Memorial, especialmente a Nadja e Assis pelos momentos de escuta e pelas orientações.

Não poderia deixar de agradecer ainda à professora Célia Albiero pelos ensinamentos e pelo carinho que teve comigo. Aqui também agradeço à professora Gislene pela acolhida, incentivo e aceite em dar continuidade à orientação deste trabalho.

Agradeço a todos aqueles e aquelas que contribuíram para que me tornasse o que sou hoje, aos mestres e mestras que compartilharam dos seus ensinamentos desde a educação básica à superior.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objeto a contribuição do Serviço Social via projetos de extensão no processo de organização e participação político-social dos estudantes do ensino médio das escolas de Miracema e entorno através dos Grêmios Estudantis de forma remota emergencial. A relevância social esteve pautada no necessário protagonismo juvenil e o fortalecimento da formação, organização e possibilidades de participação político-social dos Grêmios Estudantis diante das questões sociais. Partindo do seguinte problema: de que maneira o Serviço Social tem contribuído junto aos grêmios estudantis no processo de fortalecimento da organização e participação político-social dos adolescentes em suas respectivas escolas de forma remota emergencial? Teve como objetivo geral compreender e analisar a contribuição do Serviço Social via projetos de extensão GEST e GEST-FM no processo de formação, organização e participação político-social dos Grêmios Estudantis e as ações realizadas por estes, e como objetivos específicos pretendeu-se analisar as características, demandas e propostas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos grêmios nas escolas de Miracema e entorno; conhecer as ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes; refletir sobre a contribuição do Serviço Social via projetos de extensão no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil e analisar como as escolas de Miracema e entorno têm contribuído com os Grêmios Estudantis, no que diz respeito a sua autonomia, desenvolvimento e efetivação do protagonismo juvenil. Diante disso, as questões norteadoras buscaram responder: Quais as propostas sociais e políticas apresentadas pelos grêmios estudantis nas escolas de Miracema e entorno?; Quais as ações desenvolvidas pelos Grêmios Estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos (as) estudantes?; Qual a contribuição do Serviço Social via projetos de extensão no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil dos Grêmios Estudantis das escolas de Miracema e entorno?; Como as escolas de Miracema e entorno têm contribuído com os Grêmios Estudantis, no que diz respeito a sua autonomia, desenvolvimento e efetivação do protagonismo juvenil? Utilizou-se a teoria social crítica de Marx, pautando-se em uma abordagem quali-quantitativa. Empregou-se os tipos de pesquisa bibliográfica e documental a partir do estudo e análise das documentações produzidas por cada grêmio e unidades de ensino. Os resultados demonstraram que tanto as propostas quanto as ações dos Grêmios Estudantis abrangidos pela pesquisa, não possuem caráter político-crítico e de transformação da realidade indo na

contramão do sentido do movimento estudantil. A pesquisa demonstrou também que o Serviço Social através dos Projetos de Extensão GEST e GEST-FM, contribuiu e tem contribuído de forma exclusiva para o fortalecimento do protagonismo, organização e participação político-social dos Grêmios Estudantis.

Palavras-chave: Grêmios Estudantis. Protagonismo. Organização. Participação Político-Social. Serviço Social.

ABSTRACT

The present research had as its object the contribution of Social Service through extension projects in the process of organization and political-social participation of high school students from schools in Miracema and surroundings through the Student Unions in an emergency remote way. Social relevance was based on the necessary youth protagonism and the strengthening of formation, organization and possibilities of political and social participation of Student Unions in the face of social issues. Starting from the following problem: in what way has Social Service contributed to student unions in the process of strengthening the organization and political-social participation of adolescents in their respective schools in an emergency remote way? Its general objective was to understand and analyze the contribution of Social Service via GEST and GEST-FM extension projects in the process of formation, organization and political-social participation of Student Unions and the actions carried out by these, and as specific objectives it was intended to analyze the characteristics, demands and social and political proposals presented and attended by the unions in the schools of Miracema and surroundings; to know the actions developed by the student unions in order to contribute to the improvement of the organization and political-social participation and fulfillment of the demands presented by the students; reflect on the contribution of Social Service via extension projects in strengthening student protagonism, organization and participation and analyze how schools in Miracema and surroundings have contributed to Student Unions, with regard to their autonomy, development and effectiveness of youth protagonism . In view of this, the guiding questions sought to answer: What are the social and political proposals presented by student unions in schools in Miracema and surroundings?; What are the actions developed by Student Unions in order to contribute to the improvement of the organization and political-social participation and meeting the demands presented by the students?; What is the contribution of Social Service via extension projects in strengthening the protagonism, organization and student participation of Student Unions of schools in Miracema and surroundings?; How have schools in Miracema and surroundings contributed to Student Unions, in terms of their autonomy, development and effectiveness of youth protagonism? Marx's critical social theory was used, based on a quali-quantitative approach. The types of bibliographic and documental research were used, based on the study and analysis of the documentation produced by each union and teaching units. The results showed that both the proposals and the actions of the Student Unions covered by the research do not have a political-critical and reality transformation character, going against the direction of the student movement. The research

also showed that the Social Service through the Extension Projects GEST and GEST-FM, contributed and has contributed in an exclusive way to the strengthening of the protagonism, organization and political-social participation of Student Unions.

Keywords: Student Union. Protagonism. Organization. Political-Social Participation. Social Service.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Especificidades históricas e geográficas dos municípios de Miracema do Tocantins, Miranorte, Lajeado do Tocantins e Tocantínia.....	72
Quadro 2 – Servidores das unidades de ensino participantes da pesquisa (2020)	101
Quadro 3 – Servidores das unidades de ensino participantes da pesquisa (2021)	102
Quadro 4 – Divisão de dependências das unidades de ensino: Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência e Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva.....	103
Quadro 5 – Encontros virtuais do Projeto GEST 2020.....	130
Quadro 6 – Encontros virtuais do Projeto GEST-FM 2021.....	133
Quadro 7 – Ações voltadas para o Grêmio Estudantil do CE Nossa Senhora da Providência.....	138

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
AI-5	Ato Institucional Número 5
AP	Associação Popular
ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CE	Colégio Estadual
CEFET	Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
CEM	Centro de Ensino Médio
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMS	Coordenação de Movimentos Sociais
COVID	Corona Vírus Disease
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EAD	Ensino a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação para Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GEST	Grêmios Estudantis: ações para a organização política e iniciação científica
GEST-FM	Grêmios Estudantis- Do Ensino Fundamental ao Médio: capacitando agentes multiplicadores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MEP	Movimento Pela Emancipação do Proletariado
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Pelo Passe Livre
MST	Movimento Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PEE	Plano Estadual de Educação
PEPSS	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa de Alimentação Escolar
PPP	Projeto Político Pedagógico
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação Juventude e Esportes do Tocantins
SESSUNE	Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes
TGE	Tecnologia de Gestão Educacional
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	Tocantins
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNE	União Nacional dos Estudantes

USAID Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	20
2.1 Do surgimento ao Movimento de Reconceituação da profissão	20
2.2 Do Projeto Ético Político de Serviço Social à nuances do conservadorismo	25
2.2.1 O PEPSS e o ensino superior.....	29
2.3 O Serviço Social na Educação	30
2.4 Serviço Social, Movimentos Sociais e Estudantil.....	38
3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO	43
3.1 A formação do movimento estudantil no Brasil	43
3.2 Movimento Estudantil Organizado: UNE e UBES.....	44
3.3 O Movimento Estudantil e a efervescência dos movimentos sociais nas décadas de 1970 a 1980	48
3.4 O movimento estudantil nos anos de 1990 a 2020	54
3.5 O contexto da pandemia da COVID-19 e o ensino remoto emergencial: Alguns impactos sociais, políticos e econômicos	66
3.5.1 O contraste entre EAD e Ensino Remoto	68
4 HISTÓRIA E PARTICULARIDADES DOS MUNICÍPIOS E UNIDADES DE ENSINO DE MIRACEMA DO TOCANTINS E ENTORNO.....	72
4.1 Especificidades históricas e geográficas dos municípios envolvidos na pesquisa	72
4.1.1 Miracema do Tocantins	73
4.1.2 Miranorte	74
4.1.3 Lajeado do Tocantins	75
4.1.4 Tocantínia	76
4.2 História e particularidades das unidades de ensino participantes da pesquisa.....	77
4.2.1 Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula.....	77
4.2.2 Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante.....	84
4.2.3 Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência	91
4.2.4 Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva.....	96
5 SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DOS ESTUDANTES ATRAVÉS DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS	105
5.1 Caminhos Metodológicos	105
5.2 Grêmios Estudantis – Conceito e papel nas unidades escolares.....	107
5.3 Eixo I – Propostas sociais e políticas apresentadas pelos grêmios estudantis das escolas de Miracema e entorno.....	110

5.4 Eixo II – Ações desenvolvidas que garantem a organização, participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes aos grêmios estudantis das escolas de Miracema e entorno.....	120
5.5 Eixo III – Contribuições do Serviço Social via projetos de extensão GEST e GEST-FM no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil dos grêmios estudantis das escolas de Miracema e entorno.....	128
5.5.1 Grêmios Estudantis: ações para a organização e participação política e iniciação científica – GEST	129
5.5.2 Grêmios Estudantis - Do Ensino Fundamental ao Médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM).....	133
5. 6 Eixo IV – Contribuições das escolas de Miracema e entorno no desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos grêmios estudantis.....	135
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS	147
APÊNCICES	165
ANEXOS	172

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como tema “O Serviço Social no processo de organização e participação político-social dos adolescentes através dos grêmios estudantis num período remoto emergencial.”, e como delimitação: O Serviço Social, no processo de organização e participação político-social dos adolescentes através dos grêmios estudantis nos municípios de Miracema, Miranorte, Tocantínia e Lajeado, no período de 2020 a 2021(parcial).

O objeto da pesquisa consistiu na contribuição do Serviço Social via projetos de extensão no processo de organização e participação político-social dos estudantes através dos Grêmios Estudantis de forma remota emergencial.

Portanto, o interesse pelo tema estudado partiu de um conjunto de experiências da pesquisadora provenientes das vivências acadêmicas, sendo estas a ação interventiva realizada no 6º período com o tema “Participação e Controle Social nas Políticas Públicas e Gestão Hospitalar” realizada durante a disciplina de Estágio e Supervisão Acadêmica II que subsidiou a pesquisa realizada no 7º período intitulada como “Participação e Controle Social Frente à Política de Saúde: desafios a sua efetivação” na disciplina de Pesquisa em Serviço Social III; e a participação nos projetos de extensão realizados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPSSFEP): “Grêmios Estudantis: Ações para a organização e participação política e à iniciação científica (GEST)” e “Grêmios Estudantis – Do Ensino Fundamental ao Médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM)” como bolsista mediadora de rodas de conversa que envolveram estudantes de ensino médio e ensino fundamental dos municípios de Miracema, Miranorte, Tocantínia, Lajeado e Rio dos Bois, realizados nos anos de 2020 e 2021 respectivamente.

As duas primeiras experiências aproximaram a pesquisadora da participação e controle social e dos seus mecanismos. As duas últimas proporcionaram a aproximação com a organização máxima dos (as) estudantes secundaristas nas escolas, garantida na Lei nº 7.389/85 conhecida como Lei do Grêmios Livres, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos (as) estudantes de 1º e 2º graus¹ e dá outras providências. A organização de crianças e adolescentes em entidades estudantis representativas também está assegurada no ECA em seu art. 53 inciso IV.

¹ Hoje equivalente ao Ensino Fundamental e Ensino Médio

A participação nos Grêmios Estudantis garante aos (as) estudantes que seus interesses sejam representados e que sua cidadania, segundo fundamento da Constituição Federal de 1988 (CF), seja exercida de forma prática.

Como afirmação da participação democrática e exercício da democracia o Código de Ética da Profissão do Serviço Social de 1993, estabelece nos princípios fundamentais, art. IV a “[...] defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.” (CFESS, 1993, p. 23); e no capítulo IV art. 12 inciso b que “[...] é direito do Assistente Social apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.” (CFESS, 1993, p.34).

Deste modo, a discussão apresentada fez-se necessária tendo em vista que é de grande importância para o aprofundamento e socialização do conhecimento do suposto papel do Serviço Social no fortalecimento da participação político-social dos adolescentes e jovens a partir dos Grêmios Estudantis tendo em vista que a participação, e a organização social são intrínsecos ao Serviço Social, pois a primeira é um pilar da democracia e a segunda é fruto desta.

Além disso, a pesquisa possibilitou a articulação do ensino, pesquisa e extensão, tripé das universidades como está disposto no art. 207 da Constituição Federal de 1988 “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988). Tendo em vista que o ensino em Serviço Social visa formar profissionais a partir dos aportes teóricos-metodológicos, ético-político e técnico-operativos dispostos no Código de Ética da Profissão de 1993 e a pesquisa por sua vez está atrelada ao processo de investigação que se deu através da presente pesquisa, e a extensão por meio da experiência da pesquisadora nos grupos de extensão cujo público-alvo são os Grêmios Estudantis. E por fim faz-se compreender as ações realizadas dentro dessa organização nos municípios abrangidos pela pesquisa.

Diante do exposto, esta pesquisa teve por objetivo geral compreender e analisar a contribuição do Serviço Social via projetos de extensão GEST e GEST-FM no processo de formação, organização e participação político-social dos grêmios estudantis e as ações realizadas por estes.

De forma específica buscou-se: analisar as características, demandas e propostas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos Grêmios Estudantis nas escolas de Miracema e entorno; conhecer as ações desenvolvidas pelos Grêmios Estudantis a fim de contribuir para o

melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos (as) estudantes; refletir sobre a contribuição do Serviço Social via projetos de extensão no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil e analisar como as escolas de Miracema e entorno têm contribuído com os Grêmios Estudantis, no que diz respeito a sua autonomia, desenvolvimento e efetivação do protagonismo juvenil.

Partindo do seguinte problema: de que maneira o Serviço Social tem contribuído junto aos grêmios estudantis no processo de fortalecimento da organização e participação político-social dos adolescentes em suas respectivas escolas de forma remota emergencial?

As questões norteadoras buscaram responder: Quais as propostas sociais e políticas apresentadas pelos Grêmios Estudantis nas escolas de Miracema e entorno?; Quais as ações desenvolvidas pelos Grêmios Estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos (as) estudantes?; Qual a contribuição do Serviço Social via projetos de extensão no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil dos Grêmios Estudantis das escolas de Miracema e entorno?; Como as escolas de Miracema e entorno têm contribuído com os Grêmios Estudantis, no que diz respeito a sua autonomia, desenvolvimento e efetivação do protagonismo juvenil?

Diante do cenário de crise sanitária e da adoção de estratégias remotas emergenciais no ensino, que afeta de forma incisiva os (as) estudantes e conseqüentemente suas formas de organização, tendo em vista que como movimento social, o movimento estudantil tem por base a realidade daqueles que o compõem, isto é, os (as) estudantes, sendo essa realidade afetada torna-se importante entender como o movimento estudantil organizado, com ênfase no movimento estudantil secundarista nas escolas, por meio dos Grêmios Estudantis, tem atuado e quais as suas propostas.

Aponta-se como relevância social o necessário protagonismo juvenil e o fortalecimento da formação, organização e possibilidades de participação político-social dos Grêmios Estudantis diante das expressões da questão social.

A pesquisa ocorreu a partir da utilização da teoria social crítica de Marx e as categorias que a compõe a saber: Totalidade, Mediação e Contradição, com um estudo pautado em uma abordagem quali-quantitativa. Os tipos de pesquisa empregados foram pesquisa e a bibliográfica e documental consistindo no estudo e análise das documentações produzidas por cada grêmio, tais como: atas, relatórios, propostas e estatutos do período de vigência das chapas, além dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e planos de ação de cada unidade de ensino tendo como base as bibliografias que contemplaram o tema, dentre os quais estão:

IAMAMOTO; CARVALHO (2005); ABRAMIDES (2016); PAULO NETTO (2015); POERNER (1979); ALMEIDA Jr. (1982); UBES (2019); BIANCO; ZIEGEMANN (2008); UBES (c2021); BALD (2015).

Deste modo, o presente trabalho estrutura-se em quatro partes: a primeira parte intitulada “Trajetória Histórica do Serviço Social no Brasil”, aborda do surgimento ao movimento de reconceituação da profissão; do Projeto Ético-Político de Serviço Social à nuances do conservadorismo; o PEPSS e o ensino superior; Serviço Social na Educação e por fim o Serviço Social, Movimentos Sociais e Estudantil.

A segunda parte, intitulada “O Movimento Estudantil Brasileiro” aponta a formação do movimento estudantil no Brasil; o movimento estudantil organizado: UNE e UBES; o movimento estudantil e a efervescência dos movimentos sociais nas décadas de 1970 a 1980; o movimento estudantil nos anos de 1990 a 2020; o contexto da pandemia da COVID-19 e o ensino remoto emergencial: alguns impactos sociais, políticos e econômicos; o contraste entre EAD e Ensino Remoto.

A terceira parte aborda sobre a “História e particularidades dos municípios e unidades de ensino de Miracema e entorno” e traz o cenário da pesquisa.

A quarta e última parte intitulada “Serviço Social no Processo de Organização e Participação Político-Social dos Estudantes Através dos Grêmios Estudantis” apresenta os caminhos metodológicos para a efetivação da pesquisa; uma breve explanação sobre Grêmios Estudantis e o seu papel nas unidades escolares. Por último apresenta-se as considerações finais.

2 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Inicialmente, neste capítulo será realizada uma reflexão acerca da história do Brasil, para compreender a trajetória histórica do Serviço Social até a sua reconceituação e os fatores que contribuíram para esse processo, em seguida será abordado sobre o Projeto Ético-Político da categoria, a sua construção e os desafios para a sua efetivação. Aborda-se ainda sobre a inserção do Serviço Social na educação, e as particularidades da sua atuação nessa política e pôr fim a aproximação da profissão com os movimentos sociais e estudantis.

2.1 Do surgimento ao Movimento de Reconceituação da profissão

Com o fim do período imperial, que estabeleceu a monarquia como forma de governo entra em curso no país o processo de estabelecimento do trabalho nos padrões capitalistas, com grande ascensão sobretudo nos principais centros urbanos. A era dos senhores onde se tinha proprietários de riquezas, terras, maquinários e até mesmo de homens, havia acabado e entra em cena a classe capitalista, nova proprietária da força de trabalho, agora transformada em mercadoria (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005), que se tornou objeto de exploração. Em decorrência disso o proletariado começou a se organizar e se contrapor a essa situação de exploração, o que exigiu a intervenção do Estado na mediação das relações entre capital-trabalho, por meio do estabelecimento de dispositivos legais visando a regulamentação das relações de trabalho, esses dispositivos eram as Leis Sociais, nesse momento a questão social torna-se latente, a classe dominante então é forçada a se posicionar (SANTOS et al., 2013).

A partir dos desdobramentos da questão social forma-se a classe operária e essa adentra o cenário político, fazendo com que seja necessário que o Estado a reconheça e que implante políticas que levem em consideração os interesses da nova classe. A implantação das Leis Sociais ocorreu em um período de aprofundamento do capitalismo, marcando a transformação progressiva da questão social como centro das contradições presentes na sociedade e foi nesse contexto que o Serviço Social surgiu, como uma iniciativa de grupos particulares tendo como principal intermediário a igreja católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

Após os movimentos sociais realizados pela classe operária em busca do estabelecimento da cidadania social, a questão social é trazida à tona para toda a sociedade, nesse contexto surgem as protoformas² do Serviço Social, não como profissão reconhecida na

² Período após a Primeira Guerra Mundial em que surgem as primeiras instituições e ações do Serviço Social ligado à igreja Católica (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

divisão social do trabalho, isso ocorreu apenas na década de 1930 a partir do movimento católico leigo, surge um Serviço Social com base na ação social abalizado na doutrina da igreja (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

O Serviço Social nesse período era fundamentado no neotomismo e nas encíclicas que concentravam as doutrinas seguidas e disseminadas pela igreja católica, dessa forma as ações realizadas pelos (a) assistentes sociais desse período eram de cunho moralizador, pois tinham o intuito de adequar as pessoas socialmente de acordo com as doutrinas pregadas (ABRAMIDES, 2016).

Já no ano de 1936 é fundada a primeira Escola de Serviço Social no país, a partir de então o Serviço Social brasileiro passa por uma série de transformações, e na década de 1940 deu-se início ao processo de revisão dentro da profissão, onde ocorre a adesão à metodologia tecnicista norte-americana, do Serviço Social de caso, grupo e comunidade, sob influência da assistente social Mary Richmond (ABRAMIDES, 2016).

O Serviço Social abandona o pensamento conservador europeu pela sociologia conservadora norte-americana (IAMAMOTO, 2004). Nos anos 1950 foi promulgada a primeira lei de regulamentação da profissão (ABRAMIDES, 2016). Nos anos 1960 e 1970 concomitante à ditadura militar o Serviço Social passa pelo período de laicização passando a incorporar:

[...] nos seus quadros segmentos dos setores subalternizados da sociedade. Estabelece interlocução com as Ciências Sociais, se aproxima dos movimentos “de esquerda” e inicia processo de apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx, embora ainda de forma tortuosa. (CRESS, 2014, p. 9).

Nesse momento ocorre o movimento de renovação da profissão. Tal acontecimento se caracterizou tanto pela reatualização do conservadorismo já presente no Serviço Social, como na busca do rompimento com este. Esse movimento foi marcado pelo desenvolvimento de vários projetos profissionais que seguiam vertentes ou tendências diferentes, como a modernizadora, a fenomenológica e a intenção de ruptura, Abramides explica cada uma delas:

a) a modernizadora, alicerçada nos documentos de Araxá e Teresópolis, em que o Serviço Social é concebido como instrumento de intervenção a ser operacionalizado nos marcos de manutenção do capitalismo; b) a reatualização do conservadorismo, cuja concepção se assentava na fenomenologia pela autorrepresentação da profissão, rejeição ao positivismo, presente na tradição modernizadora, e a teoria social de Marx; c) a terceira se expressou no legado marxiano e na tradição marxista por meio do projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo, que conquistou sua hegemonia a partir de 1979. (ABRAMIDES, 2016, p. 460).

O início desse processo de ruptura como afirma Abramides (2016) foi acentuado a partir de 1966, ano em que ocorreu o Movimento de Reconceituação da profissão na América-Latina. Lopes, sobre esse movimento afirma que:

Considerado um marco histórico dessa profissão, esse movimento, [...] foi fundamental na formação da consciência crítica e de uma nova cultura dos profissionais de Serviço Social, em torno de questões cruciais do exercício da profissão nas sociedades dependentes e profundamente desiguais da América Latina. (LOPES, 2016, p. 238).

No Brasil a Reconceituação do Serviço Social aconteceu primeiramente através do método BH³ criado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais desenvolvido entre os anos de 1972 e 1975. O movimento de reconceituação promoveu ainda a aproximação da categoria com os movimentos sociais contra os governos ditatoriais vigentes em todo o continente latino-americano. No Brasil esse movimento de acordo com Abramides (2019, p. 160) “[...] iluminou experiências inovadoras voltadas para os interesses dos setores populares na formação e no exercício profissional”.

O movimento estudantil em Serviço Social também teve papel importante no processo de ruptura com o conservadorismo, este atuou intensamente no pós-golpe, afirmando que a profissão deveria ter como referência a realidade brasileira, se posicionou de forma contrária a reforma do ensino superior que tinha como base o modelo americano estabelecido no acordo MEC-Usaid⁴, na Lei Suplicy de Lacerda⁵ e no Decreto nº 477⁶ (ABRAMIDES, 2016), e durante a década de 1970 ocorreu o surgimento dos cursos de pós-graduação em Serviço Social que se consolidaram na década de 1980 (PAULO NETTO, 2015).

Outro fator importante nesse processo de ruptura foi o “[...] vigoroso movimento sindical dos assistentes sociais, nos marcos de um sindicalismo de lutas que irrompia a conjuntura do país.” (ABRAMIDES, 2016, p. 463). Assim, decorrido da falsificação de índices de custo de vida pelo Ministério da Fazenda da Ditadura Militar, que acarretou o início do

³ Método “[...] que vai pensar a formação no âmbito das relações sociais, a partir do método dialético de interpretação e intervenção profissional na realidade histórica [...]” ABRAMIDES (2019).

⁴ Ministério da Educação e Cultura (MEC) e United States Agency For International Development (USAID).

⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. **LEI Nº 4.464, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964**. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>.

⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, estudantes, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>.

movimento sindical classista, que foi acompanhado por greves operárias no estado de São Paulo, esse movimento sindical ficou conhecido como Novo Sindicalismo. Os demais movimentos sindicalistas aderiram a essa efervescência “[...] retomando os seus sindicatos e associações pré-sindicais”. (ABRAMIDES, 2016, p. 463), incluindo o Serviço Social.

Outros acontecimentos importantes nesse período foram a criação da ABESS⁷ atual ABEPSS⁸, e a formação do conjunto CFAS/CRAS⁹. No ano de 1979 aconteceu um dos eventos que se tornou um marco na história do Serviço Social brasileiro, o conhecido Congresso da Virada, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) em pleno período de redemocratização do Estado e foi a partir desse acontecimento que houve a gênese do Projeto Ético Político do Serviço Social (AVILLA, 2017).

Nos anos 1980 o país vivia o crescimento dos movimentos sociais em busca da democracia e dos direitos humanos, o Serviço Social fazia-se presente nesses movimentos, e com a ruptura com o conservadorismo através do Movimento de Renovação da profissão, o debate sobre a ética tem seu início no interior da categoria, com o intuito de romper com a neutralidade e o tradicionalismo filosófico bases das protoformas da profissão (CARDOSO, 2016), passando a ter “[...] uma interlocução real com a tradição marxista.” (BRAVO; MATOS, 2009, p. 8).

Com isso, é elaborado o currículo mínimo que segundo Iamamoto (2014, p. 614): “[...] expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao Social Work, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade.”

Esse currículo transforma a expressão de resistência da categoria em um instrumento legal, o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS), que nesse período avança. Paulo Netto sobre tal projeto explica que este:

[...] se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (PAULO NETTO, 2006, p. 16).

⁷ Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social.

⁸ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁹ Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) hoje denominados como Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

E segundo Abramides (2016) o PEPSS é resultado da luta histórica da categoria em busca da hegemonia e contrária ao liberalismo. Conclui-se portanto que a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social bússola da atuação dos (as) assistentes sociais pressupôs uma série de acontecimentos importantes dentro da categoria, como destacado anteriormente, o primeiro deles foi de renovação da profissão composto por três grandes tendências heterogêneas: modernizadora, baseada nos documentos de Araxá e Teresópolis, reatualização do conservadorismo e a de intensão de ruptura, esta última foi enfatizada no ano de 1965 e impulsionou o Movimento de Reconceituação na América Latina ocorrido no mesmo ano, que ficou caracterizado como a primeira aproximação da profissão com a tradição marxista (ABRAMIDES, 2016). A partir desse movimento o Serviço Social tradicional que tinha sua atuação pautada na “[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa [...]” (PAULO NETTO, 2005, p. 6) passou a ser reavaliado, e um novo projeto de formação profissional a ser pensado.

Deste modo, na década de 1990 o Serviço Social agrega às pautas de suas instâncias o debate sobre a instrumentalidade, esse conceito já vinha sendo abordado desde 1980, mas na década seguinte é que foi adensado. É nesse contexto também que o Código de Ética Profissional de 1993 é elaborado e passa a valer, juntamente com a Nova Lei de Regulamentação 8662/1993 e das Diretrizes Curriculares de 1996 (ABRAMIDES, 2016). Durante esses marcos históricos que o projeto da profissão se expressa de maneira mais contundente.

Nessa década o Serviço Social amplia seu campo de atuação, estendendo-o ao terceiro setor¹⁰, Conselhos de Direitos¹¹, passa a ocupar funções de assessoria e assume lugar na execução das políticas sociais (CRESS 25ª Região, 2014) e adentra no espaço da educação.

Nessa perspectiva no próximo subitem trataremos com mais especificidade do Projeto Ético Político e os impasses para a sua efetivação.

¹⁰ O termo “Terceiro Setor”, de origem norte-americana, surge como conceito consolidado nos Estados Unidos em 1978, tendo como idealizador John D. Rockefeller III. No Brasil, o termo surge através da Fundação Roberto Marinho, sendo apresentado ao mundo por meio de empresas e intelectuais ligados à burguesia [...] O terceiro setor é um fenômeno que envolve um número significativo de organizações e instituições, tais como organizações não-governamentais, organizações “sem fins lucrativos”, instituições filantrópicas, associações, empresas ditas “cidadãs”, entre outras, e ainda, sujeitos individuais, sejam eles voluntários ou não. (SILVA, 2011, p. 2-3).

¹¹ Órgãos que permitem a participação popular na gestão pública, estes são assegurados na Constituição Federal de 1988, o intuito dos conselhos de direitos é o do exercício do controle social da população nas decisões e controle das ações do Estado no que diz respeito às políticas públicas.

2.2 Do Projeto Ético Político de Serviço Social à nuances do conservadorismo

É no Projeto Ético-Político que está contida a direção social seguida pela categoria (TEIXEIRA; BRAZ, 2009), e ele está baseado no pensamento marxista, com posição contrária ao neoliberalismo tendo por função nortear a formação e o exercício profissional para que se preserve, consolide e se amplie dos direitos sociais dos trabalhadores.

De acordo com Paulo Netto (2015) a expressão Projeto Ético-Político surgiu no IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido no ano de 1998 na cidade de Goiânia-GO, e consolidou-se a partir do ano 2000, e não se trata de um documento físico, mas sim de uma programática profissional como define o autor, dessa forma o PEPSS expressa a mediação que se dá entre os projetos societários e profissionais existentes em nosso país.

Paulo Netto em “O Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social brasileiro” esclarece que o projeto profissional,

[...] apresenta a auto-imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas. (PAULO NETTO, 2015, p. 236).

Desta forma, o projeto profissional é a direção a ser seguida pelos (as) profissionais da categoria que ele representa, ele que vai servir como base para o exercício profissional, balizando as relações existentes no contexto sócio-ocupacional em que o (a) assistente social permeia.

Além disso, os projetos profissionais existem paralelamente a projetos societários que possuem grande abrangência e visam a manutenção e/ou mudança das estruturas sociais. Dessa forma, os projetos societários estão presentes nos projetos profissionais, isto é, eles se correlacionam mesmo sendo as vezes incompatíveis, como é o caso do Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social que se opõe ao projeto neoliberal presente na sociedade capitalista, lutando por um novo projeto societário (PAULO NETTO, 2015).

Dentro das próprias categorias profissionais podem existir projetos profissionais divergentes, Paulo Netto (2015) explicita que o vigente Projeto Ético-Político do Serviço Social é hegemônico, mas que isso não significa que a ele não exista oposição ou outros projetos em disputa, mas que há um consenso profissional majoritário a seu favor, e que isso se deve a sua dimensão ético-política, que é central, mas que não é reduzida a apenas isto. Também fazem parte do projeto profissional as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa e ainda o

seu objeto de intervenção, mas o que articula esses elementos de acordo com Paulo Netto (2015, p. 237) “[...] é a dimensão ético-política de que o projeto é portador”.

Diante disso, o que materializa o Projeto Ético-Político do Serviço Social são o Código de Ética de 1993; a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993; as Diretrizes Curriculares da Profissão; a Política de Estágio Supervisionado de 2010, lei que regulamente a carga horária de trabalho da profissão a Lei das 30 horas nº 12.317/2010, a articulação dos três primeiros de acordo com Paulo Netto (2015, p. 236) “[...] assenta o projeto ético-político profissional.”

E é nos princípios fundamentais presentes no código que está o sentido social do Código e o núcleo ético-político do Serviço Social Brasileiro (PAULO NETTO, 2015).

Tendo em vista que o Código de Ética é fundante para a profissão pois, a dimensão ético-política é central no Projeto Ético-Político como destacado acima, este se diferencia dos códigos das demais profissões, por dois traços de acordo com Paulo Netto:

1. ele não tem duas faces, uma interna, centrada em determinações corporativas, e outra externa, voltada para a interação com o público, as outras profissões, a sociedade, enfim; e isto porque
2. ele vincula a dimensão ética do exercício profissional na intercorrência da afirmação dos direitos/deveres do Assistente Social com o compromisso de prestações de qualidade aos usuários e do relacionamento com as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais. (PAULO NETTO, 2015, p. 238).

Além disso, o Código de Ética Profissional de 1993 possui duas particularidades ante aos demais códigos que o antecederam: a primeira é que ele é resultado de um debate que englobou assistentes sociais de todos os estados brasileiros, o que se deu graças à atuação e engajamento do conjunto CFESS-CRESS, que conduziu a produção respeitando a Constituição Federal de 1988, a segunda particularidade é que o código foi elaborado concomitantemente ao debate da Lei de Regulamentação da Profissão o que proporcionou a coerência entre os dois instrumentos normativos (PAULO NETTO, 2015).

Assim sendo, mesmo com a hegemonia do projeto profissional, esse enfrenta desafios para se concretizar, tendo em vista que para que ele seja posto em prática é necessário que os (as) profissionais tenham uma boa formação no sentido de formar profissionais com capacidade crítica perante o projeto societário vigente, que não reproduzam os interesses do capital, que sejam propositivos e reflexivos em suas ações levando em conta a realidade social e as

expressões da questão social que permeiam a realidade, se posicionando desta forma, contra o pragmatismo¹² profissional.

O aumento dos cursos privados e a distância (EAD) marca do projeto neoliberal que visa a mercantilização de todos os âmbitos da sociedade sobretudo a educação, com isso várias categorias inclusive a do Serviço Social tem visto o seu número de profissionais crescendo, e a qualidade da formação diminuída, e isso como bem coloca Paulo Netto (2015) afeta de forma negativa o Projeto Ético-Político da categoria.

Outro desafio à efetividade do projeto é o cariz assistencialista das políticas sociais brasileiras, estas aliviam de forma temporária as expressões da questão social, ou seja, elas não são efetivas (PAULO NETTO, 2015) pois, estão pautadas na lógica neoliberal que as concretiza por vieses imediatistas, técnico, mercantilistas pautados no assistencialismo e sob a tendência da privatização e que não leva em conta as expressões da questão social que permeiam a totalidade/realidade social tornando as políticas sociais superficiais e aliviadoras das mazelas sociais.

Paulo Netto (2015, p. 241) apresenta também como desafio as “[...] condições concretas do exercício profissional [...]” mais especificamente as configurações do mercado de trabalho dos profissionais do Serviço Social, o autor explicita que há mercado de trabalho para esses profissionais, mas que no último decênio está havendo uma expressiva precarização das relações de trabalho que somada aos baixos salários resulta na “[...] insegurança nos vínculos laborais [...]” (PAULO NETTO, 2015, p. 241). Todos esses desafios comprometem a plena execução do Projeto Ético-Político profissional, e que torna clara e intensa a luta existente dentro da categoria desde a sua renovação à luta contra o neoconservadorismo, decorrente do conservadorismo, que de acordo com Iamamoto (2004) tem como fonte o modo de vida do

¹² “[...] o pragmatismo constitui-se em um tipo de pensamento que sustenta a práxis cotidiana, já que incorpora uma determinada racionalidade que consiste no modo de pensar a realidade na sua imediaticidade e de agir sobre ela. Disso resulta uma determinada forma de conceber a relação teoria e prática, influenciando a apropriação que os assistentes sociais fazem das teorias sociais, em especial, do marxismo, muitas vezes se confundindo com ele. Uma análise da trajetória da profissão e sua relação com as "teorias" permite afirmar que, no Serviço Social, o pragmatismo converte-se numa tendência, cuja orientação teórica é mais comum do que podemos supor, incidindo tanto sobre os profissionais que se localizam na academia como nos que se inserem na execução/planejamento/avaliação das políticas sociais. Constatamos que o pragmatismo é responsável pelo profundo empirismo de que a profissão se nutre e por uma determinada maneira de conceber a relação teoria e prática. Nesta abordagem, assim como no Serviço Social, há uma supervalorização da prática, identificada como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros se bem-sucedidos e se servirem à solução imediata de problemas. O pragmatismo é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas.” (GUERRA, 2013, p. 42).

passado, utilizando-se dele para interpretar o presente e adequá-lo à sociedade capitalista, por meio de ações e projetos que proporcionem a manutenção do capital.

Iamamoto nos apresenta ainda algumas características do pensamento conservador, são elas:

[...] vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente. O passado é experimentado como virtualmente presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tidos como fonte das relações interpessoais, da sociabilidade e da moralidade. Os elementos sagrados, irracionais, não utilitários da existência, são valorizados, em contraposição ao primado da razão. Tradição e costumes legitimam a autoridade. O conservador pensa à base do “nós”; o indivíduo não é uma partícula isolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. Reage a toda igualdade externa, que desconheça as particularidades individuais. Radicaliza-se a individualidade; os homens são seres essencialmente desiguais porquanto particulares. A liberdade é subjetivada: consiste na habilidade de cada indivíduo em desenvolver-se de acordo com as possibilidades e limitações de sua personalidade, com o núcleo de seu ser. O ser mais profundo do homem é sua individualidade e sua essência moral. Assim a liberdade é levada, restritivamente, à esfera privada e subjetiva da vida, enquanto as relações “externas” e sociais devem ser subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina. (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

Essas características eram presentes na atuação do Serviço Social, quando este era ligado à ação social e à ação católica. O individualismo, a doutrina, a moral e os bons costumes e a adequação dos indivíduos à sociedade eram norteadores da atuação dos (as) assistentes sociais, o que deixa claro que “[...] o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”. (IAMAMOTO, 2004, p. 21). Com o passar dos tempos e com os movimentos ocorridos no seio da categoria supracitados no eixo anterior, o Serviço Social deixou a atuação pautada nesses princípios para transformar-se em executor das políticas sociais do Estado através da criação de instituições socioassistenciais a partir de 1940, instituindo-se como profissão. (IAMAMOTO, 2004).

A herança conservadora, no entanto, é retomada na década de 1960, especificamente no pós-golpe, ocorrido em 1964, ainda conforme Iamamoto,

Essa atualização se manifesta em mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional, diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivada pelo Estado e pelo grande capital, para atender às exigências da política de desenvolvimento com segurança. (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

Traços questionados a partir do Movimento de Reconceituação, o que não significa que tenham sido superados por completo até os dias de hoje, temos que ter em mente que o que

ocorreu foi uma intenção de ruptura e não a superação completa dela, os desafios apresentados por Paulo Netto (2015) são exemplos de como a perspectiva tradicional e conservadora está presente na categoria e se torna uma ameaça ainda mais latente com o crescimento sobretudo dos cursos à distância, e privados.

Em vista do abordado sobre os entraves à efetividade do Projeto Ético-político o subitem em sequência dará continuidade a essa abordagem tratando dos impactos sofridos por esse no âmbito do ensino superior frente a política de educação neoliberal.

2.2.1 O PEPSS e o ensino superior

O crescimento dos cursos à distância com destaque para os privados deu-se em decorrência do desenvolvimento do capitalismo que tornou a expansão do acesso à educação que possui relação de dependência para com os modelos de educação e universidades europeias “[...] uma exigência do próprio capital, seja de qualificação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma “política inclusiva.” (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 33).

Esse processo de expansão ocorreu por meio de dois elementos ainda de acordo com as autoras citadas anteriormente: o primeiro foi o crescimento acelerado do setor privado e a segundo pela privatização no interior das instituições de ensino superior públicas, preferencialmente as não universitárias, pois não estão pautadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, primando ainda por cursos de curta duração e os à distância, priorizando o aligeiramento da formação profissional (LIMA; PEREIRA, 2009).

Diante disso, o que se observa é que a privatização se torna a saída para a transferência de responsabilidade do Estado para com a oferta de ensino, o que não leva em conta as perdas sofridas para estudantes e professores, a privatização interna visa o incentivo ao ingresso no ensino superior por meio de bolsas para instituições privadas, redução de investimentos instituições de ensino público, parcerias público-privada

Não se quer aqui afirmar que todos os (as) profissionais formados de forma presencial são contrários à herança conservadora e aos traços que a compõem, mas que uma formação não comprometida com a qualidade formativa compromete a luta contra tal movimento e a execução do Projeto Ético-Político.

Todo esse processo evidencia qual o projeto reservado às universidades de acordo com os moldes neoliberais, Lima e Pereira apresentam quais os três núcleos básicos desse projeto:

(i) em relação ao projeto político-pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a “escolões de terceiro grau” através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; (ii) em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES privadas e; (iii) em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento. (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 36).

Como o Serviço Social situa-se no âmbito das ciências sociais aplicadas, é atingido de forma direta e isso pode ser observado a partir dos dados do MEC/INEP¹³ obtidos por meio do ENADE¹⁴ 2018¹⁵, onde é apresentado que dos 330 cursos de Serviço Social participantes, 67 são oferecidos por IES públicas e 236 por IES privadas, quanto a modalidade de ensino, 306 são presenciais e 24 são à distância, e ainda que, dos 330 cursos, 146 são oferecidos por Universidades, 68 por Centros Universitários, 115 por Faculdades e 1 por CEFET/IFET¹⁶. Observa-se que o número de IES privadas é maior que as públicas e que a soma dos cursos ofertados pelos centros universitários, faculdades e CFET/IFET que não tem a obrigação de oferecerem ensino, pesquisa e extensão é também maior que o número de cursos ofertados por universidades, o que foge do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão 8º princípio das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Dessa forma, a qualidade da formação é atingida de forma negativa o que consecutivamente afeta o exercício profissional, a execução do Projeto Ético-Político e a luta contra o conservadorismo presente na lógica mercantilista e nos projetos neoliberais que tem a educação como um de seus alvos principais.

Diante do exposto, o próximo assunto a ser discutido encontra-se situado ainda no âmbito na educação, mais especificamente sobre a inserção do Serviço Social nesta, abordando a gênese e as conquistas contemporâneas.

2.3 O Serviço Social na Educação

O Serviço Social na educação é uma conquista antiga datada nos primórdios da profissão no Brasil, concomitante à fundação da primeira Escola de Serviço Social em 1936, sua

¹³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

¹⁴ Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

¹⁵ Dados presentes no Relatório de Síntese de Área Serviço Social (ENADE/2018) disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/relatorio_sintese/2018/Servico_Social.pdf. Acessado em 09 de agosto de 2021.

¹⁶ Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).

formação de inspiração católica, com a missão baseada nas encíclicas fazia com que a maior se não, a totalidade das ações realizadas pelas assistentes sociais serem direcionadas ao melhoramento dos costumes e entre as funções delegadas estavam a da educação para com as famílias operárias (CASTRO, 2000).

O caráter de melhora dos costumes foi substituído pela ajuste das anormalidades sociais pelo Serviço Social educacional que tem como registro mais antigo a implantação do Serviço Social como assistência escolar na então Secretaria de Educação e Cultura do estado do Rio Grande do Sul, em 1946 pelo Decreto nº 1.934 (AMARO, 2011 apud DENTZ; SILVA, 2015).

As ações de cunho conservador do Serviço Social na educação são abandonadas a partir do Movimento de Reconceituação da profissão. Apesar da atuação dos profissionais de Serviço Social na educação ser datada da sua gênese no Brasil, apenas na década de 1990 com a conquista das políticas sociais é que o espaço da profissão foi ampliado como afirma Rossa:

A presença do/a Assistente Social na área da educação é anterior a década de 1930, originando-se nos processos sócio-históricos que construíram a profissão Serviço Social. Mas foi a partir da década de 1990 que se realizou o adensamento da discussão sobre as políticas sociais com um lócus de trabalho específico do Serviço Social. A partir daí, o amadurecimento do projeto ético político profissional foi fundamental para o crescimento do espaço do Serviço Social na Educação frente a essa nova realidade, é que a requisição desse profissional obteve uma considerável demanda. (ROSSA, 2011, p. 14).

A partir da aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996 que realizou uma mudança no debate da formação profissional da categoria, e com a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) 9394/1996 a educação universitária e a educação brasileira em geral passaram a ser temas de debate no Serviço Social, pois estas adquiriram um novo significado para a profissão (ALMEIDA, 2000), e como isso se deu pode ser analisado a partir de dois eixos segundo Almeida:

A posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto da adaptação do Brasil à dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissional. (ALMEIDA, 2000, p. 20).

A educação passou a ser campo estratégico para o Estado no que diz respeito a globalização pelo fato desta constituir-se de acordo com ideário neoliberal um campo que poderia ser desenvolvido na perspectiva do mercado, buscando expandi-lo na direção das necessidades do capital. O Estado passou a oferecer a educação nessa perspectiva, e a partir disso as demandas passaram a exigir profissionais para além dos pedagogos então o Assistente

Social passou a ser requisitado para lidar com as expressões e manifestações da questão social ali presentes e dessa forma a educação, tornou-se campo de intervenção do Serviço Social.

Almeida ainda afirma que:

É a partir da ampliação do conceito de educação e das possibilidades de desenvolvimento de programas e ações educacionais, estes combinados às mudanças societárias que apontam para a necessidade de ampliação temática da educação escolarizada, que se descortinam novas demandas e espaços de trabalho para os assistentes sociais. (ALMEIDA, 2000, p. 22-23).

Apesar desse debate a ampliação do conceito de educação, a inserção do Serviço Social na Política de Educação exige que o profissional dessa categoria interfira de maneira qualificada buscando realizar uma construção de caráter coletivo (GOMES; VILAR; BRESSAN, 2001) consolidada nos princípios do Código de Ética da Profissão de 1993.

Sabe-se que a Educação é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, e em outros aportes legais, estes serão apresentados a seguir: o primeiro aporte que apresenta a educação como direito é a já citada Constituição, a mesma apresenta essa afirmação no art. 205 que diz o seguinte: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A educação dessa forma deve ser assegurada a todos sem distinção visto que é um direito, essa garantia deve ser realizada pela tríade: Estado, família e sociedade, ou seja, é um compromisso mútuo, pois é a partir da educação que se pode obter indivíduos pensantes, críticos e qualificados e dessa forma contribuir para a melhoria da sociedade. Esse dever do Estado e da família para com a garantia da educação também é descrito na lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB): “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

A partir disso, entende-se que a educação não pode ocorrer de à liberdade dos sujeitos e como citado da solidariedade humana, pois é a partir da junção desses dois princípios que a educação pode acontecer de forma plena, do contrário esta seria apenas transferência de conhecimento, o que não se constitui como educação de acordo com Freire (2002, p. 21) “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) o direito à educação também é referenciado:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais (BRASIL, 1990).

A partir do direito à educação as crianças e adolescentes além de adquirirem uma qualificação para o futuro profissional, podem exercer a participação e o controle social ao ter a possibilidade de interferir nas formas de avaliação utilizadas nos estabelecimentos de educação visando a melhor forma de ensino e aprendizado. E ainda, de poderem se organizar coletivamente e assim lutar e apresentar suas pautas e demandas, além disso, fica assegurada aos seus responsáveis a participação nas etapas dos seus estudos de forma a entender e contribuir para a melhoria deste. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é outro aporte mesmo não sendo lei serve de orientação para a elaboração destas pelos Estados, afirma sobre o direito a educação:

Art. 26. Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito (ONU, 1948).

Além de elucidar que o acesso à educação é um direito humano, a DUDH esclarece ainda sobre o acesso à educação superior que assim como a educação básica deve ser acessível a todas as pessoas sem distinção e de acordo com competência de quem deseja adentrá-lo.

Deste modo, o (a) assistente social na educação contribui para a garantia desse direito apontado nos aportes apresentados, realizando isso através:

[...] da combinação dos aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-instrumental e as condições objetivas em que se realiza a atuação profissional que resultam as particularidades das experiências profissionais. No âmbito da Política de Educação, o conjunto das competências específicas dos/as assistentes sociais se expressam em ações que devem articular as diversas dimensões da atuação profissional. (CFESS, 2014, p. 50).

Para que isso ocorra é preciso que o profissional tenha a capacidade de realizar a articulação desses aportes e o discernimento das atribuições que permeiam o âmbito da

educação que terão seu fim, isto é, sua expressão concreta nas ações a serem desenvolvidas que estarão interligadas às dimensões que perpassam o trabalho do (a) assistente social na política de educação, uma dessas dimensões é a seguinte:

A dimensão do trabalho profissional relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento à participação dos estudantes, famílias, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras da educação nas conferências e conselhos desta política e de outras adquire uma particularidade diante da predominante estruturação verticalizada e muito pouco democrática destes espaços na Política de Educação. Neste sentido, a atuação profissional deve também estar voltada para os processos de discussão e modificação das formas de composição e funcionamento destas instâncias. Além de reconhecer e tecer aproximações com os demais conselhos existentes na Política de Educação, e que são fundamentais para a democratização dos processos de gestão desta política. (CFESS, 2014, p. 53).

O (a) assistente social inserido no âmbito da educação corrobora para a inserção e incentivo da participação e controle social tanto dos (as) estudantes, quanto do corpo docente, gestão e da família, buscando fazer com que estes exerçam nessa instituição a democracia que é de fundamental importância para o exercício da gestão democrática.

A atuação profissional do (a) assistente social nesse espaço sócio-ocupacional tem como particularidades “[...] a garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação”. (CFESS, 2014, p. 37).

Desta forma, as suas ações vão ser realizadas como destacado anteriormente, buscando a articulação das dimensões que perpassam esse meio, efetivando-as de forma a evidenciar as particularidades e possibilidades de atuação na educação, como aponta Gomes, Vilar, Bressan:

[...] o Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. (GOMES; VILAR; BRESSAN, 2001, p. 12).

O (a) assistente social vai então detectar os fatores que afetam o meio educacional de forma negativa e incidem nas problemáticas enfrentadas pelos (as) estudantes para que dessa forma a indicação dessas alternativas seja realizada, contudo por serem complexos exigem além da atuação do (a) assistente social, a de outros profissionais e até mesmo da família como afirma Gomes, Vilar, Bressan:

[...] evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes

profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais [...]. (GOMES; VILAR; BRESSAN, 2001, p. 12).

Além dessa intervenção conjunta o (a) assistente social pode acionar a rede socioassistencial por meio de encaminhamentos de acordo com as necessidades dos (as) estudantes, principalmente aqueles (as) que fazem parte da rede pública para que tenham o direito de educação efetivado.

Portanto, fica nítida a importância da atuação do profissional na educação, pois contribui “[...] com a melhoria das condições da constituição do Direito à Educação Pública, atuando principalmente no processo de inclusão social de crianças e adolescentes em idade escolar”. (GOMES; VILAR; BRESSAN, 2001, p. 12).

Mas, para que isso possa ocorrer o profissional deve realizar atividades técnicas profissionais as quais estão elencadas no Parecer Jurídico 23/2000 que trata da “Implantação do Serviço Social nas Escolas da rede pública de Ensino Fundamental e Ensino Médio”:

Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; Elaboração e execução de programa de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para entendimento de suas necessidades; Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca de realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-los e encaminhá-lo adequadamente; Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais; Empreender e executar as demais atividades pertinentes aos Serviço Social, previstas pelos artigos 4º. E 5º, da Lei 8662/93 [...]. (GOMES; VILAR; BRESSAN, 2001, p. 29).

Sendo assim, a atribuição do (a) assistente social dentro das instituições de ensino básico é essencial para que os direitos dos (as) estudantes sejam efetivados, e para a qualificação do ensino no sentido de que quando se atua na identificação e atendimento das demandas resultantes das expressões da questão social que perpassam o cotidiano dos (as) estudantes e impedem seu bom desempenho escolar, o processo de ensino e aprendizado é melhorado.

Tendo em vista que o resultado desse processo não se limita ao ambiente escolar o que faz ser necessário uma intervenção para além dos muros das unidades de ensino para assim alcançar êxito no contexto escolar e conseqüentemente no contexto social e familiar.

Uma das últimas conquistas que destacam a importância do (a) assistente social na educação foi a promulgação da Lei nº 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Essa conquista foi

resultado de uma luta de muitos anos travada pelo Serviço Social e a Psicologia, luta válida e com o resultado desejado e positivo tanto para a rede de ensino quanto para os profissionais de ambas as categorias.

Com a finalidade de apresentar orientações para a regulamentação da Lei nº 13.935/2019 as entidades representativas do Serviço Social e Psicologia apresentaram a sistematização do manual “Psicólogas (os) e Assistente Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019”.

O manual apresenta as orientações e subsídios para a regulamentação da lei 13.935/2019 a saber: o relatório das ações estratégicas realizadas pela coordenação nacional e no âmbito federal; uma linha do tempo das reuniões, audiências, oficinas de discussão para a regulamentação da lei e articulação com movimentos sociais, bem como as ações a serem desenvolvidas pela Coordenação Nacional e pelas regionais.

O manual apresenta ainda a Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal/88 que revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e dá outras providências. Essa normatização vem garantindo o financiamento e implementação da Lei nº 13.935/2019 especificamente no Artigo 26, Inciso II.

Este manual apresenta os subsídios necessários para a regulamentação da Lei 13.935/2019 exibindo os marcos legais que regulam e legitimam cada profissão apresentando as atribuições do Psicólogo escolar e educacional e as atribuições da (o) assistente social nas redes públicas de educação; o processo seletivo e editais para a contratação de psicólogos e assistentes sociais e as condições de trabalho destes. Por fim o manual traz o modelo do projeto de lei que regulamenta a Lei 13.935/2019 nas Secretarias de Educação de estados, distrito federal e municípios e o modelo de ofício atualizado.

A aprovação da Lei é considerada um avanço, fruto das lutas das categorias profissionais de Serviço Social e Psicologia após duas décadas, esse avanço, no entanto tem sido colocado em risco por três projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tem a finalidade de alterar os dispositivos da Lei nº 14.113/2020 que regulamenta o Fundeb e que garante a implementação da Lei nº 13.935/2019, são eles: o PL 3339/2021¹⁷ de autoria do Deputado

¹⁷BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3339/2021**. Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras

Gastão Vieira (PROS/MA); o PL 3418/2021¹⁸ de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e o PL 2751/2021¹⁹ de autoria do Senador Luís Carlos Heinze (PP/RS) (CFESS, 2021, *online*). O

CFESS em seu *site* explicou quais ameaças apresentam esses projetos de lei:

Entre as ameaças impostas por tais propostas legislativas está o risco de demasiada restrição ao que consta a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como se a (o) gestora (o) tivesse que escolher entre cumprir a LDB ou a Lei do Fundeb, impactando severamente as ações de educação nos estados e municípios. Além disso, desconsiderar o processo histórico em torno da Lei nº 13.935/2019 não é apenas desrespeitoso com os esforços de décadas das categorias profissionais envolvidas, mas, sobretudo, uma afronta à qualificação tão necessária da rede pública de ensino básico. (CFESS, 2021, *online*).

E com o intuito de alertar sobre tais projetos de lei e apresentar a importância do papel dos profissionais do Serviço Social e da Psicologia o CFESS e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgaram também em seus *sites* 10 razões para a presença da Psicologia e do Serviço Social nas escolas, as razões apresentadas são:

1. A Psicologia e o Serviço Social são profissões que apresentam significativa contribuição para o campo da Educação na medida em que possuem atuação sólida – seja ao desenvolvimento à criatividade e às relações interpessoais (entre tantas outras), seja no campo da proteção social e da participação familiar e comunitária – impactando diretamente nos processos de ensino-aprendizagem.
2. Especialmente diante do cenário de crise sanitária imposto pela pandemia da Covid-19, psicólogas(os) e assistentes sociais têm sido ainda mais demandadas(os), seja, principalmente, exigindo cuidados adicionais na manutenção da saúde mental de estudantes, docentes e demais profissionais no âmbito escolar, como na articulação com a rede de serviços de proteção social nos territórios.
3. A educação básica de qualidade é um direito de crianças e adolescentes, e a Psicologia e o Serviço Social – que dispõem de conhecimentos para atuar nas relações escolares, familiares e comunitárias – podem colaborar sobremaneira para seu aperfeiçoamento.
4. A Educação, enquanto direito, precisa ter um financiamento sólido garantido pelo Estado, capaz de atender as necessidades das(os) estudantes e da comunidade escolar – o que significa também a garantia de manutenção de uma equipe multiprofissional que inclua psicólogas(os) e assistentes sociais.
5. A Psicologia e o Serviço Social na escola contribuem para a elaboração de estratégias que garantam aprendizagem de qualidade para todas(os) as(os) estudantes, em uma perspectiva plural e inclusiva, considerando suas diferenças, desigualdades e dificuldades.

providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2300570>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

¹⁸ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3418/2021**. Dispõe sobre a atualização da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2301371>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

¹⁹ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2751, de 2021**. Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/149320>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

6. Psicólogas(os) e assistentes sociais podem atuar no apoio à formação continuada de professoras(es), pedagogas(os), diretoras(es) e demais profissionais da educação em serviço, discutindo questões afetas ao cotidiano escolar e dos territórios do entorno das escolas, favorecendo a autonomia docente na solução dos problemas cotidianos da escola.

7. A presença de psicólogas(os) e assistentes sociais nas escolas pode contribuir significativamente com a efetivação de direitos e políticas públicas tão essenciais às crianças em idade escolar, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Juventude e o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

8. A atuação das equipes multidisciplinares, em que se insere o trabalho de psicólogas(os) e assistentes sociais, está contemplada na Lei 13.935/2019 na perspectiva da inclusão e efetiva permanência das(os) estudantes nos sistemas públicos de educação, assim como para a superação das desigualdades educacionais.

9. As(os) profissionais da Psicologia e do Serviço Social podem contribuir com os todos os agentes responsáveis pelo cuidado e a proteção integral elencados na Constituição Federal, com os conhecimentos específicos acumulados por estas profissões, de modo a garantir o pleno desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes, conforme art. 53 do ECA.

10. Desconsiderar o processo histórico em torno da Lei nº 13.935/2019 não é apenas desrespeitoso com os esforços de décadas das categorias profissionais envolvidas, mas, sobretudo, uma afronta à qualificação tão necessária da rede pública de educação básica. (CFESS, 2021, *online*; CFP, 2021, *online*.)

Tais motivos deixam ainda mais explícita a importância da atuação dos profissionais dessas duas categorias no processo de formação e ensino-aprendizagem dos (as) estudantes da educação básica. Diante do exposto, o próximo subitem tratará da aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais e estudantis, as particularidades e contribuições.

2.4 Serviço Social, Movimentos Sociais e Estudantil

A participação do Serviço Social nos movimentos estudantis constitui-se como uma competência profissional como está descrito na Lei de Regulamentação da profissão a lei de nº 8662/93 art. 4 incisos VIII e IX que dizem o seguinte:

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. (BRASIL, 1993)

O Código de Ética da Profissão de 1993, também deixa claro a importância do Serviço Social nos movimentos sociais em seus princípios fundamentais, art. IV, “[...] defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS, 1993, p. 23) ; e no capítulo IV, art. 12, inciso é direito do Assistente Social “[...] apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares

vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.” (CFESS, 1993, p. 34).

Diante disso, a atuação do Serviço Social nos movimentos sociais assume algumas particularidades como elenca CFESS:

[...] o trabalho profissional junto aos movimentos sociais assume algumas particularidades, podendo ser resumidas no que consideramos três tendências: • O trabalho profissional realizado nas instituições de organização autônoma dos/as trabalhadores/as, ao que se destaca o movimento sindical. Aqui compreendemos os movimentos sociais na condição de espaço sócio-ocupacional e a atuação profissional enquanto circunscrita a relações de assalariamento e a um processo de trabalho específico. • A assessoria/consultoria junto a organizações da classe trabalhadora, com expressiva presença da extensão universitária em movimentos sociais urbanos, rurais, e de saúde. • O trabalho desenvolvido pelo/a Assistente Social junto às organizações e movimentos sociais a partir de outras instituições. Neste caso, compreendemos esta atuação como transversal aos diversos espaços sócio-ocupacionais (saúde, educação, moradia e planejamento urbano, assistência social etc.); podendo incidir diretamente no auxílio à organização da população usuária por meio do impulso ao seu viés coletivo e organizativo. (CFESS, 2018, p. 2).

Destarte, a inserção de assistentes sociais no âmbito das lutas dos movimentos sociais contribui tanto para a profissão, tendo em vista que a partir do contato com esses movimentos podem-se exercer o que está descrito nos aportes orientadores da profissão, Código de Ética, Lei de Regulamentação e no Projeto Ético-Político, quanto para com os movimentos sociais como nos mostra Sousa e Castro:

[...] articulando forças e construindo alianças estratégicas com os que sofrem opressões econômicas, de classes, gênero, de orientação sexual, entre outras, em recusa ao arbítrio e ao autoritarismo, com vistas a ampliação e consolidação de cidadania. Isto é, na defesa intransigente dos direitos humanos. (SOUSA; CASTRO, 2013, p. 5).

Entre uma das notórias participações do Serviço Social junto aos movimentos sociais, com ênfase no movimento estudantil, está o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), que já possui 43 anos de história repleta de lutas e conquistas. Da sua gênese até hoje “[...] o MESS participou intensamente das várias lutas democrático-populares da sociedade brasileira, participando de forma afincada dos vários saltos qualitativos referentes à profissão”. (CFESS, 2012, p. 43).

Quanto a essa participação Abramides (2016) destaca que o MESS atuou fortemente no pós-golpe de 1964 que durou até 1968, ano do estabelecimento do AI-5, quando houve a ampliação da repressão aos movimentos sociais, que acarretou tortura e mortes. Abramides (2016, p. 465) ainda destaca que o MESS juntamente com a União Nacional dos Estudantes e demais movimentos e grupos populares como já destacado anteriormente,

Empreendiam a luta contra o Acordo MEC-Usaid, a Lei Suplicy de Lacerda e o Decreto n. 477, que postulavam a reforma do ensino superior brasileiro baseada no modelo americano para os países subordinados do Terceiro Mundo: cursos de curta duração, educação a distância, com orientação tecnicista, além de conteúdos da ideologia da segurança nacional impostos pela ditadura militar; expulsão de estudantes que atuavam politicamente e proibição da organização política nos CAS, DCES livres, Uees e UNE colocados na ilegalidade. A defesa da aliança operário-camponesa estudantil na luta contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo, na perspectiva da revolução social. (ABRAMIDES, 2016, p. 465).

Durante as décadas de 1980 a 1990, no período de reconstrução do Movimento Estudantil, além da UNE outras entidades atuaram de forma que favoreceu a organização e atuação política estudantil, entre elas as executivas nacionais de cursos, a criação dessas executivas aconteceu principalmente na década de 1980, e estas começaram a discutir os destinos do Movimento Estudantil (ABEPSS, 1997) “[...] em meio a esse contexto, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes – SESSUNE – nasce, em 1988.” (ABEPSS, 1997, p. 155).

CFESS (2012, p. 43) afirma que “[...] desde os anos 1980, a articulação do Movimento Estudantil via Executivas de cursos tem se constituído como alternativa escolhida por muitos para potencializar e regularizar a organização política estudantil no Brasil.”

Esse fato está ligado à conjuntura vivenciada no Brasil e fora dele tendo em vista que aumento das lutas sociais nos impele progressivamente a assumir [...] lutas, por vezes de caráter mais corporativistas que de fato questionador do status quo [...] somos chamados a ‘nos voltar para dentro’ para garantir um acúmulo de forças para a luta de classes.” (CFESS, 2012, p. 43).

O movimento estudantil de Serviço Social participou tanto nas lutas no âmbito da educação quanto nas lutas por um novo projeto societário. A conjuntura política e o aumento dos movimentos sociais fizeram com que o Serviço Social revesse suas bases e a partir de então deixasse o assistencialismo pela luta em busca da emancipação e garantia de direitos sociais como descreve CFESS:

Durante o processo da rearticulação do MESS em 1979, o Brasil vivia um momento de ascenso das lutas sociais, expressa pela Teologia da Libertação. As comunidades de Base organizaram a classe trabalhadora, no campo e na cidade, de norte a sul do país além da conhecida efervescência do movimento estudantil dirigida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) na luta por uma universidade popular, com um crescimento considerável de greves, piquetes, manifestações de diversos setores da sociedade brasileira. (CFESS, 2012, p. 43).

No início dos anos 1980, já se discutia a necessidade de organização do movimento estudantil de Serviço Social de forma nacional, a proposta levantada “[...] previa, como

principal atribuição dessa entidade, unificar as lutas dos (as) estudantes de Serviço Social, intensificando o contato com outras entidades do ME (UNE e outras executivas de curso) e da categoria profissional. (ABESS, ANAS, CFAS).” (ABEPSS, 1997, p. 158).

No fim da década de 1980 as executivas dos cursos passaram a realizar encontros anuais, o primeiro deles aconteceu no ano da criação da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) em 1988. (ABEPSS, 1997). A datar do quadragésimo primeiro Congresso da UNE ocorrido em 1991, a postura política das executivas passou a ser questionada quanto a participação destas no processo de reestruturação do Movimento Estudantil pelo fato de sua defesa ser direcionada às questões que envolvem “[...] à formação profissional e à universidade [...]” (ABEPSS, 1997, p. 155), isso foi rebatido com o documento escrito no V Encontro de Executivas em 1993, uma carta, que explicitou que a luta das executivas era a de unificar lutas específicas e gerais com intuito de realizar uma dinâmica articulada para o melhoramento do Movimento Estudantil, de forma contrária ao capitalismo. A partir disso as executivas propunham “[...] como estratégia a formulação de políticas setoriais e globais para a ação política dos (as) estudantes e da própria UNE”. (ABEPSS, 1997, p. 155) pois, na carta ainda sugeriu mudanças a fim de possibilitar a interlocução entre as executivas e a UNE. ABEPSS sobre as executivas explica que:

Em síntese, as executivas de curso têm lutado para romper os valores e práticas centrados no autoritarismo, no personalismo das lideranças e na hierarquia burocratizada e centralizada quanto à tomada de decisões no ME. As executivas constituem-se, no âmbito do ME, num espaço plural de reelaboração e socialização de experiências de descentralização do poder, caracterizadas pela incessante busca de relações democráticas e autônomas. Procuram, ainda construir uma interlocução crítica com outros sujeitos coletivos através de alianças políticas baseadas em propostas amplamente discutidas e com viabilidade de execução. (ABEPSS, 1997, p. 157).

A criação da ENESSO ocorreu em 1988, objetivando o fortalecimento “[...] do movimento estudantil de área, “[...] além de buscar mais autonomia perante a UNE na extinção da Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE (SESSUNE)”. (CFESS, 2012, p. 44). Apesar disso o objetivo central da criação da executiva era o de “[...] construir um canal de expressão política de caráter nacional, que possibilitasse a ampliação da democracia e da participação dos (as) estudantes no movimento.” (ABEPSS, 1997, p. 158).

Na sua trajetória a ENESSO “[...] tem se posicionado e lutado contra as reformas neoliberais do Estado, contra a privatização e o sucateamento da Universidade Pública, imprimindo assim, ao MESS uma direção política voltada para a defesa dos interesses das classes subalternizadas.” (ABEPSS, 1997, p. 160).

Dessa forma, o Movimento Estudantil de Serviço Social tem enfrentado muitos desafios desde sua gênese, e ainda mais na contemporaneidade. Em contrapartida como afirma o CFESS:

[...] colocamo-nos na defesa e nas trincheiras da luta da classe trabalhadora, fortalecendo a luta dos movimentos sociais, ocupando as ruas, contribuindo nas greves por todo o Brasil, mostrando-nos combatentes no intuito de romper com o ciclo da sociabilidade burguesa, agregando-nos, para tal objetivo, ao lado das organizações/partidos de luta e dos movimentos sociais que tenham caráter classista e que sejam agentes transformadores desta sociedade. CFESS (2012, p. 45)

Portanto, como destaca o CFESS (1997, p. 44), “Não há dúvidas de que a participação no MESS tem sido um fator relevante no processo de formação política e profissional das/os estudantes de serviço social”. A sua articulação com os demais movimentos sociais, com destaque nos movimentos estudantis aqui expostos, contribuiu e tem contribuído para a garantia dos direitos educacionais e profissionais que temos hoje. Isso posto entende-se que é dever de todos a continuidade da garantia desses direitos arduamente conquistados, através da participação nos mecanismos de participação e controle social existentes em nossa sociedade.

A inserção do Serviço Social nesses mecanismos com destaque naqueles presentes no âmbito escolar, isto é, os grêmios estudantis frutos do movimento secundarista é de extrema importância, pois sua atuação pode impulsionar o interesse e a participação dos jovens e adolescentes para que estes possam ser protagonistas de novas conquistas, participando dos espaços de controle reservados a eles, exercendo dessa forma sua cidadania.

Ainda na temática dos movimentos o próximo capítulo abordará sobre o início do movimento estudantil brasileiro, sua consolidação como movimento social organizado, abordando também sobre sua atuação e contribuição em vários momentos históricos até a contemporaneidade.

3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO

No presente capítulo focar-se-á na formação do movimento estudantil brasileiro, a sua transformação em movimento organizado as instituições criadas para sua representação, a atuação do movimento estudantil secundarista e os frutos desta. E ainda a atuação do movimento estudantil organizado e secundarista na efervescência da década de 1970 a 1980, e de 1990 a 2020, abordando também sobre os impactos sociais e políticos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e pôr fim a diferença entre o ensino remoto e o Ensino à Distância (EAD).

3.1 A formação do movimento estudantil no Brasil

O movimento estudantil organizado no Brasil é datado desde a década de 1700, ainda na era Brasil Colônia, Poerner (1979) elucida em sua obra “O poder Jovem”, que a primeira manifestação estudantil no Brasil aconteceu em setembro do ano de 1710, na ocasião da invasão de “[...] um grupo de mais de mil soldados franceses sob o comando de Jean-François Duclerc”. (POERNER, 1979, p. 54). Essa invasão se deu no Rio de Janeiro, a cidade era um dos pontos de convergência e principal porto do ouro português naquele período o que atraía a cobiça dos monarcas europeus (MARTINS; FILGUEIRAS, 2011). Os soldados foram abordados por um grupo composto em sua maioria por estudantes de conventos e colégios religiosos, diante da revida e vitória dos (as) estudantes brasileiros, os franceses se renderam.

A partir de então, a atuação do movimento estudantil tem tido sua trajetória marcada pela atuação na passagem dos regimes de governo e em diversos momentos importantes para a nação e principalmente para a educação. Sua atuação foi de fundamental importância para a implantação das primeiras faculdades brasileiras, atuaram ainda em movimentos de independência e abolicionismo e em prol da instalação da república e da participação política, o que marcou o surgimento da atuação coletiva por meio de sociedades acadêmicas (POERNER, 1979; ALMEIDA Jr., 1981).

A atuação estudantil fez-se presente ainda em movimentos de repúdio à repressão a camponeses como a Guerra de Canudos (1897) além disso, os (as) estudantes protagonizaram movimentos como a Revolta da Vacina (1904) lutaram pelo voto secreto e no combate a epidemias como a gripe espanhola que assolou o país em 1918, na Revolta dos 18 do forte (1922) e ainda no movimento em prol da constitucionalização do país e na luta contra a ditadura no século XX (POERNER, 1979; ALMEIDA Jr., 1981).

Essa trajetória foi permeada por tréguas e conflitos na direção dos ideais ainda que não firmados, mas que viriam a ser no decorrer do crescimento e consolidação do movimento estudantil como movimento social e de representação, o que será abordado nos próximos subitens que tratarão da organização e atuação coletiva do movimento estudantil universitário e secundarista e o resultado destas na conquista de direitos e políticas sociais voltadas para a educação.

3.2 Movimento Estudantil Organizado: UNE e UBES

Anteriormente à criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1937, várias organizações foram criadas a fim de expandir a atuação acadêmica a nível de maior alcance e solidez, como o Primeiro Congresso Nacional dos Estudantes no ano de 1910 em São Paulo, com o objetivo de organizar de forma nacional os (as) estudantes universitários e a federação vermelha dos estudantes criada pelos (as) estudantes durante uma assembleia organizada para escolher o nome da organização dos (as) estudantes na década de 1930, a organização tinha o objetivo de “[...] tornar a universidade menos elitista [...]” (ALMEIDA Jr., 1981, p. 35), a organização sobreviveu por um tempo e lançava protestos em jornais sempre que ocorria no Brasil atos de violência. Almeida Jr. (1981) afirma que nesse período a influência Marxista já era significativa juntamente com a Revolução Russa de 1917 sobre o movimento estudantil.

Apesar disso, até 1937, ano de criação da UNE, nenhuma das organizações criadas se consolidavam devido ao seu caráter local e inconsistente. No entanto, com a criação da UNE através do 1º Conselho Nacional dos Estudantes convocado pela Casa do Estudante do Brasil (CEB) essa transitoriedade e inconsistência foram superadas (ALMEIDA Jr., 1982), mesmo diante do governo autoritário instaurado naquele período,

A UNE, foi concebida diante do autoritarismo do Governo de Getúlio Vargas, em 11 de agosto de 1937, em pleno Estado Novo. Movimento de maior perseguição e autoritarismo contra os opositores de seu governo, e a entidade foi um desses atores daquele contexto da época que iam de encontro a política implantada pelo Governo Getulista. (MACHADO; OLIVEIRA; PIROZI, 2020, p. 162).

Contudo, o caráter político representativo da juventude através da UNE só foi adquirido com sua desvinculação da CEB e a partir do II Congresso Nacional dos Estudantes ocorrido no ano de 1938, neste congresso a UNE foi reconhecida como organização máxima de representação dos (as) estudantes, e onde foi estabelecido sua primeira diretoria e seu objetivo que é o de defesa dos interesses da categoria estudantil (ALMEIDA Jr., 1981).

Já nos anos 1940, especificamente em 1945 quando o fim da segunda guerra se aproximava os (as) estudantes tiveram seu foco direcionado à campanha pelo fim do Estado Novo, estes lutavam pela democracia e a anistia (FÁVERO, 2009). Com a queda do Estado Novo e o período de governo de José Linhares a UNE passou por um período de marasmo tendo em vista que alcançara seu objetivo de superação do Estado Novo como elucida Fávero (2009, p. 31) “[...] uma vez que o movimento estudantil, estruturado para lutar contra os países do Eixo e contra o regime ditatorial implantado com o Estado Novo, perdera conteúdo político, em virtude da superação daqueles objetivos de luta”.

A partir de 1950 o movimento foi novamente avivado com a campanha “O Petróleo é Nosso”, que reuniu adeptos de vários setores populares. Nos anos seguintes a campanha foi continuada junto com a campanha contra o aumento das passagens de bondes no estado do Rio de Janeiro (ALMEIDA Jr., 1981).

Em meados da década de cinquenta até a década de noventa a UNE vivenciou duas fases diferentes das que vivenciara na sua fundação, estas fases foram: a primeira consistiu no período em que a organização foi liderada por uma diretoria de direita custeado pelo departamento de Estado norte-americano, e a segunda fase foi a de ascensão do catolicismo no movimento estudantil, um catolicismo de esquerda (ALMEIDA Jr., 1981; FÁVERO, 2009).

No que trata do movimento estudantil secundarista, a sua entidade de representação, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas foi fundada em 25 de julho de 1948, mas mesmo antes de sua fundação já se fazia presente nos movimentos da UNE de quem teve apoio para sua criação. A UBES passou por um momento de divisão entre os anos 1951 e 1955 período em que duas entidades de representação estudantil secundarista coexistiram, mas no ano de 1956 durante o 9º Congresso Nacional dos Estudantes, o movimento foi unificado novamente, esse congresso ficou conhecido como Congresso da Unificação (CINTRA; MARQUES, 2009).

Na década de 1960, a UNE realizou seminários a fim de discutir assuntos pertinentes àquele momento, e a partir dessas discussões construíam parâmetros para orientação das suas atividades, entre os assuntos discutidos e as ideias apresentadas estavam a reforma universitária nas reformas de base, que foi conquistada no ano de 1962, através da greve de um terço, movimento que exigia o direito de participação de um terço na votação de órgãos colegiados das instituições de ensino superior (POERNER, 1979; ALMEIDA Jr., 1981).

Já no ano de 1963 marcado por uma crise política em que os âmbitos civis e militares de direita conspiravam a derrubada do então presidente João Goulart, período caracterizado também por greves operárias a que a UNE se juntou e realizou várias

ações de conscientização popular. João Goulart perseguido juntamente com a UNE e a UBES realizaram o que ficou conhecido como Comício Monstro em prol das reformas de base, e em decorrência de toda essa organização a UNE teve sua sede incendiada, e os (as) estudantes perseguidos durante o resto daquele ano. Como reação a UNE declarou boicote a Lei Suplicy de Lacerda no ano de 1965, posicionando-se de forma contrária também ao acordo MEC-USAID que propunha a adequação da educação brasileira ao modelo norte-americano. O ano seguinte, 1966 foi carregado de passeatas estudantis de posicionamento contrário a lei e ao acordo supracitado (POERNER, 1979; ALMEIDA Jr., 1981).

Devido a esse posicionamento, as reuniões e congressos estudantis passaram a ser realizados de maneira clandestina em razão da repressão política e policial. Os ânimos estavam alterados e os (as) estudantes pendiam seu posicionamento à radicalização, aguardando um estopim para que esta se concretizasse.

O estopim veio a acontecer duplamente, primeiramente com a morte do estudante secundarista Edson Luiz Lima Souto pela polícia no estado do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2009). Além disso, a rebelião estudantil ocorrida na Europa também incidiu para essa reação. Diante disso, o governo nada contente decretou o Ato Institucional número 5, conhecido como AI-5²⁰.

A repressão aos (as) estudantes foi recrudescida e as atividades do movimento estudantil ficaram proibidas de 1969 a 1979, sendo realizadas somente de forma clandestina. Contudo, a partir do último ano de restrição o movimento de forma lenta volta à ativa, e realizou o XXXI Congresso da UNE em Salvador e o 4º Encontro Nacional dos Estudantes na mesma cidade (FÁVERO, 2009).

Apesar da retomada entre os anos 1987 e 1989 a UNE em decorrência de divisões ficou paralisada e então os (as) estudantes secundaristas entraram em cena por meio da UBES. A participação do Movimento Estudantil Secundarista tinha por pautas principais a luta pela meia-entrada e meia-passagem, o não aumento das mensalidades escolares das instituições privadas (ARAÚJO, 2009).

²⁰ O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou, se quiserem, de uma contra-revolução dentro da contra-revolução [...] A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 constituiu no fato de que reforçou a tese dos grupos de luta armada. O regime parecia incapaz de ceder pressões sociais e de se reformar. (FAUSTO, 2006, p. 480).

Os (as) estudantes secundaristas continuaram sua luta nas várias conjunturas políticas vivenciadas no país, atuando junto ao movimento dos (as)estudantes universitários contra a ditadura do regime militar, e na retomada no movimento “diretas já”, no movimento “Fora Collor” no ano de 1992 realizando manifestações em que os participantes, isto é, os estudantes foram chamados de Caras Pintadas, na recuperação da sede da UNE (CINTRA; MARQUES, 2009; SOU DA PAZ, 2003).

Um dos últimos acontecimentos importante para o movimento estudantil, mais especificamente para os secundaristas, foi a Primavera Secundarista ocorrida no ano de 2016 durante o governo Temer onde “[...] mais de mil escolas foram ocupadas contra o congelamento de investimentos na educação por 20 anos.” (UBES, 2019, p. 9).

Entres as conquistas do movimento estudantil ao longo de sua história estão: “1953- Criação da Petrobrás; 1985- Lei do Grêmio Livre; 2012- Lei de cotas para estudantes da rede pública em universidades e institutos federais; 2014- lei dos 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação.” (UBES, 2019, p.11).

A organização e participação político-social do movimento estudantil organizado universitário e secundarista foram responsáveis por conquistas importantes no âmbito da educação, da democracia e da política, e tendo em vista que um dos meios diretos de participação e organização estudantil, em especial a secundarista é o Grêmio Estudantil, que lida diretamente com as demandas e desafios dos (as) estudantes e para que isso ocorra é preciso que este seja motivado e engajado.

A atribuição do (a) assistente social dentro do âmbito da política de educação é justamente o de incentivar a participação político-social dos (as) estudantes bem como dos demais sujeitos que compõem o ambiente escolar, detectando as refrações da questão social presentes nesse espaço e buscando soluções para estas de forma a contribuir no desenvolvimento social, participativo e no desempenho escolar dos (as) estudantes para além dos muros da escola. A escola também tem papel primordial no incentivo à organização dos (as) estudantes, visando a efetivação da gestão democrática.

Com o intuito de abordar de maneira mais detalhada a atuação do movimento estudantil no período de ressurgimento e efervescência dos movimentos sociais nas três décadas finais do século XX, os próximos subitens focarão o contexto político, o protagonismo, as bandeiras de lutas e conquistas do movimento estudantil organizado universitário e secundarista.

3.3 O Movimento Estudantil e a efervescência dos movimentos sociais nas décadas de 1970 a 1980

De acordo com Bem (2006) os movimentos sociais são os mais significativos indicadores do funcionamento das sociedades, é por meio deles que se pode identificar as tensões existentes entre os grupos que as formam de maneira a expor as lacunas existentes nos mecanismos de desenvolvimento das sociedades.

Funcionando como “[...] bússola para a ação social, impulsionando o campo social para formas superiores de organização e buscando a institucionalização jurídico-legal das conquistas.” (BEM, 2006, p. 1138). As mudanças institucionais já vividas e as que serão vividas tem como fator primordial os movimentos sociais e a sua força transformadora.

A década de 1970 foi marcada pelo ressurgimento dos movimentos sociais, solapados pela ditadura e os instrumentos jurídicos criados a partir dela que proibiram a organização e manifestação desses movimentos, o que não impediu que isso ocorresse mesmo que de forma clandestina como no caso do movimento estudantil, que foi proibido pelo decreto nº 477 de 1969 que levava o AI-5 sancionado em 13 de novembro de 1968 para dentro das universidades e escolas públicas e privadas.

A articulação dos movimentos sociais nessa época foi responsável pela derrubada da ditadura vigente. Os movimentos sociais de mais destaque na década supracitada foram: o movimento pela anistia iniciado em 1975; retomada do movimento sindical em 1976; Movimento estudantil em 1977 que já vinha sendo retomado desde 1973.

O movimento estudantil, mesmo após toda a repressão sofrida na década de 1960 não recuou, manteve-se firme e em oposição ao governo militar vigente desde o golpe de 1964. Os acontecimentos ocorridos na década de 1970 que envolveram o movimento estudantil tiveram início no ano de 1968 conhecido como o ano que não terminou²¹ que foi marcado por diversas acontecimentos e manifestações sociais que ultrapassaram os limites nacionais, Müller (2021, p. 3) considera o ano de 1968 “[...] como um momento de contestação mundial em que sobretudo estudantes e o movimento estudantil (ME) tiveram papel central”.

Os jovens despontaram em todo o mundo, o movimento estudantil junto com outros seguimentos da sociedade realizou confrontos e greves, que teve como maior símbolo de rebelião o “maio Francês” “[...] um movimento estudantil que queria reformas nos currículos e nos métodos de ensino e levantava bandeiras em defesa do Vietnã”. (ARAUJO, 2007, p. 165).

²¹ Expressão “[...] criada pelo jornalista Zuenir Ventura [...]” (ARAUJO, 2007, p. 161).

Como dito, no ano de 1968 várias movimentações estudantis ocorreram ao redor do mundo e o que esses movimentos tinham em comum ainda de acordo com Araujo (2007) era a liberdade radical, o prezar pela ação e o posicionamento contrário à política tradicional e ao autoritarismo.

No Brasil os movimentos sociais estudantis ocorridos foram resultados dos movimentos de 1966 que envolveram muitos confrontos entre estudantes e policiais e como saldo várias mortes, como as ocorridas no episódio que ficou conhecido como “massacre da praia vermelha”, na ocasião estudantes cariocas protestavam contra a cobrança de taxas e anuidades, e como pressão invadiram o prédio sede da antiga Faculdade de Medicina da cidade, a polícia por sua vez armou um cerco e invadiu o local encurralando os (as) estudantes e por fim os espancando (ARAUJO, 2007).

O início do processo de radicalização do movimento estudantil ocorreu em decorrência da violência policial para com o movimento estudantil que resultou na morte do estudante secundarista Edson Luiz em 28 de março de 1968 que participava de um protesto no Rio de Janeiro. Edson era um, “[...] menino pobre que viera para o Rio a fim de estudar e lutar pela vida.” (FÁVERO, 2009, p. 71). A morte de Edson comoveu o país, o que fez com que seu velório concentrasse mais de 50 mil pessoas, Fávero destaca que

A morte desse estudante convulsiona o país e traz à tona problemas políticos candentes. Por esse triste episódio, o povo brasileiro, pela primeira vez, depois do Golpe de Abril de 1964, toma consciência de seu repúdio ao regime e ao poder militar que o oprime. (FAVERO, 2009, p. 71).

Na missa de sétimo dia da morte de Edson outro episódio de violência policial teve como alvo os (as) estudantes presentes na solenidade, vários dos que ali se encontravam foram atropelados pela cavalaria policial, o que acarretou mais embates violentos entre policiais e estudantes. Os embates violentos entre a polícia e o movimento estudantil a partir do episódio referenciado foi aumentando de forma gradativa, o mês de junho de 1968 foi repleto de exemplos desse aumento, com destaque na “Quarta-feira sangrenta” ocasião em que os (as) estudantes ocuparam o prédio do Ministério da Educação (MEC) e houve novamente um embate entre a força policial e os (as) estudantes e a “Sexta-feira sangrenta” ocorrida a partir de uma manifestação estudantil que teve apoio da sociedade que inclusive aderiu ao movimento, que acabou novamente em confronto e mortes (ARAUJO, 2007).

Um dos movimentos de maior público realizado contra a ditadura foi a “passeata dos cem mil” em 26 de junho de 1968, movimento pacífico ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu estudantes e outros segmentos da sociedade, um mês após a realização da passeata ocorria duas greves operárias violentas, a primeira foi a greve de Contagem que teve início “[...]”

quando 1700 operários da Siderúrgica Belgo-Mineira paralisaram o trabalho e tomaram seus diretores como reféns. Em uma semana, havia 15 mil trabalhadores parados, exigindo um aumento salarial de 25%.” (FAUSTO, 2006, p. 478).

A segunda greve foi a de Osasco que “[...] resultou de um trabalho conjunto de trabalhadores e de estudantes, começando com a ocupação da Cobrasma²².” (FAUSTO, 2006, p. 478). A greve foi interrompida pelo Ministério do Trabalho e os militares violentamente desocuparam a companhia ocupada pelos metalúrgicos.

Na segunda metade do ano de 1968 houve ainda invasões a universidades e faculdades por tropas policiais, entre elas a Universidade de Minas Gerais em 29 de agosto de 1968, a Universidade de Brasília em 30 de agosto do mesmo mês, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP em 2 de outubro, e assim como na maioria dos confrontos aqui apresentados esse também teve morte, um estudante foi baleado e morto pelos policiais (ARAÚJO, 2007).

O fim do processo político radical permeado por confrontos desde 1966 teve como marco o Congresso de Ibiúna, que de acordo com Araujo (2007, p. 185) “[...] foi palco da última grande polarização política vivida no movimento estudantil” pois, até aquele momento o movimento estudantil tinha dois blocos de maior força política, eram eles: a Coligação composta pela Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil o PC do B e as dissidências do PCB especialmente a Dissidência da Guanabara que disputavam a liderança da UNE. O Congresso, no entanto, foi dissipado pela polícia e a direção política foi presa (ARAÚJO, 2007).

O Ato Institucional nº 5 foi decretado em fevereiro de 1968 e a partir disso o Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado, os mandatos dos deputados, senadores, prefeitos e governadores foram cassados bem como os direitos políticos daqueles que se opunham ao regime; o estado de sítio²³ foi declarado e o *habeas corpus* suspenso; as reuniões e encontros proibidos, ademais a censura foi instituída de forma prévia e a tortura passou a ser utilizada como um método de governo (ARAÚJO, 2007; FAUSTO, 2006).

Conseqüentemente a continuidade do movimento estudantil foi proibida a partir do Decreto nº 477 estabelecido em fevereiro de 1969, a partir desse ato qualquer tipo de associação seja ela de estudantes ou professores fora proibida e tornadas passivas de punições.

Entre os anos 1969 e 1973 o país vivenciou os “anos de chumbo” período de maior recrudescimento da violência e repressão policial, concomitante a isso ocorria o período

²² Companhia Brasileira de Material Ferroviário, que teve suas atividades encerradas no ano de 1998.

²³ Instrumento burocrático utilizado pelo Chefe de Estado (Presidente da República) para suspender de forma temporária os Poderes Legislativo e Judiciário.

denominado “Milagre Brasileiro” onde o crescimento econômico ascendeu de forma extraordinária o PIB cresceu chegando à média anual de 11, 2% com pico de 13% em 1973 conforme Fausto (2006).

Esse período teve início com a posse do general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República após o então presidente general Costa e Silva sofrer um derrame cerebral (ARAUJO, 2007).

Com a instituição do AI-5 muitas lideranças estudantis começaram a fazer parte de organizações armadas, sobretudo as de esquerda, que já especulavam a luta armada desde meados da década de 1960, para eles a luta armada parecia o caminho mais curto para que o desejo da ação política imediata por eles desejada fosse executada, esse movimento se espalhou por outros países da América-Latina muitas delas tendo estudantes universitários como componentes, as grandes inspirações para esse movimento de nível continental foram a Revolução Cubana e o seu preletor, Che Guevara, apesar de tudo, a escolha pela luta armada teve como saldo muitas mortes além de desaparecimentos, prisões, exílios e banimentos. Não somente o AI-5 foi motivador da escolha pela luta armada, mas foi um de seus catalizadores (ARAUJO, 2007).

Como destacado anteriormente o ano de 1973 foi marcado pela retomada do movimento estudantil, sendo assim, após o AI-5 e à realização do congresso de Ibiúna “[...] algumas lideranças realizaram inúmeros ‘minicongressos’ da UNE em vários estados [...]” (ARAUJO, 2007, p. 199). Esses eventos tinham o intuito de reorganizar a UNE.

Os (as) estudantes utilizavam-se ainda de atividades culturais para que houvesse mesmo diante da repressão discussões sobre a situação política e social do país, o que não impediu que perdas e desaparecimentos em decorrência da violência do regime ocorressem, a exemplo dos assassinatos de Alexandre Vannuchi e Ronaldo Ramos ambos estudantes da Universidade de São Paulo (USP) e o desaparecimento de Honestino Guimarães presidente da UNE naquele período (ARAUJO, 2007).

No ano de 1974 houve o período de distensão política, este ocorreu através do governo Geisel, o projeto de distensão política assim denominado tinha por objetivo “[...] uma ‘abertura’ lenta, gradual e segura.” (ARAUJO, 2007, p. 209). O movimento estudantil bem engajado contribuiu para a radicalização dessa abertura, nesse período os partidos e as organizações de esquerda elaboraram uma nova tática política, a luta pelas liberdades democráticas (ARAUJO, 2007), essa nova tática tinha por finalidade a luta

[...] pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, contra a tortura, contra as prisões arbitrárias, contra a censura, pelo restabelecimento do *habeas corpus*, contra a lei de segurança nacional e toda a legislação de exceção, pela anistia, por eleições diretas, pela garantia dos direitos humanos. (ARAUJO, 2007, p. 211).

Junto a outros setores da sociedade a esquerda lutava contra o regime instaurado e buscava aumentar os limites da abertura proposta por Geisel, esse processo, no entanto se deu permeado por avanços e recuos, além de mortes e desaparecimentos. Conforme Araujo (2007, p. 213) os espaços políticos foram sendo conquistados “[...] com riscos e com luta pelos movimentos sociais de oposição e pelos partidos e organizações de esquerda.”

Dois importantes atores atuaram nesse período foram eles: a imprensa alternativa composta por jornais de crítica e sem dúvidas o movimento estudantil este último conforme Araujo (2007, p. 213) “nessa fase, os estudantes tiveram papel central. Forma eles quem puxaram as primeiras manifestações de rua e imprimiram à luta pelas liberdades democráticas e um radicalismo que – sem os estudantes – ela dificilmente teria.” Além de estarem atuando na luta política o movimento estudantil nesse momento lutava pela reconstrução das suas entidades de representação com ênfase na UNE sua entidade maior (ARAUJO, 2007).

Em 1975 há a retomada das lutas estudantis, já em 1977 a afirmação dessa retomada ocorre por meio de manifestações que se deram a partir da prisão de militantes do Movimento Pela Emancipação do Proletariado (MEP), a mais famosa delas foi o “o ato público da PUC que contou com milhares de estudantes e entrou para a história como o ‘Ato Público dos 5.000’” (ARAUJO, 2007, p. 218) que reuniu vários estudantes universitários no Rio de Janeiro. Ainda nesse ano ocorreram manifestações em várias capitais brasileiras como a do dia 19 de junho marcada como dia Nacional de luta pelas Liberdades Democráticas (ARAUJO, 2007).

Ainda com o ardente desejo de reconstrução política da UNE o movimento estudantil realizou o III Encontro Nacional de Estudantes foram duas tentativas e um êxito. A primeira tentativa ocorreu em Belo Horizonte, mas foi interrompida pela força policial, a segunda tentativa foi em São Paulo na USP que também não ocorreu e a terceira que foi exitosa ocorreu também em São Paulo, mas dessa vez na Pontifícia Universidade Católica (PUC), o encontro foi realizado e ali instituída a Comissão Pró-UNE, mas como resposta o governo depredou o prédio da universidade e feriu vários estudantes (ARAUJO, 2007).

O fim da década de 1970 foi marcado pelas campanhas em prol da anistia realizado por vários setores da sociedade de forma a concretizar a frente democrática contra a ditadura, “[...] o movimento estudantil participou dessa frente e atuou no Comitê Brasileiro pela Anistia

(CBA), o principal órgão de luta pela anistia, criado pelo movimento popular.” (ARAÚJO, 2007, p. 226).

Em agosto de 1979 a lei da anistia foi sancionada, contudo, “[...] não previa a anistia ampla, geral e irrestrita reivindicada pelo CBA. Preconizava também uma estranha idéia de ‘anistia recíproca’ que, de certa forma, impedia a punição dos torturadores.” (ARAÚJO, 2007, p. 226). A lei foi ampliada posteriormente, mas ainda não alcançou a ideia de anistia defendida pelo movimento estudantil, mas graças a essa lei vários militantes exilados voltaram ao Brasil (ARAÚJO, 2007).

Em maio de 1979 na cidade de Salvador durante o XXXI Congresso da UNE a entidade de representação nacional dos (as) estudantes foi reconstruída, nesse congresso foi aprovado a carta de princípios da UNE e foi instituída as eleições diretas para a composição de sua diretoria. Em junho de 1980 o prédio da UNE foi demolido, o que não abalou a sua reconstrução política ocorrida no ano anterior como destacado acima, em meio a isso uma das principais conquistas do movimento na década de 1980 foi a legalização da UNE pelo Projeto de Lei nº 5.192 de 1985 aprovado no mesmo ano, a UNE enfim saia da clandestinidade (ARAÚJO, 2007). Ainda em 1985 outra vitória para o movimento estudantil ocorreu, foi promulgada a “Lei do Grêmio Livre”, lei de nº 7398, a partir dessa lei os (as) estudantes secundaristas puderam se organizar de forma livre

Entre os demais momentos históricos protagonizados pelo movimento estudantil organizado está a participação incisiva na campanha “Diretas Já” que exigia a eleição pelo voto direto, que teve como saldo a eleição indireta pelo Colégio Eleitoral que elegeu o presidente Tancredo Neves e seu vice José Sarney em janeiro de 1985, no entanto o presidente eleito adoeceu e veio a falecer e seu vice assumiu a presidência em 15 de março de 1985 (ARAÚJO, 2007).

Desta forma, o governo ditatorial chegou ao fim e entra em cena a redemocratização brasileira a partir da Assembleia Nacional Constituinte que durou de 1987 a 1988, “a Constituinte tinha por objetivo elaborar uma nova constituição que consagrasse o novo pacto político que nascia entre os cidadãos após o fim do regime militar.” (ARAÚJO, 2007, p. 249).

A constituição de 1988 veio para marcar a transição do regime ditatorial para o democrático, e a partir dela os direitos sociais foram reconhecidos, e através da promulgação dela foi realizada a ampliação do projeto democrático, ela ainda conciliou os princípios da democracia representativa e da participativa, por isso ficou conhecida como constituição cidadã.

A Constituição prevê vários direitos antes não garantidos como por exemplo o acesso à educação de forma gratuita e como dever do Estado e da Família, além disso o acesso a saúde de forma gratuita e demais direitos, todavia, mesmo com a Constituição promulgada, esta enfrentou e tem enfrentado problemas para se consolidar de forma plena.

O último grande acontecimento da década de 1980 se deu através da Constituição, no ano de 1989 um ano após a promulgação da Constituição é eleito o primeiro presidente por meio do voto direto, desde a década de 1960, Fernando Collor de Mello é feito presidente pela população brasileira, contudo, a UNE posicionou-se de forma contrária ao projeto de cunho liberal defendido pelo presidente eleito o que era oposto ao projeto defendido pelos movimentos sociais (UNE, c2021).

Diante disso, a consolidação da democracia tornou-se tema recorrente nos movimentos sociais e estudantis até a contemporaneidade, sendo a atuação destes imprescindível para a conquista dos direitos sociais e políticos hoje garantidos, e como exposto aqui os movimentos sociais brasileiros assim como em outros lugares em que a ditadura imperou por muitos anos foram bem reprimidos, resultando em mortes e desaparecimentos até hoje sem explicação. No sentido de abordar o movimento estudantil após os anos de efervescência dos movimentos sociais, o subcapítulo a seguir tratará das pautas e lutas do movimento estudantil na última década do século XX até a segunda década do século XXI.

3.4 O movimento estudantil nos anos de 1990 a 2020

A década de 1990 foi marcada pelo surgimento de novos movimentos sociais, organizações da população civil, e a publicização das políticas sociais, o número de ONGs cresceu significativamente com o avanço do neoliberalismo a partir do projeto do governo FHC conforme Gohn:

No Brasil, o número de manifestações nas ruas diminuiu e a relação inverteu-se: as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. Esse processo se aprofundou quando surgiu outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do terceiro setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto à população, em parcerias com o Estado. Apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos dos numerosos fundos públicos criados) e por equipes de profissionais competentes – previamente escolhidos não por suas ideologias, mas por suas experiências de trabalho –, essas organizações passaram a trabalhar de forma diferente de como os movimentos sociais atuavam até então. O terceiro setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, atuando por meio de projetos, com prazos determinados. Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável,

empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social etc. (GOHN, 2011, p. 341).

O projeto neoliberal tem como uma de suas características a publicização das políticas públicas e do trato das expressões da questão social, dessa maneira uma das formas do Estado se ausentar de grande parte das responsabilidades para com essas duas áreas é transferindo-as para a sociedade e organizações do chamado terceiro setor. Dessa forma, o Estado passa a responder as expressões da questão social de maneira paliativa, mercantilizando os serviços sociais e dessa forma publicizando suas obrigações para a sociedade civil que responde às demandas impostas por meio da caridade e filantropia, e dessa maneira re-filantropizando o trato das expressões da questão social.

No contexto das décadas de 1990 a 2020 mesmo com a onda de manifestações diminuindo em relação aos efervescentes anos anteriores, vários avanços e conquistas ocorreram e o movimento estudantil se fez presente na grande maioria deles.

Em 1992 os (as) estudantes universitários e secundaristas com destaque para o último foram protagonistas do movimento “fora Collor”, e receberam a denominação de “caras pintadas”, pelo fato de pintarem seus rostos com as cores da bandeira brasileira. Os (as) estudantes realizaram manifestações em prol do *Impeachment* do primeiro presidente eleito de forma direta, mas que por denúncias de corrupção e com a inflação descontrolada foi deposto em 29 de setembro de 1992, a votação do seu pedido de *impeachment* foi transmitida ao vivo em rede nacional. Com a deposição de Collor, Itamar Franco seu vice assumiu o executivo (ARAÚJO, 2007; CINTRA; MARQUES, 2009) dessa forma, mais uma vez o movimento estudantil mostrou a sua força sobretudo o movimento secundarista.

Em 1993 com Itamar Franco no poder este elegeu Fernando Henrique Cardoso²⁴ mais conhecido como FHC ao Ministério da Fazenda, que ao elaborar em conjunto com sua equipe o plano de contingência da inflação que nesse período estava em 1.158% e estabilização econômica conhecido como “Plano Real” que estabeleceu o real como moeda brasileira, caiu nas graças da população fazendo com que FHC fosse eleito por duas vezes seguidas em 1995 e 1998 (ARAÚJO, 2007; MAQUES; SINTRAS, 2009).

²⁴ “Fernando Henrique Cardoso tinha sido um importante representante da resistência à ditadura militar. Professor de Ciências Sociais da USP, cassado pelo AI-5, havia se exilado no Chile e na França. Nos anos 1970 voltou ao Brasil e ingressou no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, centro de estudos que congregava intelectuais marxistas, de oposição ao regime. Grande parte da esquerda estudantil da época foi influenciada pelos textos de Fernando Henrique, especialmente suas análises sobre o golpe e a teoria da dependência.” (ARAÚJO, 2007, p. 267).

E foi justamente a partir da década de 1990 que a globalização incidiu com mais força na economia brasileira, tendo a interdependência econômica como uma de suas características o que faz com que a crise em um país atinja de forma quase que imediata a economia dos demais países ligado ao primeiro, uma reação em cadeia que impede que os países decidam sobre o desenvolvimento interno sem pensar no externo, o governo FHC sofreu com crises econômicas mas sobretudo com dívidas internacionais ou dívidas externas que atingiram o crescimento econômico brasileiro, e desagradou os grupos de esquerda que passaram a denunciá-lo durante os oito anos que governou (ARAUJO, 2007; MAQUES; SINTRAS, 2009).

Outra característica do governo FHC foi o processo de privatização de empresas estatais, a mais famosa delas foi a Companhia Vale do Rio Doce, empresa de mineração fundada no governo Vargas, com a privatização dessas empresas e companhias FHC reafirmava seu objetivo como destaca Araujo:

Em vários momentos de seu mandato, Fernando Henrique declarou que seu objetivo era “encerrar a Era Vargas”, abrindo o país para o capital internacional, e enxugando e diminuindo o Estado. Era na realização dessas medidas que ele apostava no desenvolvimento do país. Segundo ele, um desenvolvimento de novo tipo, moderno, pautado nas novas relações e novas tecnologias globalizadas. (ARAUJO, 2007, p. 270).

Diante disso, o governo de Fernando Henrique foi denominado de neoliberal por grupos da esquerda, entre eles o Partido dos Trabalhadores que o acusava de “[...] querer adaptar o país às necessidades e demandas do neoliberalismo.” (ARAUJO, 2007, p. 270).

Não somente os partidos e grupos de esquerda entenderam dessa forma o governo vigente, o movimento estudantil organizado também, pois, medidas educacionais com esse cunho estavam sendo estabelecidas como o “provão”, imposto pelo Ministério da Educação que tinha o intuito de “[...] avaliar os cursos universitários.” (ARAUJO, 2007, p. 270), o que foi entendido pelos (as) estudantes como uma forma de implantar a lógica mercantilista nas universidades, a UNE então realizou campanhas contra o “provão” que além de amoldar o ensino universitário às necessidades do mercado acabava por marcar de forma negativa dependendo da nota do aluno todo o seu histórico escolar.

Diante das reivindicações o Ministério da Educação sob o comando de Paulo Renato decidiu tornar opcional o acesso as notas do “provão” para os (as) estudantes. Mas isso não resolveu os problemas, pois mesmo deixando optativo o acesso as notas o “provão” acabava por ranquear de forma ilusiva as universidades, além de reduzir os cursos universitários a uma única avaliação (ARAUJO, 2007).

O *site* da UNE descreve o período de governo de Fernando Henrique Cardoso como “[...] uma época de embate do governo federal com os movimentos sociais marcando o período de menor diálogo e negociação da UNE com poder executivo na história, à exceção do regime militar.” (UNE, c2021, *online*).

Ainda na década de 1990 outro acontecimento atingiu diretamente a educação e consequentemente o movimento estudantil, em 1996 ocorreu o estabelecimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 vigente até os dias de hoje, a Lei prevê a regulamentação da educação em todos os seus níveis de acordo com os princípios da constituição de 1988, a LDB é fruto do projeto Darcy Ribeiro que mesmo sendo aprovado sofreu críticas como aponta Aranha:

[...] projeto aprovado sofreu críticas por ser vago demais, omissos em pontos fundamentais e autoritário, não só por não ter sido precedido por debates, mas por privilegiar o Poder Executivo, dispensando as funções deliberativas de um Conselho Nacional composto por representantes do governo e da sociedade. (ARANHA, 2006, p. 571).

Além disso, ainda conforme Aranha (2006) a nova LDB foi acusada de neoliberal por não garantir a democratização da educação, na nova lei o Estado publicizou grande parte de suas obrigações para o setor privado e com isso houve a propagação de escolas técnicas, sobretudo privadas pautadas na lógica mercantilista, e do “adestramento” como denomina a autora supracitada.

Diante disso, o movimento estudantil encabeçado pela UNE voltou a se articular e realizou a campanha “Queremos mais do que apertar parafusos” defendendo que “[...] o ensino profissionalizante continuasse veiculado com o ensino de segundo grau, dando uma formação mais ampla aos futuros profissionais.” (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 285).

O movimento estudantil em contraposição ao governo FHC realizou manifestações pedindo sua saída, bem como pela não privatização do patrimônio nacional marca do governo como citado anteriormente. Diante da oposição do movimento estudantil e demais movimentos sociais para com o projeto neoliberal foi criado o fórum dos movimentos sociais contra o neoliberalismo, sob a liderança da Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelo Movimento Sem Terra (MST), além disso, de modo mais particular a UBES elaborou o projeto “UBES é massa” que objetivava o impulsionamento da criação de entidades de representação nos municípios de forma a disseminar o verdadeiro significado do movimento estudantil (CINTRA; MARQUES, 2009).

Com a reeleição de Fernando Henrique em 1998 e a crise econômica que assolou o país no início do seu segundo mandato, bem como o apagão de março de 1999 que fez com que fosse necessário o racionamento de energia desmascarou o falaz discurso neoliberal, o Fórum Nacional de Luta pelo Trabalho, Terra e Cidadania promoveu então a “Marcha dos Cem Mil” em 26 de agosto de 1999, que ocupou a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes, a UBES se fez presente sendo integrante do Fórum (CINTRA; MARQUES, 2009).

Ainda em 1999 dois acontecimentos marcaram a UNE, a primeira foi a realização da sua primeira bienal na cidade de Salvador, o segundo acontecimento foi o 46º Congresso da UNE em Belo Horizonte que teve a participação de Fidel Castro, convidado por Itamar Franco que na ocasião era governador de Minas Gerais (ARAÚJO, 2007).

Já em 2001, durante o governo FHC a entidade secundarista em conjunto com a entidade nacional realizou movimentos em prol da meia-entrada em eventos culturais, a UBES por meio de um manifesto colheu a assinatura de várias personalidades artísticas em prol da derrubada da Medida Provisória 2208/01 que retirou exclusividade da emissão das meias-entradas pelas entidades de representação estudantil (CINTRA; MARQUES, 2009).

A medida só foi revogada em 2013 pela Lei nº 12. 933²⁵. Ainda em 2001 a UBES realizou uma ação judicial contra a União na qual venceu, obrigando o Estado a investir 3,4 milhões de reais no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério o Fundef (CINTRA; MARQUES, 2009).

Em 2002 finda-se o governo FHC com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, e o movimento estudantil se fez protagonista mais uma vez, as entidades de representação estudantil juntas construíram uma carta de compromisso, uma resolução composta por dez pontos a serem seguidos pelos candidatos à presidência, e Lula foi o único a aceitar (ARAÚJO, 2007). Durante o período de votação a UBES realizou a campanha “Se liga 16” para incentivar os adolescentes a votarem para presidente, a UNE e a UBES declararam apoio ao então candidato que posteriormente foi eleito (CINTRA; MARQUES, 2009).

A vitória de Lula foi comemorada com muita alegria pelos setores de esquerda, movimentos sociais e estudantil e como forma de reconhecimento do trabalho dos (as) estudantes durante a eleição o presidente eleito enviou Cristovam Buarque Ministro da Educação naquele momento, para visitar a sede das entidades estudantis, na ocasião o ministro

²⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 12. 933 de 26 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112933.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2021.

apresentou o projeto de erradicação do analfabetismo e afirmou a abertura para com o movimento estudantil, no entanto conforme Cintra e Marques (2009) o governo Lula não ficou isento de manifestações, tendo em vista que mudanças não ocorrem de forma instantânea como afirmam os autores acima referenciados, os (as) estudantes secundaristas realizaram protestos e manifestações na busca por seus direitos.

Durante os anos 2000, a UBES a UNE e demais entidades de representação fundaram a Coordenação de Movimentos Sociais (CMS)

[...] uma importante organização que reúne entidades de representação das mais variadas frentes como UNE, Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Sem Terra, Unegro, Marcha Mundial das Mulheres, Conan, União Brasileira de Mulheres, entre outras. (CINTRA; MARQUES, 2009, P. 300).

A eleição de Lula à presidência renovou as forças de uma pauta de luta antiga do movimento estudantil, a democratização do acesso ao ensino superior, o presidente eleito apoiou a luta contudo, na defesa da reserva de somente 20% de vagas, o movimento estudantil pedia por 50%, o que foi alcançado a partir da instituição do projeto de lei apresentado pelo Congresso Nacional em 2004 que exigia a reserva de 50% de vagas das instituições públicas de ensino superior para os (as) estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas (CINTRA; MARQUES, 2009).

Em 2005 o governo de Lula viveu um de seus maiores escândalos com a denúncia de corrupção que envolvia Maurício Marinho diretor dos correios e o deputado Roberto Jefferson presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o episódio ficou conhecido como “mensalão”, diante do escândalo, Lula pronunciou-se afirmando não ter conhecimento sobre o esquema até o seu estouro, mesmo com essa declaração a sua popularidade caiu o que alegrou muito a oposição que logo começou a articular e disseminar a ideia de *impeachment* para os veículos de comunicação, sem enfatizar que o presidente não estava ligado ao esquema, dessa forma, o movimento estudantil sobretudo o secundarista saiu às ruas em defesa do presidente no dia 16 de agosto daquele ano na capital do país, impedindo o golpe (CINTRA; MARQUES, 2009).

Outros movimentos de protagonismo estudantil com destaque para os secundaristas foram: o movimento pelo passe livre luta antiga retomada nesse década através da “Revolta do Buzu” em 2003 na cidade de Salvador, a “Revolta da Catraca” em 2004 na cidade de Florianópolis; a participação no V Fórum Social Mundial sediado em Porto Alegre em 2005, Araujo sobre o Fórum destaca que

O Fórum Social Mundial pode ser pensado como a manifestação de uma “globalização do bem”. Ele foi pensado, inicialmente, como contraposição ao Fórum Econômico Mundial de Davos, evento que reúne os chefes de Estado dos países mais desenvolvidos e os representantes das maiores empresas do mundo. O Fórum Social foi idealizado como a contraface dessa estrutura econômica e política, como um “outro mundo possível”, reunindo representantes de entidades e movimentos sociais, organizações não-governamentais, intelectuais e grupos de um novo tipo de esquerda, marcada por uma postura “antiglobalização”. (ARAUJO, 2007, p. 272).

O movimento estudantil marcou presença em todos os fóruns realizados, discutindo as temáticas mais latentes e trocando ideias com os movimentos de outros países, os demais momentos de destaque são: Manifestações no dia 22 de março dia Nacional de Defesa do Passe Estudantil em 2006 e 2007; e a maior delas a Caravana UBES em defesa do passe estudantil ocorrida em 2007 que percorreu um total de 20 cidades localizadas em 11 estados, a caravana aconteceu entre os meses de março a junho (CINTRA; MARQUES, 2009).

Durante o governo Lula houve algumas conquistas e avanços educacionais, um avanço educacional alcançado durante o governo Lula foi a obrigatoriedade das disciplinas de filosofia e sociologia no ensino médio. Em 2007 Lula ainda lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que objetiva a melhoria da qualidade do ensino, bem como a redução da evasão escolar e o índice de analfabetismo e a ampliação do acesso à educação, apesar dos avanços esse PDE não contou com as reivindicações do movimento estudantil e dos setores da educação e nem com a participação destes na elaboração do projeto, mas, a partir de várias reivindicações realizadas pelo conjunto movimento estudantil e social, Lula aprovou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) que substitui o Fundef (CINTRA; MARQUES, 2009).

Ainda no ano de 2007 com a campanha “De volta para casa” a UNE conseguiu definitivamente a posse do terreno da praia do Flamengo a partir da “[...] sentença do juiz Jaime Dias Pinheiro Filho, da 43ª Vara Cível do Rio.” (CINTRA; MARQUES, 2009, p. 310).

Em 2008 o Presidente da República foi à sede das entidades estudantis fazer uma visita e na ocasião assinou o projeto de lei que assegurava a reconstrução do prédio da UNE como responsabilidade do governo (CINTRA; MARQUES, 2009), a reconstrução do prédio, no entanto só ocorreu em 2010 no Governo de Dilma Rousseff.

A década de 2010 também foi repleta de acontecimentos que envolveram o movimento estudantil, apesar da sua atuação atualmente não se comparar a ocorrida nas décadas de 1970, 1980 anos de efervescência dos movimentos sociais, e na década de 1990. O movimento estudantil está vivo, e atua em prol de suas bandeiras de luta fazendo o uso de novas estratégias de mobilização. Com o advento da tecnologia, *internet* e redes sociais as manifestações e

movimentos sociais e estudantis não ocorrem mais somente nas ruas e por meio de ocupações, os meios virtuais tornaram-se terrenos onde isso pode também ocorrer como nos afirma Espírito Santo et al.,

Frente às diversas possibilidades que a internet proporciona, a rede se constitui como um espaço de articulação de grupos, organizações e instituições. Os movimentos sociais incorporaram a internet para divulgar suas causas, lutas e estabelecer um diálogo direto com a sociedade sem depender dos grandes veículos de comunicação. (ESPIRITO SANTO et al., (2016, p. 142).

As denominadas “Jornadas de Junho” em 2013 é um bom exemplo disso, esse movimento foi iniciado a partir do aumento de 20 centavos nas tarifas dos transportes públicos de São Paulo, e teve por líder o Movimento pelo Passe Livre (MPL), fundado a partir da carta de princípios elaborada no V Fórum Social Mundial citado anteriormente, o MPL conforme Zoccal:

[...] caracteriza-se por ser um movimento social de transportes autônomo, a partidário e horizontal, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua principal luta pauta-se na gratuidade do transporte público, pois defende que o transporte é um direito fundamental para a efetivação de outros direitos, à medida que garante o acesso a serviços públicos como saúde, educação, cultura e lazer. (ZOCCAL, 2017, p. 324-325).

A jornada teve início em 06 de junho e durou até o dia 20 de junho de 2013, e foi dividida em “grandes atos” como denominou o MPL, o primeiro grande ato aconteceu no dia 06 com 2 mil pessoas presentes, pois a polícia reprimiu a manifestação com uso de gás lacrimogênio e de efeito moral, com a não aceitação da diminuição da tarifa pelo governador de São Paulo Geraldo Alckimin e Fernando Haddad prefeito da capital do estado, foi realizado o segundo grande ato no dia 7 e contou com a presença de 5 mil manifestantes, a polícia novamente utilizou de gás lacrimogênio e efeito moral e ainda *spray* de pimenta com o intuito de dispersar o movimento, no entanto o grupo de militantes *Black Bloc*²⁶ que fazia a segurança do movimento respondeu à ação policial, além do grupo *Black Bloc* o grupo *Anonymous* se fez presente nas manifestações, além de estarem nas ruas o grupo invadiu o site da Secretaria Municipal de Educação da capital paulista, o que fez com que outro grande ato fosse convocado (ZOCCAL, 2017; ESPÍRITO SANTO; DINIZ; RIBEIRO, 2016).

O terceiro grande ato ocorreu em 11 de junho de 2013 e a manifestação teve seis horas de duração, e a polícia se fez presente mais uma vez utilizando dos recursos supracitados, a

²⁶ “[...] o Black Bloc surgiu na Alemanha no início dos anos de 1980. Posteriormente o seu modo de agir foi reproduzido por adeptos do Movimento Anarcopunk.” Zoccal (2017, p.330).

grande mídia e jornais posicionaram-se contra as manifestações, mas isso não parou o movimento, e um quarto grande ato foi convocado para o dia 13 de junho de 2013, este contou com 10 mil pessoas presentes, e a polícia entrevistou intensamente, muitas pessoas foram feridas e presas, além de gás lacrimogêneo e de efeito moral e *spray* de pimenta a polícia fez o uso de balas de borracha que foram utilizadas até em pessoas que não participaram da manifestação, toda essa violência para com o movimento fez com que o posicionamento antes tomado pela mídia mudasse, indo dessa vez contra a repressão policial e a partir disso a população passou a apoiar o movimento, fotos e relatos postados nas redes sociais fizeram crescer essa indignação com a violência policial, nas redes sociais surgiram as *hashtags* #vempruarua e a #OgiganteAcordou. Além do *Black Bloc* e *Anonymous*, o grupo Mídia Ninja²⁷ realizou a transmissão ao vivo das manifestações, diferentemente dos demais jornais o grupo permitia a interação dos espectadores com o programa durante a transmissão dos acontecimentos, mostrando a quem repressora estava sendo a polícia naquele momento, diante disso, o prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad se posicionou contrariamente aos atos policiais para com o movimento (ZOCCAL, 2017; ESPÍRITO SANTO; DINIZ; RIBEIRO, 2016).

Com a rápida disseminação das informações sobre as manifestações pelos meios de comunicação e mídias sociais, com a visibilidade da repressão policial as manifestações se espalharam por todo o país e conforme Gohn (2014, p. 431) “O crescimento das manifestações levou à ampliação das demandas com um foco central: a má qualidade dos serviços públicos, especialmente transportes, saúde, educação e segurança pública”.

A partir do dia 13 de junho de 2013 postagens com o intuito de instruir como ajudar o movimento que ocorria, passaram a ser frequentes e no dia 17 de junho de 2013 o movimento com a participação de 65 mil pessoas fez acontecer o quinto grande ato, dessa vez sem repressão policial, e com esse ato o movimento alcançou seu objetivo principal, Alckmin e Haddad revogaram o reajuste das passagens, os 20 centavos foram retirados, e como forma de comemoração a MPL convocou mais um ato no dia 20 de junho com 110 mil pessoas encerrando as jornadas na cidade de São Paulo. Zoccal (2017, p. 327) no entanto explica que “[...] embora a principal pauta das manifestações tenha sido alcançada com a redução das tarifas, os atos de protesto continuaram ocorrendo nas capitais e principais cidades do interior do país.” No total as jornadas de junho de 2013 reuniram mais de 1 milhão de pessoas (GOHN, 2014).

²⁷ Grupo “[...] ligado ao coletivo da área cultural Fora do Eixo [...] o grupo Ninja significa Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação.” (ESPÍRITO SANTO; DINIZ; RIBEIRO, 2016, p. 150).

A presidente Dilma Rousseff realizou um pronunciamento em rede nacional pelo rádio e pela TV legitimando os movimentos sociais ocorridos bem como comprometendo-se a ouvir as reivindicações dos mesmos e promover a melhoria das políticas de educação, saúde e as relacionadas à mobilidade urbana (ZOCCAL, 2017).

Em 2014 o movimento estudantil organizado teve seus atos voltados para o apoio à reeleição da Presidente Dilma Rousseff e na luta pela aprovação do Plano Nacional de Educação com garantia de 10% do PIB para o setor da educação aprovado pela Lei nº 13.005/2014 (UBES, 2015-2017).

Entre os 2015 e 2016 o movimento estudantil secundarista realizou o que ficou conhecido como “primavera secundarista”, o movimento se deu por meio da ocupação de várias escolas e teve início em São Paulo com o anúncio da reorganização escolar pelo governador do estado Geraldo Alckmin, a proposta anunciada pela Secretaria da Educação do estado afetava diretamente 94 escolas organizando o ensino em ciclos únicos, isto é as escolas passariam a oferecer somente o ensino fundamental I, ou ensino fundamental II ou o ensino médio, dessa forma várias escolas seriam fechadas e estudantes remanejados, as ocupações realizadas pelos secundaristas no entanto impediu que isso ocorresse (UBES, 2015-2017).

Essas ocupações foram impulsionadas no ano de 2016 abrangendo também universidades com a reforma do ensino médio (MP 746/2016)²⁸ que promove a mudança da estrutura do ensino médio e o congelamento dos investimentos na educação por 20 anos (Proposta de Emenda Constitucional-PEC 241/2016)²⁹ por Temer que assumira o país após o *impeachment* de Dilma Rousseff (UBES, 2015-2017).

No dia 05 de outubro de 2016 os (as) estudantes organizaram o “Dia Nacional de Mobilização contra o desmonte da educação”, em resposta às medidas tomadas pelo governo, além da Medida Provisória 746/2016 e a PEC 241/2016 outra pauta era a Lei da Mordaza (PL 867/2015)³⁰ que limitava o livre debate das questões de gênero, sexualidade, política e religião

²⁸ Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. (BRASIL. **Medida provisória** nº 746/2016, de 22 de setembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 26 de outubro de 2021).

²⁹ Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. (BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional** nº 241/2016 de 15 de junho de 2016. (BRASIL, 2016b) Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 26 de outubro de 2021).

³⁰ Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". (BRASIL, **Projeto de Lei** nº 867/2015 de 23 de março de 2015. Disponível em:

tornando as instituições educacionais espaços neutros e sem partido, durante a manifestação foram realizados debates e atividades dentro das escolas relacionados às pautas em questão (UBES, 2016).

Uma onda de ocupações tomou conta das escolas brasileiras reivindicando a derrubada das propostas impostas e pela melhoria da educação e efetivação da democracia, bem como contra o esquema de fraude e corrupção na compra de alimentos para a merenda escolar, esse esquema ficou conhecido como a “máfia da merenda”³¹ os (as) estudantes secundaristas mostraram sua força, garra e determinação na luta pela educação de qualidade e seu investimento, os (as) estudantes utilizaram das mídias sociais para adensar sua luta (UBES, 2015-2017).

Na cidade de Miracema do Tocantins, um dos municípios cenários desta pesquisa, também houve ocupação em protesto à PEC 241/2016 e MP 746/2016. A ocupação ocorreu no Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula, o fato tornou-se notícia de jornal pelo fato dos (as) estudantes serem algemados e encaminhados para a delegacia. A ocupação ocorreu no dia 26 de outubro de 2016, e contou com a presença de estudantes do CEM e da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Sob determinação do promotor titular da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, a Polícia Militar foi chamada para realizar a desocupação do local no dia 27 de outubro. 26 estudantes foram levados para a delegacia local, sendo que apenas dois tinham mais de 18 anos. Durante a desocupação realizada dois estudantes foram algemados entre eles um adolescente de apenas 15 anos, após determinação judicial todos os (as) estudantes foram soltos (G1 TOCANTINS, 2016).

O último acontecimento de nível nacional envolvendo o movimento estudantil foi a mobilização de adiamento do ENEM em 2020, onde a Defensoria Pública da União em conjunto com os (as) estudantes pediram o adiamento do exame que é o principal meio de acesso ao ensino superior do país (PALHARES, 2021), em meio à pandemia o Ministério da Educação lançou a chama para as inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio, que dizia o seguinte: “A vida não pode parar, é preciso ir à luta, se reinventar, superar...estude de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, pela internet, com a ajuda a distância dos professores”³² que fez com que os (as) estudantes se revoltassem contra o descaso e fechar dos

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 26 de outubro de 2021).

³¹Estudantes paulistas ocuparam a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) e com muita pressão conseguiram com que fosse aberta a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a investigação do esquema de fraude e corrupção na compra de alimentos para a merenda escolar (UBES, 2015-2017, online).

³² Propaganda Enem 2020| Inscrições, Disponível em: <https://youtu.be/apufjiGIY0>.

olhos do governo para a crise sanitária e social latente vivida e para com a situação dos (as) estudantes, sobretudo os de escolas públicas, quanto a isso David (2020, p. 278) nos afirma que “[...] as condições socioeconômicas dos estudantes de escola pública hoje no Brasil apresentam uma ausência de direitos que não lhes possibilitam “superar” as lacunas existentes na sua formação educacional”.

Grande parte desses estudantes não possui acesso à *internet* em casa ou mesmo lugares adequados para estudo, pois dividem o espaço com muitas pessoas tendo em vista que o meio mais eficaz para o controle do vírus é o isolamento social, dessa forma as famílias estão dentro de suas casas e muitas vezes com mais pessoas, por exemplo com idosos, os avôs e avós que necessitam de mais cuidado e que foram para a casa de seus filhos, sem contar que alguns jovens e adolescentes precisaram procurar emprego para complementar a renda. Todo esse cenário impede que se estude de qualquer lugar, e fica explícito o enaltecimento da meritocracia por parte do governo.

Diante disso, os (as) estudantes e suas entidades de representação organizaram-se e começaram a pressionar o governo para que as provas fossem adiadas, uma petição *online* foi aberta e recebeu milhares de assinaturas dos (as) estudantes de todo o país, a *hashtag* #adiaenem foi levantada e várias outras mobilizações realizadas (CATRACA LIVRE, 2020), a reivindicação foi atendida pela aprovação do Projeto de Lei 1.277/2020³³.

Os movimentos sociais sobretudo os estudantis, formaram e ainda formam uma grande força para a garantia de direitos e mudanças nas áreas da educação, saúde e outras, os acontecimentos aqui explanados afirmam isso. Além de irem para as ruas e realizarem ocupações a *internet* tornou-se ferramenta fundamental para a articulação do movimento, fazendo-o chegar aos demais setores da sociedade e dessa forma agregando outros sujeitos e potenciais transformadores da nossa sociedade frente aos desmontes e contrarreformas que tem crescido cada vez mais nos últimos anos, fazendo com que os direitos dispostos na Carta Magna sejam sucateados e negligenciados em prol dos interesses do capital.

Partindo da discussão do contexto da pandemia na educação e as questões que o envolvem será tratado a seguir sobre os impactos sofridos pelos sujeitos que permeiam esse espaço da educação, sobretudo a partir do estabelecimento do ensino remoto emergencial.

³³ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 1.277/2020**. Inclui § 1º-A ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a prorrogação automática de prazos para provas, exames e demais atividade para acesso ao ensino superior em caso de reconhecimento de estado de calamidade pelo Congresso Nacional ou de comprometimento do regular funcionamento das instituições de ensino do país. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/141354>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

3.5 O contexto da pandemia da COVID-19 e o ensino remoto emergencial: Alguns impactos sociais, políticos e econômicos

O novo coronavírus, COVID-19 (Sars-Cov-2) que surgiu em Wuhan na China em dezembro de 2019 e se espalhou por todo o mundo, alguns lugares com mais intensidade que outros, e com o aumento de casos a nível global em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de pandemia, apesar disso muitas pessoas acreditavam que em questão de dias isso fosse revertido o que não aconteceu, já estamos há quase dois anos enfrentando esse vírus mortal que já tem mutações ainda mais perigosas.

Durante esse tempo vimos todos os dias o número de contaminados e mortos crescerem, ficamos chocados com a calamidade que se instaurou, necrotérios lotados, enormes valas comunitárias cavadas a espera daqueles que não resistiram à doença, que mesmo sendo tão grave e levando tantas vidas foi chamada de gripezinha pelo chefe do executivo brasileiro do país, o presidente da República Jair Bolsonaro. O total de mortos pelo Corona Vírus no Brasil hoje, soma mais de 600 mil pessoas

Diante disso, tivemos que alterar nosso dia a dia, o contato foi proibido o isolamento social precisava e precisa ser respeitado, pois é uma das maneiras mais eficazes de conter o crescimento da doença. As instituições que mantinham aqueles que às frequentavam juntos por extensos períodos tiveram suas atividades presenciais suspensas, como as escolas.

As aulas presenciais foram substituídas pelo ensino remoto através da portaria nº 544 de 16 de junho de 2020 que “[...] dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo coronavírus-COVID-19”, 32,4 milhões de (as) estudantes tiveram suas aulas presenciais substituídas pelo ensino remoto, “[...] 3,7 milhões da Educação Superior e 28,6 milhões da Educação Básica.” (SENADO FEDERAL, 2020a, p. 3).

No que trata do ensino remoto emergencial adotado, este é permeado de dúvidas e inseguranças. Para que fosse implantado foi necessária uma abrupta apropriação das ferramentas digitais de comunicação e *web conferência* por parte dos professores e estudantes. Mas, para acessar essas ferramentas é necessário que se tenha acesso a *internet* de boa qualidade, o que não ocorre para um percentual de estudantes, tendo em vista que a pesquisa do Instituto DataSenado sobre Educação durante a pandemia realizada em agosto de 2020 apresenta que 20% dos pais de estudantes não têm acesso a *internet* para que os filhos estudem (SENADO FEDERAL, 2020a).

Apesar de que os outros 80% dos pais possuam esse acesso, não se deve prelevar o percentual dos que não têm esse acesso, tendo em vista que a pesquisa aponta também que os pais que têm filhos que estudam em instituições públicas não tem acesso à internet em proporção igual aos pais que tem filhos em instituições privadas. 26% dos pais com filhos em instituições públicas alegaram não ter acesso à *internet* e somente 4% dos pais com filhos em instituições particulares alegaram também não ter acesso, uma diferença de 22% entre os dois tipos de pais pesquisados (SENADO FEDERAL, 2020a).

Dessa forma, pode-se perceber que o acesso à *internet* também está ligado à renda das famílias. No que se refere a essa questão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizou uma pesquisa sobre o acesso à *internet* e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal em 2019, nessa pesquisa o Instituto obteve que:

No País, o rendimento real médio *per capita* nos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 1 527) foi o dobro do rendimento nos que não utilizavam esta rede (R\$ 728). A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as Grandes Regiões. (IBGE, 2019, p. 6).

Assim, o acesso à *internet* ainda é restrito àqueles de mais poder aquisitivo. Uma das medidas tomadas pelas secretarias da educação municipais e estaduais no que diz respeito aos (as) estudantes do ensino fundamental e médio que não tem acesso à *internet* e aos da zona rural foi a distribuição de materiais físicos, a pesquisa do Instituto DataSenado explicita que em agosto de 2020, 19% dos (as) estudantes do ensino infantil, fundamental e médio buscaram suas atividades na escola (SENADO FEDERAL, 2020a).

Contudo, não é somente a falta de acesso à *internet* que impossibilita o acesso pleno à educação nesse período, a fome é um desses fatores, muitos estudantes tinham a merenda escolar como sua principal refeição e isso lhes foi tirado, não há aprendizado quando a fome fala mais alto, não há concentração se o estômago está vazio, Saraiva, Traversini e Lockmann (2020, p. 11) reafirmam isso “[...] a desigualdade e as dificuldades enfrentadas pelos (as) estudantes de escolas públicas não podem ser resumidas à questão de acesso à internet. Os (as) estudantes mais carentes, que não podem desfrutar da merenda escolar, estão passando fome”.

Os (as) estudantes do ensino privado não sofrem severamente com essa falta de acesso à *internet* e alimentação que assola os (as) estudantes da rede pública, e apesar de medidas como

a distribuição de gêneros alimentícios como descreve a Lei nº 13.987, de 07 de abril de 2020³⁴ as medidas adotadas não são suficientes para impedir que ocorra insegurança alimentar e nutricional por parte dos grupos vulneráveis em decorrência da pandemia (GURGEL et al., 2020) revelando a negligência para com a garantia do direito humano à alimentação, Gurgel et al. (2020) apontam em pesquisa que a crise sanitária causada pela pandemia do novo coronavírus expôs as injustiças presentes nos sistemas alimentares e a “[...] necessidade da estruturação de políticas públicas que assegurem, além do fornecimento de alimentos, condições suficientes para a manutenção da dignidade humana, a despeito das questões de gênero, raça/etnicidade e classe.” (GURGEL et al., 2020, p. 4963).

Além disso, o ensino remoto que leva a sala de aula para a sala de casa dos (as) estudantes, desconsidera as desigualdades sociais e condições de moradia, pois, quando essa sala em casa não existe para a maioria dos (as) estudantes da rede pública, se torna um ponto dificultador no acesso ao ensino. Muitos (as) estudantes, dividem o espaço com várias outras pessoas, por não ter um cômodo específico para estudo, bem equipado, com ventilação adequada para tempo de estudo de qualidade. O próximo subitem trará o contraste entre o Ensino à Distância e o Ensino Remoto, quais as características de cada um e as suas implicações na vida dos (as) estudantes e professores (as).

3.5.1 O contraste entre EAD e Ensino Remoto

Apesar de ser confundido muitas vezes com o Ensino a Distância (EaD) o ensino remoto não possui as mesmas características que ele, Sunde et al. define bem a diferença entre esses dois tipos de ensino

O ensino a distância, ou simplesmente EaD, é uma modalidade de ensino que possui uma estrutura política e didática-pedagógica completa, procurando englobar de maneira flexível uma gama de conteúdos e atividades para cada disciplina, de acordo com objetivos e características dos conhecimentos e das habilidades gerais, específicas e socioemocionais orientadas pelos órgãos diretivos da Educação no país. Enquanto o ensino remoto é uma modalidade aplicável para responder um problema temporário, como forma de dar continuidade às atividades pedagógicas com uso exclusivo dos meios tecnológicos ligados ao internet. (SUNDE et al., 2020, p. 4-5).

³⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/113987.htm. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

Saraiva, Traversini e Lockmann (2020) por sua vez caracterizam o Ensino a Distância como sem interações síncronas entre professores e estudantes. O professor é substituído pela figura do tutor, outra característica é a avaliação padronizada e o alcance de metas de aprendizagem. Já o ensino remoto é caracterizado pelo controle do uso do tempo, com o envio de evidências do uso mesmo em atividades não avaliativas, outra característica que o difere do EaD é a realização de encontros síncronos eventuais entre estudantes e professores (as), o estabelecimento de uma relação entre educando (a) e educador (a) mesmo sem o contato físico, os dois métodos fazem uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), contudo, o último é utilizado em situações de emergência como é o caso da pandemia vivenciada (SARAIVA TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020), e que podem transcender esse cenário e permanecer em várias instituições inclusive as de ensino o que engloba o trabalho docente como afirmam Raichelis e Arregui (2021), pois as mesmas autoras afirmam que o teletrabalho na pandemia está servindo como um “grande laboratório” tanto para as empresas quanto para empresas de cunho público ou privado.

O ensino remoto então não deve ser pensado como mera transferência da educação presencial para a virtual, esse novo modelo exige abordagens diferentes bem como novas formas de avaliação e isso não acontece sem esforço tanto dos que aprendem quanto dos que ensinam.

Muitos professores se não a totalidade tivera suas cargas de trabalho aumentadas, tendo que planejar as atividades, produzir vídeos em alguns casos, compartilhar o material produzido de forma virtual, atender às demandas dos (as) estudantes e pais além de corrigir as atividades, assim, o Instituto DataSenado em pesquisa realizada em setembro de 2020 sobre Teletrabalho e Mercado de Trabalho apresentou que entre os profissionais que trabalham por jornada 61% recebem “[...] mensagens, ligações ou e-mails fora do horário regular de trabalho. Além disso, 78% afirmam já ter trabalhado além do horário normal da jornada”. (SENADO FEDERAL, 2020b, p. 16).

Todas essas atividades são desenvolvidas de forma conciliada com os seus demais afazeres e cuidados com a família, sobretudo no caso das mulheres que tem sua carga de trabalho muito maior que a dos homens, pois, são elas que cuidam da limpeza, da alimentação dos filhos e dos cônjuges além dos cuidados com idosos.

Somados a falta de equipamentos e acesso adequado à internet acarreta levando a tarefa da docência à exaustão, a pesquisa supracitada apresentou ainda que no que se refere às dificuldades enfrentadas frente ao teletrabalho ou ao *Home Office* as respostas foram diferentes de acordo com o gênero dos trabalhadores o que reforça o que foi dito anteriormente, “[...] entre

as mulheres a mais citada é conciliar o trabalho com as tarefas domésticas, enquanto a falta de internet de qualidade é a mais lembrada por homens.” (SENADO FEDERAL, 2020b, p. 8).

Os trabalhadores submetidos ao teletrabalho como o caso dos professores enfrentam ainda a falta de auxílio para a obtenção de equipamentos para o trabalho e para com os custos decorrentes deste como energia elétrica e internet ainda de acordo com a pesquisa do DataSenado apresenta que 68% dos trabalhadores entrevistados não receberam auxílio das suas instituições empregadoras para a obtenção de equipamentos para o trabalho e 88% desses trabalhadores arcam com os custos de energia e internet despendidos no trabalho (SENADO FEDERAL, 2020b).

Além dos (as) estudantes e professores (as) terem que se adaptarem a essa nova realidade heterogênea, as famílias destes também, além de lidarem com o *Home Office* de alguns de seus membros, passaram a lidar com a rotina de atividades e aulas *online* dos seus filhos, netos ou sobrinhos, o que antes era feito dentro do ambiente escolar é feito agora em casa e em condições diferentes para cada família tendo em vista que nem todas as famílias tem pais, mães, tios, avós, irmãos mais velhos escolarizados ou com o nível educacional exigido nas atividades, além de alguns não terem acesso à *internet* ou equipamentos para esse acesso ou mesmo o conhecimento exigido para o seu manuseio, o que dificulta o aprendizado dos (as) estudantes que dessa forma ocorre de maneira dissonante e mais acentuada na situação de crise sanitária hoje vivida.

A “adoção” do teletrabalho ou *Home Office* pelas instituições dos mais variados setores causou grandes impactos como se pode observar, tudo passou a ser virtual, o medo veio junto do “novo normal” que a partir desse acontecimento se instalou, e que favoreceu como afirma Raichelis e Arregui (2020) vigilância, controle, transferência do gerenciamento do trabalho para os trabalhadores, exigência de produtividade além do alcançável, intensificação do trabalho e precarização do mesmo além de outras formas de exploração e a partir destas, surgiu ainda o adoecimento físico e mental.

Diante de todo o exposto, a pandemia do novo coronavírus escancarou as desigualdades sociais há tempos vividas em nossas sociedades, desde a falta de acesso a condições sanitárias mínimas, à renda, moradia, educação de qualidade, saúde e à alimentação, o que exige que mecanismos de proteção social sejam criados e os já existentes fortalecidos, pois como bem afirma Moreno e Matta:

Aqueles que carecem dos mecanismos de proteção social são invisibilizados e empurrados para os espaços das ausências e conformam, de fato, o principal grupo de risco da pandemia de Covid-19. Eles não podem ficar em casa – eles limpam e cuidam das casas das classes privilegiadas. Eles não têm o mesmo potencial de acesso a serviços de saúde e condições de cuidado que os representantes das categorias

abastadas – eles cuidam dos doentes em casas de luxo, em hospitais públicos e privados, em casas de apoio. Eles não moram, não dormem, não comem, não se deslocam e não se higienizam como os de renda familiar suficiente. Aliás, muitos deles não têm renda familiar alguma. (MORENO; MATTA, 2020, p.45-46).

Dessa forma, observa-se que os impactos educacionais, sociais e econômicos decorrentes da pandemia não são homogêneos, eles atingem cada camada social, cada grupo que compõe a sociedade de diferentes formas, e para a grande massa esses impactos são bem mais agudos, cortantes e prolongados, as pessoas invisíveis aos olhos dos governantes e que carregam o país com a sua força de trabalho carecem do olhar atento dos que governam o país.

As medidas como concessão do auxílio emergencial pelo decreto nº 10.316 de 7 de abril de 2020³⁵, ou a vacinação em massa que ocorre desde o dia 17 de janeiro de 2021 não são suficientes sozinhas é preciso que o cerne das desigualdades sociais seja enfrentado.

A realidade do ensino durante o período pandêmico apresentado, foi vivenciada pelas unidades de ensino abrangidas pela pesquisa, e diante disso, cada uma lidou com essa realidade de forma particular, conforme os recursos e planejamentos, o que será abordado no capítulo a seguir, que tratará ainda do histórico dos municípios participantes da pesquisa, trazendo suas características e particularidades.

³⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10316-7-abril-2020-789958-norma-pe.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

4 HISTÓRIA E PARTICULARIDADES DOS MUNICÍPIOS E UNIDADES DE ENSINO DE MIRACEMA DO TOCANTINS E ENTORNO

No presente capítulo será abordado um pouco da história dos municípios em que se encontram as unidades de ensino que participaram do Projeto Grêmios Estudantis: ações para a organização e participação política e iniciação científica (GEST) no ano de 2020 e Grêmios Estudantis - Do Ensino Fundamental ao Médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM) de forma parcial em 2021, bem como a criação e as particularidades das unidades de ensino que constituíram o lócus da presente pesquisa, logo a necessidade de caracterizá-las tendo como base os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de cada uma.

4.1 Especificidades históricas e geográficas dos municípios envolvidos na pesquisa

Atualmente os municípios envolvidos na pesquisa estão localizados na região central do estado, onde se localiza o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins no Câmpus Warã em Miracema do Tocantins. Estes municípios possuem a sua importância social, cultural e econômica dentro do estado do Tocantins e as suas histórias estão entrelaçadas pela dinâmica de povoamento dessa região, conforme dados a seguir:

Quadro 1- Especificidades históricas e geográficas dos municípios de Miracema do Tocantins, Miranorte, Lajeado do Tocantins e Tocantínia

	MIRACEMA (TO)	MIRANORTE	LAJEADO (TO)	TOCANTÍNIA
Ano de criação	1848 (Lei Estadual nº 120 de 25 de agosto de 1948)	1964 (Lei nº 4.820 de 08 de novembro de 1963)	1991 (Lei Estadual nº 251, de 20 de fevereiro de 1991)	1953 (Lei Estadual nº 798 de 7 de outubro de 1953)
Gentílico	miracemense	miranortense	lajeadense	tocantiniense
População Estimada	17.692 pessoas (2021)	13.551 pessoas (2021)	3.199 pessoas (2021)	7. 688 pessoas (2021)
Densidade Demográfica	7,79 habitantes por Km ² (2010)	12,24 habitantes por Km ² (2010)	8,60 habitantes por Km ² (2010)	2, 59 habitantes por Km ² (2010)
Taxa de Escolarização	6 a 14 anos de idade: 97,1% (2010)	6 a 14 anos de idade: 97% (2010)	6 a 14 anos de idade: 95,5% (2010)	6 a 14 anos de idade é de 95, 5% (2010)

PIB per capta	28.347,50 reais (2018)	19.648,43 reais (2018)	21.817,66 reais (2018)	9.623, 27 reais (2018)
Média de taxa de mortalidade infantil	16.95 óbitos por mil nascidos vivos (2019)	---	---	---
Área da unidade territorial do município	2.663,745 km ² (2020)	1.033,201 km ² . (2020)	318,292 km ² (2020)	2.609, 775 Km ² (2020)
Índice de Desenvolvimento Humano ³⁶	0,684	0.662	0.675	0,589
Índice de desenvolvimento da Educação Básica	Anos Iniciais em unidades de ensino público: 5,0. Anos finais em unidades de ensino público: 4,3. ensino médio em estabelecimentos de ensino público: 4,3. (2019)	Anos iniciais em unidades de ensino público: 5,2. Anos finais em unidades de ensino público: 4,3.	Anos iniciais em unidades de ensino público: 5,7. Anos finais em unidades de ensino público: 4,8. Ensino médio em unidades de ensino público: 4,7.	Anos iniciais em unidade de ensino público: 5,0. Unidades municipais: 5,4. Anos finais em unidades de ensino público estadual: 3,3.

Fonte: IBGE, c2021. Elaboração própria: SILVA, 2021.

Diante disso, nesse item, será abordado as especificidades históricas e geográficas de cada município envolvido na pesquisa por entender que se deve buscar na história a compreensão da realidade contemporânea.

4.1.1 Miracema do Tocantins

Com a abundante variedades de caça e a fertilidade da terra os primeiros habitantes de Miracema foram os índios Xerentes que não ficaram por muito tempo por causa das várias doenças encontradas por eles no local. Já em 1920 passa a ser distrito pela Lei Municipal nº 2 de 25 de novembro de 1920 sob a denominação de Bela Vista subordinado ao município de Santa Maria do Araguaia (IBGE, c2017; UFT, 2020).

³⁶ “[...] o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH.” (PNUD BRASIL, c2021, *online*).

O desenvolvimento local foi iniciado a partir da produção de cana de açúcar, e com isso comércios locais foram criados em concorrência com os existentes na cidade vizinha, Piabanha hoje chamada de Tocantínia. Ao redor dos estabelecimentos instalados os imigrantes provenientes do Estado do Maranhão passaram a construir suas casas, e devido a esse progresso o local passou a ser chamado pelos que ali habitavam de Vila de Miracema (IBGE, c2017).

Em 1933 a partir da divisão administrativa o distrito de Bela Vista torna-se parte do município de Santa Maria do Araguaia e a partir do Decreto-lei Estadual de nº 1.233 de 31 de outubro de 1938 Bela Vista passou a ser denominado de Miracema cinco anos depois, em 1943 a partir do Decreto-lei Estadual de nº 8.305 de 31 de dezembro o distrito de Miracema passou a ser chamado de Xerente. E em 1948 é elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 120 de 25 de agosto de 1948 passando a ser denominado de Miracema do Norte sendo desmembrado do município de Santa Maria do Araguaia (IBGE, c2017).

A partir do Decreto Legislativo nº 1 de 01 de janeiro e 1989, Miracema do Norte passa a ser chamada de Miracema do Tocantins. Com o desmembramento do estado de Goiás, e criação do estado do Tocantins no dia 05 de outubro de 1988 pelo art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição e em 1º de janeiro de 1989 foi instalado o estado do Tocantins tendo como capital provisória a cidade de Miracema do Tocantins permanecendo com o título até dezembro daquele ano (IBGE, c2017).

Após a apresentação da unidade de ensino, o próximo subitem abordará sobre o município de Miranorte.

4.1.2 Miranorte

A história do Município de Miranorte está ligada à história do município de Miracema do Tocantins. A região do município de Miranorte teve seu desenvolvimento a partir da sua ligação com a BR-14 que hoje tem o nome de BR-153 também conhecida como Belém-Brasília e dá acesso ao norte e ao sul do país. Antes da instalação da rodovia o desbravamento da região de Miranorte ocorria através da agricultura e pecuária, riquezas que despertaram o interesse de Job Lima que fundou uma fazenda à margem direita do ribeirão Providência, a fazenda recebeu o nome de Sucupira uma árvore predominante na região (IBGE, c2017).

A fazenda construída foi comprada por Antonio Alexandrino Ribeiro, em 12 de agosto de 1958 Antonio Pereira de Souza mais conhecido como Antonio Saudoso, que prestava serviço a firma Jorge Lumes-Engenharia de Construção acompanhado por 15 homens os quais chefiava, chegou à fazenda, instalando-se em suas proximidades tendo como objetivo a construção de

uma ponte sobre o curso de água, o que veio a facilitar a continuidade da construção da então BR-14 que em seu projeto passava pelo local (IBGE, c2017).

Durante a execução do projeto, em 1959 Antonio Saudoso planejou a execução de um novo povoado à margem da rodovia que seguia sendo construída, o povoado foi chamado de Belém-Brasília pelo fato de se localizar à margem da rodovia. Logo casas de forasteiros passaram a compor o novo povoado (IBGE, c2017).

Um dos primeiros a firmar-se no incipiente povoado foi Frutuoso Vieira que fazia o fornecimento dos mantimentos dos trabalhadores de Antonio Saudoso, posteriormente Frutuoso passou a dedicar-se à agricultura, que junto da extração da amêndoa do coco babaçu e a exploração do comércio tornaram-se atrativos para as famílias imigrantes que passaram a se fixar no local (IBGE, c2017).

O povoado formado recebeu o nome de Providência, proveniente do ribeirão que banha o local. Em 31, de dezembro de 1962 o povoado foi elevado à categoria de Vila pela Lei nº 104, recebendo o nome de Miranorte. A vila foi declarada distrito em 1º de janeiro de 1963, e um ano mais tarde em 1º de janeiro de 1964 pela Lei nº 4.820 de 08 de novembro de 1963 foi instalado o município de Miranorte (IBGE, c2017).

Os habitantes do município de Miranorte possuem o gentílico de miranortense, a população de acordo com o último censo (2010) é de 12.623 pessoas com população estimada em 2021 de 13.551 pessoas. A densidade demográfica (2010) do município é de 12,24 habitantes por Km², a taxa de escolarização dos habitantes 6 a 14 anos de idade (2010) é de 97%, em relação à economia o PIB per capita (2018) foi de 19.648,43 reais, a área da unidade territorial do município (2020) é de 1.033,201 km². O Índice de Desenvolvimento Humano de Miranorte é de 0.662. No que trata do índice de desenvolvimento da Educação Básica (2019) o município apresenta os seguintes números Anos iniciais em unidades de ensino público 5,2, já os anos finais em unidades de ensino público o índice é de 4,3 (IBGE, c2017).

Diante da apresentação o próximo subitem trará um pouco da história do município de Lajeado do Tocantins.

4.1.3 Lajeado do Tocantins

Os primeiros habitantes de Lajeado chegaram a partir do século XVIII, estes eram imigrantes dos estados do Piauí, Bahia e Maranhão por meio da navegação pelo Rio Tocantins que era realizada em botes e batelões (canoas), meio de transporte mais viável naquele período, essas embarcações eram utilizadas também para a comercialização de mercadorias advindas da

região norte e nordeste. A comercialização dessas mercadorias ocorria por meio de trocas por ouro, extraído da serra do Lajeado. O ouro dessa região foi descoberto na década de 1920 e impulsionou o crescimento do número de pessoas ali com a chegada de garimpeiros (IBGE, c2017).

Posteriormente e com a chegada de cada vez mais pessoas em busca da riqueza do local, o lugarejo cresceu, mas só se consolidou como povoado a partir da efetivação do comércio fluvial por Justino Sales Monteiro um dos filhos dos primeiros moradores de Lajeado, Sérgio Monteiro e sua esposa Maria Monteiro. Além de estabelecer o comércio Justino foi quem realizou as primeiras construções públicas no local, entre as quais está a Primeira Capela de Lajeado, a Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência, diante de todos esses feitos Justino é considerado pelos moradores do município de Lajeado como fundador do lugar. Lajeado foi elevado à categoria de município e distrito com o nome que hoje tem pela Lei Estadual nº 251, de 20 de fevereiro de 1991, e em 1992 por meio da Lei Estadual nº 498, de 21 de dezembro de 1992 foi desmembrado do município de Tocantínia (IBGE, c2017). A seguir tratar-se-á sobre o histórico do município de Tocantínia.

4.1.4 Tocantínia

A história de Tocantínia está ligada à catequização indígenas Xerentes. O Padre Frei Antônio Ganges com 30 anos chegou a essas terras por volta de 1860 com esse objetivo, permanecendo por 40 anos. A cidade foi chamada primeiramente de Tereza Cristina em homenagem a então imperatriz do Brasil e esposa de Dom Pedro II, posteriormente o nome foi substituído por Piabanha, nome do ribeirão presente no local (TOCANTÍNIA (TO). Câmara Municipal, 2021).

Em 1936 a cidade recebeu o nome que possui hoje, Tocantínia. A cidade foi emancipada em 1988 tendo como marco de desenvolvimento geográfico e socioeconômico a instalação da capital Palmas. Localizada na margem direita do Rio Tocantins, conta com 62 aldeias indígenas do povo Akwê, comumente conhecidos como Xerentes (TOCANTÍNIA (TO). Câmara Municipal, 2021). Tocantínia já foi referência estadual de educação e nela estão localizados dois colégios de importância histórica e que também já foram referência em educação são eles o Colégio Batista que mantém sua arquitetura colonial e o Colégio Frei Antônio (TOCANTÍNIA (TO). Câmara Municipal, 2021).

A cidade foi elevada à categoria de município com o nome de Tocantínia a partir da Lei Estadual nº 798 de 7 de outubro de 1953 quando também foi desmembrada de Pedro Afonso município de quem era distrito (IBGE, c2017).

Os habitantes do município de Tocantínia possuem o gentílico de tocantiniense, a população de acordo o último censo (2010) é de 6. 736 pessoas com população estimada em 2021 de 7. 688 pessoas. A densidade demográfica (2010) do município é 2, 59 habitantes por Km², a taxa de escolarização dos habitantes de 6 a 14 anos de idade (2010) é de 95, 5%, em relação à economia o PIB per capita (2018) foi de 9.623, 27 reais, a área da unidade territorial do município (2020) é de 2.609, 775 Km². O Índice de Desenvolvimento Humano de Tocantínia é de 0,589. No que trata do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (2019) o município apresenta os seguintes números: Anos iniciais em unidade de ensino público 5,0, unidades municipais 5,4, os anos finais em unidades de ensino público estadual o índice é de 3,3 (IBGE, c2017).

Diante da apresentação do histórico dos municípios, posteriormente abordar-se-á sobre as unidades de ensino participantes da pesquisa, trazendo seu histórico e particularidades.

4.2 História e particularidades das unidades de ensino participantes da pesquisa

Para contribuir na compreensão da organização das unidades de ensino participantes da pesquisa, a seguir será apresentado uma síntese de suas histórias e particularidades, abordando as suas principais características históricas, organizacionais e de gestão.

4.2.1 Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula.

A Unidade de ensino Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula foi instituída em 1982 através da Lei nº. 405, de 10 de setembro de 1982 tendo como primeira denominação “Escola Municipal 25 de agosto”, como homenagem ao aniversário da cidade de Miracema. A unidade de ensino teve suas atividades iniciais realizadas em um barraco no Setor Santa Filomena, contando com 409 estudantes de 1ª a 4ª série, divididos em 14 turmas que funcionavam nos períodos matutino, intermediário e vespertino (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

Em 1984 a Portaria de nº 087/08, de 25 de janeiro autorizou a implantação do curso de 1º grau de 5ª a 8ª séries na unidade de ensino. Dois anos após sua fundação a escola por meio da Lei nº 9.472, de 11 de julho de 1984 teve seu nome mudado, passando a se chamar “Colégio

Estadual Dona Filomena Moreira de Paula” e a partir da Resolução nº. 029, de 19 de março de 1987 o colégio passou a ofertar o ensino pré-escolar, além disso, a Resolução regulamentou o ensino de 1º grau (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

Já em 1990 é criado o curso Técnico de Contabilidade por meio da Resolução nº. 007/89, de 25 de outubro de 1989, a norma jurídica reconheceu todas as escolas e cursos de 1º e 2º graus dos níveis municipais, estaduais e particulares do estado do Tocantins em funcionamento pelo período de dois anos. No ano de 1994 o Curso Normal é criado, contudo, esse só foi regulamentado em 1996 pela Portaria SEDUC³⁷ nº. 0363/96, de 13 de agosto de 1996 e pela Resolução nº. 065/96, de 10 de outubro de 1996. E a partir da portaria SEDUC nº. 0203, de 29 de maio de 1998 o Curso Médio Básico é implantado, apesar disso somente em 2001 a unidade de ensino passa atender esse nível. Com o atendimento do nível imposto pela portaria antes apontada a unidade de ensino passa a ter a nomenclatura hoje vigente, a de “Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula.” (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

Em 2006 o CEM³⁸ iniciou o atendimento dos (as) estudantes dos 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental vespertino de outras unidades escolares, no ano seguinte, 2007 é implantado uma sala de recursos a fim de atender aos (as) estudantes portadores de necessidades educacionais especiais com o objetivo de oferecer suporte pedagógico e assim facilitar o aprendizado desses estudantes (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

A partir do início do ano de 2017 a unidade de ensino passou a ofertar o Ensino em Tempo Integral por meio do Programa Fomento proposto pelo Governo Federal a fim de atender a Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) e Plano Estadual de Educação (PEE), deixando de ofertar o Ensino Fundamental e a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), passando a ofertar somente o Ensino Médio. No primeiro ano de implantação do Ensino em Tempo Integral a unidade de ensino atendeu apenas a 1ª série do ensino médio neste formato e a 2ª e 3ª série do ensino médio em tempo parcial, em 2018 a 2ª série do ensino médio também foi contemplada com o ensino em tempo integral e em 2019 todas as turmas passaram a funcionar como regime de tempo integral (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

No que trata do Modelo de Gestão da unidade de ensino este tem por base o modelo Escola da Escolha, executado por meio da Tecnologia de Gestão Educacional -TGE, a base que alicerça o Modelo Pedagógico Escola Jovem em Ação. O Modelo Pedagógico constitui-se

³⁷ Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins

³⁸ Centro de Ensino Médio

como sistema que opera o currículo que integra as diretrizes e os parâmetros e inovações concebidas pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e que possui como fundamentação a diversificação e o enriquecimento necessário para o estudante elaborar o seu Projeto de Vida (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

O currículo proposto pela unidade de ensino é materializado a partir de procedimentos teórico-metodológicos que conforme o PPP,

[...] favorecem a vivência de atividades dinâmicas, contextualizadas e significativas nos diversos campos das ciências, das artes, das linguagens e da cultura corporal, exercendo o papel de agente articulador entre o mundo acadêmico, as práticas sociais e a realização dos Projetos de Vida dos estudantes. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 11).

Para que isso se realize o Modelo da Escola Jovem em Ação utiliza de inovações pedagógicas que constituem a parte diversificada do currículo, que articuladas ao desenvolvimento da Base Nacional Comum do Currículo (BNCC) proporcionam ao estudante o seu pleno desenvolvimento. A parte diversificada do currículo leva em conta a identidade e particularidade de sistema educacional, mantendo o jovem como centralidade do projeto escolar e a construção do Projeto de Vida. O Modelo citado é efetivado a partir de três eixos formativos que devem ser desenvolvidos no Ensino Médio e Fundamental pelas escolas, tendo o estudante e as circunstâncias que ele permeia como alvo pelo qual e para o qual o Projeto Escolar é construído (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021). Os três eixos são os seguintes: Formação Acadêmica de Excelência³⁹, Formação Para a Vida⁴⁰, Formação de Competências Para o Século XXI⁴¹.

³⁹ A formação que se processa por meio de práticas eficazes de ensino e de processos verificáveis de aprendizagem e que asseguram o pleno domínio, por parte do estudante, do conhecimento a ser desenvolvido durante a Educação Básica. Não se fala de estudos para além desse nível de ensino, mas daqueles que devem ser assegurados na intensidade, no tempo e na qualidade durante o Ensino Fundamental e Médio. Não apenas um currículo configurado pela Base Nacional Comum e pelos documentos institucionais, mas, também, valorizado por uma Parte Diversificada que não seja considerada apêndice do currículo, e sim parte integrada e vital para assegurar o seu enriquecimento, aprofundamento e diversificação. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 20).

⁴⁰ A formação que busca ampliar as referências do estudante com relação aos valores e princípios que ele constitui ao longo de sua vida nos diversos meios com os quais interage: famílias, amigos, igrejas, templos, clubes, centros de convivência etc., e que contribuirão para a constituição de uma base sólida em sua formação. Uma base consolidada de conhecimentos e de valores deverá apoiar o estudante no processo de tomada de decisões e de escolhas que o acompanhará ao longo da construção e da execução do seu Projeto de Vida. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 20).

⁴¹ A formação integral se dá não apenas pela presença de um currículo pleno de habilidades cognitivas, mas também pela presença de um conjunto de outras habilidades essenciais nos domínios da emoção e da natureza social. O desenvolvimento do estudante, no conjunto dos outros domínios deverá contribuir para a formação de competências que impactam as distintas dimensões da vida humana, no âmbito pessoal, social ou produtivo. Nessa perspectiva, o Modelo de Gestão oferece ao Modelo Pedagógico diretrizes objetivas de ação para que a equipe

A unidade de ensino conta com planejamento coletivo e individual dos professores, acompanhamento por coordenadores de área responsáveis pelos (as) professores (as) da BNCC, a parte diversificada por sua vez é acompanhada por coordenadoras pedagógicas, antes do período remoto esse acompanhamento era realizado em sala de aula. A gestora participa desse processo de monitoramento na medida do possível, além disso, são realizadas pela equipe diretiva reuniões quinzenais que abordam sobre o alinhamento das práticas pedagógicas, direcionamento de atividades, análise do plano de ação e outras demandas conforme a necessidade (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020).

No formato remoto, estabelecido a partir de 18 de março de 2020, os momentos coletivos ocorreram, no início por meio da plataforma *Google Meet* e com o retorno dos professores com autorização da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (SEDUC) os momentos passaram a ser realizados presencialmente (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2021). A gestora se reúne de forma quinzenal com os líderes de turmas e presidentes dos clubes da unidade de ensino com o objetivo de desenvolver o protagonismo estudantil e para que estes façam parte das ações promovidas pela unidade de ensino (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

A unidade de ensino faz uso de tutorias, a partir dessa metodologia professores (as) e servidores (as) pedagógicos realizam o acompanhamento individual dos (as) estudantes. No formato remoto as tutorias ocorreram de forma coletiva, cada com “[...] dois profissionais pedagógicos sendo um professor de avaliação semanal e uma orientadora educacional ou inspetor de pátio ou gestora” (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2021, p. 15). A equipe composta por esses profissionais se mantém atenta ao rendimento da aprendizagem e realizando monitoramento, ligações e visitas aos (as) estudantes que apresentam baixo rendimento ou atraso na entrega dos roteiros de estudo. Os (as) tutores (as) acompanham o número máximo de 10 estudantes, por meio de encontros individuais e coletivos tendo como foco o Projeto de Vida (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, 2021).

O CEM realiza Conselho de Classe a fim de avaliar periodicamente o desempenho dos (as) estudantes durante o processo de ensino-aprendizagem. O Conselho de Classe é dividido em

escolar possa tomar as decisões mais assertivas e articular a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada do currículo (sempre costurada pelos princípios pedagógicos), para garantir que a formação de excelência, a formação para a vida e a formação para as competências para o século XXI aconteçam no dia a dia da escola, da sala de aula aos espaços para o exercício do Protagonismo de seus estudantes. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 20).

três momentos: Pré-Conselho⁴²; Conselho⁴³ e Pós-Conselho⁴⁴ (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, 2021).

No que se refere a avaliação, a unidade de ensino considera os seguintes pontos:

- O progresso individual que tem como referência a posição na qual o estudante se encontra em seu processo de aprendizagem, em termos de conteúdo, competências e habilidades;
- O esforço do estudante na condução de seu desenvolvimento e outros aspectos não especificados no currículo;
- Os vários momentos e situações em que certas capacidades e ideias são usadas e que poderiam ser classificadas como “erros”, mas que fornecem informações diagnósticas;
- O desenvolvimento das habilidades socioassistenciais trazidas pela BNCC;
- Todas as dimensões da aprendizagem: cognitiva, afetiva, psicomotora, social. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021, p. 16).

A Unidade de ensino oferece ainda a modalidade de ensino Educação Especial a partir de sala de recursos, para que possa atender as especificidades dos (as) estudantes da educação especial no que trata do processo educacional e de uma educação mais ampla, para que isso ocorra conforme o PPP (2020; 2021) apresenta que,

⁴² faz parte do planejamento do Conselho de Classe a elaboração de uma pauta pelos estudantes, na qual cada turma avalia os itens: relação professor x estudante, estudante x estudante, metodologia utilizada, procedimentos de avaliação de cada disciplina e autoavaliação da turma. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p.18).

Nesse formato remoto, a escola disponibiliza um link para que os estudantes façam uma avaliação do bimestre, apresentando dificuldades, os avanços e sugestões de melhorias para o ensino remoto. Há também uma autoavaliação para que os estudantes possam refletir sobre o seu papel como protagonistas do processo de ensino aprendizagem. Os pais e/ou responsáveis também recebem um link para participarem, dando opiniões e sugestões que venham contribuir com a aprendizagem de nossos estudantes, bem como com ações de melhoria a toda equipe escola. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2021, p.18).

⁴³ primeira parte: participação dos líderes de turmas, por meio da apresentação dos resultados realizados junto às suas turmas, considerando os critérios definidos por toda a comunidade escolar. Apresenta-se a autoavaliação da turma e os compromissos que eles propõem, para a superação das dificuldades que eventualmente tenham identificadas. Segunda parte: apresentação pelos professores do perfil e desempenho acadêmico geral da turma, bem como avaliação, que fazem parte do nível de compromisso que coletivamente manifestaram ao longo do período, relacionando esse resultado ou não ao desempenho geral da turma. Há a participação dos pais, com sugestões, ideias, deliberações. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p.18).

No formato remoto o Conselho aconteceu da seguinte forma: “[...] primeira parte: apresentação dos resultados dos questionários dos estudantes e dos pais, para que toda equipe escolar possa conhecer a realidade e realizar o PDCA. Segunda parte: apresentação do rendimento individual dos estudantes, analisando as dificuldades e os avanços no bimestre, traçando estratégias para sanar os pontos fracos encontrados. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2021, p.18).

⁴⁴ Alinhamento com toda a equipe dos resultados com devolutiva individualizada dos resultados para os estudantes e seus responsáveis, e quando necessário, ações efetivas para a melhoria do processo de ensino aprendizagem quando este não estiver satisfatório. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p.18).

No formato remoto o Pós-Conselho ocorreu da seguinte forma: Alinhamento com toda a equipe dos resultados com devolutiva individualizada dos resultados para os estudantes e seus responsáveis, por meio do grupo de whatsapp e/ou reuniões, e quando necessário, ações efetivas para a melhoria do processo de ensino aprendizagem quando este não estiver satisfatório. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2021, p.18).

[...] a escola orienta-se na organização curricular, no desenvolvimento de todos os alunos e práticas colaborativas, bem como, auxilia os educadores no processo de ensino aprendizagem quanto a flexibilização do currículo, a adaptação de atividades quando houver necessidade, proporcionando ao aluno do AEE⁴⁵ formas lúdicas e diversas, estratégias de aprendizagem, com o compromisso de efetivar na prática o ensino inclusivo. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021, p. 20).

No que trata avaliação dos (as) estudantes matriculados (as) na modalidade Educação Especial, esses são avaliados de forma contínua por meio do desenvolvimento de atividades propostas, roteiros de estudo e pela observação de seus avanços e crescimentos que ficam registrados em portfólios, na sala de aula regular esses (as) estudantes a avaliação ocorre de acordo com a flexibilização curricular elaborada que respeita o tempo dos (as) estudantes e seu ritmo de aprendizagem (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

A equipe pedagógica da unidade de ensino tem por composição professores(as) formados (as) em áreas específicas e muitos possuem especialização, no que trata da área de Linguagem e Matemática os professores atuam em suas respectivas disciplinas, exceto na formação em Artes, na área de Ciências da Natureza a escola não conta com profissional formado em Química, sendo a disciplina ministrada por profissionais formados em Biologia, a unidade de ensino conta também com um profissional formado em Física, e na área de Ciências Humanas a unidade de ensino conta com profissionais formados em História e Geografia, não há profissionais formados em Filosofia e Sociologia (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

Diante do momento atípico ocasionado pela pandemia da COVID-19 que acarretou mudanças na estrutura escolar, houve a necessidade de suspender as aulas e partir do Decreto 6.071 lançado pelo Governador, Mauro Carlesse em 18 de março de 2020, as aulas presenciais foram suspensas por tempo indeterminado. As aulas na unidade de ensino ficaram suspensas de 16 de março a 28 de junho de 2020 (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020).

Em 29 de junho de 2020 a unidade de ensino retomou as atividades de forma remota com os (as) estudantes das 3^a séries do Ensino Médio, diante disso, a equipe escolar sentiu a necessidade de se aproximar e conhecer a realidade dos seus estudantes, para assim planejar de forma a levar em conta as especificidades de cada aluno as atividades escolares para que estes pudessem dar continuidade em seus estudos sem prejuízo. Para tanto realizou uma pesquisa que teve como resultado que 65% dos (as) estudantes não possuíam acesso à *internet*. A partir do resultado as equipes diretivas e pedagógicas se reuniram para decidir sobre as possibilidades

⁴⁵ Atendimento Educacional Especializado

metodológicas para a viabilização do ensino e aprendizagem (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020).

Dessa forma, a equipe acordou em entregar roteiros de estudo impressos de forma a garantir a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto a equipe diretiva realizou reuniões de forma escalonada com os pais dos (as) estudantes a fim de informá-los quanto ao retorno das aulas e sobre a nova metodologia utilizada. No início os roteiros eram entregues semanalmente o que era exaustivo tanto para os (as) professores quanto para os (as) estudantes. Em setembro as aulas foram retomadas com as turmas de 1ª e 2ª Séries, os roteiros passaram então a ser quinzenais o que “[...] garantiu uma maior efetividade para o planejamento e acompanhamento dos professores e estudantes.” (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 23).

Depois de algum tempo determinadas áreas de conhecimento começaram a produzir roteiros interdisciplinares facilitando dessa forma a compreensão dos (as) estudantes quanto aos assuntos abordados, essa estratégia beneficiou também os (as) professores nas suas correções e *feedbacks* quanto a aprendizagem dos (as) estudantes (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020).

A unidade de ensino utilizou de grupos de *WhatsApp* e ligações telefônicas para esclarecer as dúvidas dos (as) estudantes quanto as atividades propostas, os atendimentos seguiram um cronograma de horário estabelecido pela Coordenação Pedagógica, um cronograma também foi criado para a equipe de apoio responsável pela impressão, separação e entrega dos roteiros, tanto na zona urbana quanto na rural. A correção dos roteiros foi feita pelos (as) professores (as) na unidade de ensino respeitando os cuidados contra a COVID-19, dessa forma, as correções foram realizadas em espaços individuais, higienizados tendo a disponibilidade luvas e álcool em gel (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020).

Ao fim das correções os (as) professores (as) preenchiam uma ficha que apontava os resultados de cada aluno no que se refere ao seu rendimento. Aqueles que apresentavam baixo rendimento ou que deixassem em branco ou não entregasse o roteiro eram contatados pelas orientadoras educacional, inspetora de pátio e professores. No que trata dos (as) estudantes com suspeita de COVID-19 os roteiros eram entregues e recebidos de forma virtual (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020).

Diante do apresentado, a Missão, Visão, Valores, Princípios e Premissas conforme os PPPs (2020;2021, p. 30) da unidade de ensino são:

MISSÃO: Garantir a formação integral dos estudantes e qualidade de educação para todos, fortalecendo as escolas em tempo integral de ensino médio, por meio de políticas educacionais baseado no acesso, atendimento, permanência e sucesso na aprendizagem do estudante, visando à formação de cidadãos autônomos, competentes e solidários.

VISÃO: Ser referência nacional na modalidade de Ensino Médio em Tempo Integral até 2025, por meio de um processo de ensino e aprendizagem eficiente, eficaz, capaz de proporcionar aos alunos uma formação acadêmica de excelência para a vida e com competências para o século XXI.

Os valores da unidade de ensino ainda conforme os PPPs (2020; 2021) são: Autonomia⁴⁶; Democratização⁴⁷; Equidade⁴⁸; Transparência⁴⁹; Compromisso⁵⁰; Respeito⁵¹ e Humanização⁵² e se referindo às premissas o documento apresenta: Protagonismo⁵³; Formação Continuada⁵⁴; Excelência em Gestão⁵⁵; Corresponsabilidade⁵⁶ e Replicabilidade⁵⁷.

Após a apresentação da unidade de ensino, o próximo subitem abordará sobre o município de Miranorte e em seguida sobre o Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante.

4.2.2 Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante

Em 12 de novembro de 1981 através da Lei nº. 9.082 de 1981 é criado o Colégio Estadual Rui Brasil Cavalcante, já em 15 de novembro de 1982 a partir da Portaria nº 109/82 é autorizada a implantação do Curso de 2º Grau, Técnico em Contabilidade e Habilitação-Magistério na unidade de ensino, um ano depois pela Resolução nº 182 de 15 de setembro de

⁴⁶ Contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes com base na superação das desigualdades. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 31).

⁴⁷ Fortalecer o processo de democratização e qualidade da educação. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021, p. 31).

⁴⁸ Garantir que todos e cada um dos estudantes matriculados na Educação Básica tenham um aprendizado de qualidade. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 31).

⁴⁹ Dar transparência aos resultados de aprendizagem e aos investimentos dos recursos. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021 p. 31).

⁵⁰ Compromisso com o trabalho, com a transparência e com a melhor utilização dos recursos disponíveis. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 31).

⁵¹ Valorização dos princípios da boa convivência, éticos, morais e da cidadania. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021 p. 31).

⁵² Promover uma educação transformadora. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021p. 31).

⁵³ Objetivo: Estudantes autônomos, solidários e competentes. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 31).

⁵⁴ Objetivo: Educadores atuantes incorporando os princípios educativos na sua prática diária. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 31).

⁵⁵ Objetivo: Gestores focados nos resultados pactuados e na melhoria contínua dos processos educativos. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 31).

⁵⁶ Objetivo: Comunidade, familiares e parceiros comprometidos e atuantes no programa de ensino integral. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 31).

⁵⁷ Objetivo: Secretaria com política pública fundada em práticas replicáveis e sustentáveis para a expansão do modelo. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 31).

1983, os cursos de 1º Grau - 1ª fase, e 2º Grau - Técnico em Contabilidade e Magistério são também autorizados, e a Portaria nº 315/84 de 18 de maio de 1984 autorizou o funcionamento de curso de 1º Grau - 5ª a 8ª série de maneira gradativa anual, sendo assim em 1984 a 5ª série passou a ser oferecida, em 1985 foi a vez da 6ª série, em 1986 a 7ª série e por fim em 1987 a 8ª série foi oferecida.(CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

No dia 03 de fevereiro do ano de 2000, por meio da Resolução nº 009/2000 autorizou o funcionamento do Ensino Médio na unidade de ensino, dois anos depois na mesma data, 03 de fevereiro de 2002 a partir da resolução já citada a unidade de ensino passou a se chamar Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

A unidade de ensino apresentada constitui-se como a única a ofertar o Ensino Médio e EJA no município de Miranorte. No ano de 2017 o CEM aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI)⁵⁸ além disso, implantou o Programa Novo Mais Educação⁵⁹ a fim de fortalecer as propostas curriculares inovadoras e garantir atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo os (as) estudantes da zona urbana e rural (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

O CEM também foi a única unidade de ensino pertencente a Regional e ao Município a realizar o curso Técnico em Agronegócio Integrado ao Ensino Médio, o curso teve duração de 4 anos com a carga horária de 3.880 horas finalizado em 2018 (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Em 2019 a unidade de ensino foi escolhida a nível regional para ser pioneira na implantação do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, tendo como objetivo acolher as inovações necessárias à prática educativa para a efetivação do Programa, conseguindo em tempo hábil disponibilizar a nova proposta de currículo que apresenta como novidades a obrigatoriedade do Projeto de Vida, além da Iniciação Científica e Pesquisa, o programa inclui também as seguintes disciplinas eletivas: Mundo do Trabalho, Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital, Produção e Fruição das Artes, Cultura Corporal, Educação Fiscal e Educação Financeira (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

⁵⁸ O Programa Ensino Médio Inovador é uma ação do Ministério da Educação para a elaboração do redesenho curricular nas escolas de Ensino Médio e contribui para disseminar a cultura para o desenvolvimento de um currículo mais dinâmico e flexível, que contemple os conhecimentos das diferentes áreas numa perspectiva interdisciplinar e articulada à realidade dos estudantes, suas necessidades, expectativas e projetos de vida. (BRASIL, 2016/2017, p. 3).

⁵⁹ O Programa Novo Mais Educação, criado pela [Portaria MEC nº 1.144/2016](#) e regido pela [Resolução FNDE nº 17/2017](#), é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. (BRASIL, 2018).

A unidade de ensino localiza-se na região central do município de Miranorte e atende aos (as) estudantes residentes na zona urbana e grande parte dos (as) estudantes do Ensino Médio do turno vespertino da zona rural, atendendo estudantes do 8º e 9º do Ensino Fundamental, 1ª a 3ª série do Ensino Médio e o 3º segmento da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com o objetivo de desenvolver de forma integral os (as) estudantes a unidade de ensino adota como critérios avaliativos a partir de práticas inovadoras e metodologias diversificadas: pesquisas bibliográficas bimestrais que seguem os conteúdos ministrados, avaliações, testes bimestrais e seminários. O CEM desenvolve ainda, projetos visando a melhoria do ensino-aprendizagem que servem também como instrumentos avaliativos e pontuações extra bimestrais (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

O CEM procura o “[...] desenvolvimento integral dos estudantes, almejando um ensino de qualidade que garanta o acesso e a permanência dos estudantes na escola, bem como à formação de um cidadão crítico e atuante na sociedade na qual está inserido.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 10). Propicia-se dessa forma aos (as) estudantes subsídios para enriquecer as aulas, procurando ampliar e manter atualizado o seu acervo bibliográfico por meio do acompanhamento e sugestão de novas metodologias e atividades dentro dos limites financeiros, materiais e pedagógicos que dispõe. A unidade de ensino ainda realiza momentos de realinhamento, formação continuada na própria unidade e fora dela, apoiando professores que busca de melhoria e continuação dos estudos através de Mestrados (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

A unidade de ensino busca cotidianamente a construção de uma identidade que tenha baseado no ensino “[...] que contempla a formação geral, sólida e a preparação básica para o trabalho fundamentado em um currículo diversificado, flexível e inovador, sendo, portanto, esse considerado o grande eixo de mudanças, para eficácia da Educação.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 15).

No que diz respeito as condições socioeconômicas e culturais dos (as) estudantes da unidade de ensino referenciada, a grande maioria faz parte de famílias de baixa renda, com renda proveniente de serviços informais que não garantem um valor fixo de renda. A unidade de ensino possui grande importância tendo em vista que atende um significativo número de estudantes de diferentes séries, diante disso, o CEM busca envolver todos no processo educacional, realizando a conscientização da importância dos estudos tendo em vista que através dos estudos os (as) estudantes também buscam a ascensão social (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Na primeira semana de cada ano letivo os professores se reúnem para realizarem as adequações do calendário escolar conforme a realidade local, além de discutirem as ações a serem desenvolvidas durante o ano. A partir de divisão por áreas os professores elaboram a definição do Plano Anual e ao fim de cada bimestre é realizada uma avaliação do desempenho de cada turma e então os professores se reúnem novamente para traçarem mudanças se necessário conforme os resultados (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Os estudos e planejamentos dos (as) professores (as) são realizados de forma semanal, durante as horas atividades que variam de acordo com a carga horária de cada professor (a). O CEM desenvolve ainda, ações que visam solucionar dificuldades no âmbito educacional no que se refere a “[...] falta de pressupostos básicos nos processos de aprendizagem, decorrentes dos estudantes egressos em fases anteriores.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 20).

Conforme o PPP (2021) da unidade de ensino, além de situações como o descompromisso dos (as) estudantes nas entregas das atividades nos prazos estabelecidos, ou a não realização dessas atividades, a ausência da família na escola contribui para essas situações e conseqüentemente em baixo rendimento.

A unidade de ensino interfere nessas situações por meio de reuniões pedagógicas que envolvem a equipe gestora, professores (as) e representantes de turmas, que analisam o desempenho dos (as) estudantes e propõem mudanças metodológicas além de ações estratégicas, reuniões com os pais ou responsáveis para esse fim também são realizadas, contudo, muitos deles não comparecem nesses momentos (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Tendo em vista o melhoramento da aprendizagem, envolvimento familiar e maior compromisso dos (as) estudantes com as atividades pedagógicas, o CEM a partir de decisões grupais, realiza ações estratégicas como: “[...] aulas diferenciadas, atendimentos aos alunos no contra turno, atividades complementares, aulas campos, feiras científicas e matemática e eventos pedagógicos [...]” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 20) tendo os (as) estudantes como protagonistas.

Além disso, a unidade de ensino realiza encontros periódicos para realização de planejamento coletivo e cooperativo das práticas pedagógicas tendo como participantes a equipe gestora e os professores, por meio desses encontros é desenvolvido a integração entre as áreas de saberes e as propostas de organização curricular conforme a realidade dos educandos são concebidas, incluindo temas com relevância social e das experiências de vida cotidiana destes (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

O modelo de gestão seguido pela unidade de ensino CEM Rui Brasil Cavalcante tem por base a administração participativa e autônoma ao propiciando [...] o aperfeiçoamento da ação coletiva no interior da escola e se apresenta como alternativa mais adequada para criar as condições favoráveis à melhoria da qualidade do ensino.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 6). Conforme o PPP (2021) da unidade de ensino o modelo adotado possibilita que o projeto seja elaborado pelos (as) profissionais que a compõem com base na realidade dos (as) estudantes, e assim buscando soluções para as necessidades que estes apresentam.

A atuação da Gestão do CEM tem tido como base os preceitos legais, levando em conta a legislação educacional, o regimento interno e as normas orientadoras dos direitos e deveres dos profissionais que compõem a unidade de ensino (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021). Dessa forma, a equipe gestora tem buscado promover ações que favoreçam a avaliação contínua e a formação continuada, de acordo com as necessidades dos profissionais, ademais a equipe supracitada “[...] oferece suporte e orientação na contextualização de conteúdo, definição do currículo, planejamentos coletivos, acompanhamento das atividades didático-pedagógicas, das metodologias e gestão de sala [...]” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 21) objetivando fortalecer a gestão escolar.

No que trata da avaliação o CEM realiza “[...] avaliação diagnóstica e participativa, compreendendo os processo de aprendizagem de cada aluno, priorizando seu conhecimento cultural, social e de mundo.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 22). Bimestralmente é realizada uma autoavaliação, e a partir dos resultados desta se necessário a unidade de ensino realiza uma ação de intervenção com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos (as) estudantes (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Os eventos realizados pelo CEM contam com a parceria das famílias dos (as) estudantes, órgãos municipais, órgãos jurídicos e de segurança, canais de comunicação entre outras que possibilitam a realização de eventos que envolvem a comunidade de ensino como um todo por meio de palestras informativas e educativas (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

O CEM oferece também a Educação Especial, realizada a partir de salas de recursos multifuncionais, espaços onde os (as) professores (as) dessa modalidade realizem a complementação ou suplementação curricular dos (as) estudantes pertencentes à educação especial, o atendimento destes é feito no contraturno dentro da própria unidade de ensino. (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

A unidade de ensino tem realizado práticas inovadoras que colaboram com os projetos da escola, esses projetos são “[...] semana dos Povos Indígenas, conhecendo o Tocantins,

Simpósio Afro-Brasileiro e Semana da Consciência Negra, Cinema na Escola, Ler é um Prazer sim, Eu no Enem, e a Feira de Ciências e Matemática [...]” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 35).

Os projetos são desenvolvidos a partir da parceria entre estudantes, professores e escola. Por meio disso os (as) professores (as) da unidade de ensino têm conseguido desenvolver projetos de aprendizado que visam a diminuição das taxas de reprovação e evasão escolar, promovendo assim o aumento do índice de aprovação e rendimento ampliando o interesse dos (as) estudantes sobre os assuntos abordados nas matérias e ainda aproximando-os (as) da escola. Projetos interdisciplinares envolvendo disciplinas eletivas também são realizados para o mesmo fim. Outras atividades realizadas pelo CEM são ações reflexivas que abordam a informação sobre boas práticas alimentares: celebração do “[...] Dia da Saúde e Nutrição, Dia Mundial da Alimentação, proporcionando também aos (as) estudantes o conhecimento sobre o cuidado com o corpo, realizando atividades esportivas como os jogos interclasse.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 35).

No que se refere as ações que contemplam atividades intelectuais são realizadas: “[...] Olimpíada de Língua Portuguesa e Matemática e também ações a fim de despertar a consciência humana como, ações de respeito a Surdos e Mudos e Valorização da Mulher.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 35-36).

Com a suspensão das aulas presenciais pela pandemia do COVID-19, e o estabelecimento da continuação do ensino por meio não presencial para cumprimento do ano letivo, a partir do memorando de nº 83/2020 GABSEC/CURCULAR/SEDUC que possui como um de seus pilares a garantia da conclusão da 3ª Série do ensino médio da Rede Estadual de Ensino, dentro do calendário civil para o não comprometimento dos estudos nos vestibulares e ENEM, foi realizado nos dias 15 e 16 de junho de 2020 a Formação de Professores (as) das 3ª series do Ensino Médio por meio da plataforma *Google Meet*, o objetivo da formação era o de planejar o retorno das aulas no formato não presencial das turmas do ano final do ensino médio e EJA, o retorno foi programado para o dia 29 de junho de 2020 (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

A unidade de ensino teve então de que adequar sua forma de ensino e avaliação, diante disso, organizou grupos de *WhatsApp* por turma, que se tornaram meios pelos quais os (as) estudantes que possuíam acesso à *internet* passaram a receber roteiros digitais de estudos quinzenais, dessa forma, o bimestre foi dividido em quinzenas. Os roteiros de estudo continham atividades avaliativas conforme os temas das disciplinas e a partir disso, os (as) estudantes desenvolveram projetos nas redes sociais, onde explicaram os conteúdos por meio de áudios,

vídeos e textos criativos. Para os (as) estudantes que não possuíam acesso à *internet* foram disponibilizados roteiros impressos (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Com o êxito desse novo processo com as turmas de 3ª séries e EJA, no dia 10 de agosto de 2020 foi a vez das turmas de 1ª e 2ª séries do ensino médio retomarem as aulas de forma não presencial, o ensino fundamental por sua vez teve seu retorno no formato não presencial apenas em 18 de setembro de 2020 (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Os princípios das ações pedagógicas desenvolvidas pelo CEM Rui Brasil Cavalcante de acordo com o PPP (2021) da unidade de ensino são: Aprender⁶⁰; Ensinar⁶¹; Humanizar⁶²; Ética⁶³; Responsabilidade Social⁶⁴; Avaliação⁶⁵ e Formação Continuada⁶⁶.

Quanto a missão, visão de futuro, valores e objetivos estratégicos e as metas o PPP (2021) apresenta o seguinte:

Missão: O CEM – Rui Brasil Cavalcante com base nos seus princípios norteadores: Igualdade, Qualidade, Gestão Democrática, Liberdade e Valorização do Ensino Médio, visa oferecer um ensino de qualidade que incentiva a criatividade e a participação de todos, garantindo a permanência com sucesso dos alunos, formando cidadãos críticos, consciente e capazes de agir na transformação da sociedade. **Visão de Futuro:** Ser uma instituição escolar eficaz com um ambiente de trabalho acolhedor e propício à pesquisa e ao desenvolvimento do conhecimento, reconhecida pela qualidade e responsabilidade na formação humana e acadêmica do educando, num ambiente de parceria, criatividade e respeito mútuo, que ouça a voz dos jovens e valorize as experiências dos mesmos.

Valores: Os professores, alunos e a comunidade como um todo elegem os valores do CEM através de: valorização das ações em parceria, considerando cada parceiro um elemento fortalecedor da escola, de aproveitamento da criatividade já existente e incentivo da comunidade escolar para as inovações e o desenvolvimento dos trabalhos em equipe respeitando a opinião e o direito de cada colaborador.

Objetivos Estratégicos: Este Centro de Ensino Médio se propõe a: Oferecer à comunidade ensino de qualidade que contribua para o desenvolvimento da autonomia

⁶⁰ “Um processo que ocorre a partir da mediação do sujeito com a sua realidade (vivências e experiências pessoais) na interação com diferentes informações. Propõe-se aqui uma educação fundamentada nos quatro pilares da educação propostos pela UNESCO.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 34).

⁶¹ “Trata-se da ação do educador no sentido de propor, mediar, orientar, contextualizar, provocar e desafiar o educando, favorecendo a construção do conhecimento. O educador exerce o papel de mediador e orientador do trabalho pedagógico.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 34).

⁶² “O educando é estimulado a “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos”. As relações humanas expressam atitudes de cooperação, solidariedade, responsabilidade e respeito mútuo.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 34).

⁶³ “Valorizar a centralidade do humano em todas as dimensões do processo pedagógico, incluindo entre estas as que se referem aos aspectos organizacionais e administrativos.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 34).

⁶⁴ “Consiste no somatório de atitudes assumidas pelo CEM estreitamente vinculadas a ciência do dever humano (ética) e voltadas para o desenvolvimento sustentado da sociedade. (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 34).

⁶⁵ É entendida como processo de diagnóstico, sendo “instrumento” necessário e fundamental para reconhecer avanços e indicar novos caminhos com vistas ao replanejamento. A autoavaliação se configura em importante ferramenta para contribuir neste processo. Deve ser um momento significativo de crescimento pessoal para todos os envolvidos e não um fim em si mesmo. (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 34).

⁶⁶ “Faz-se necessária pela própria natureza do saber e do fazer humano como práticas que se transformam constantemente.” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 34).

responsável, do senso crítico e da criatividade para o exercício da cidadania; elevar o desempenho acadêmico dos alunos nas disciplinas críticas; Garantir a permanência do aluno, com sucesso na escola e fortalecer a integração escola/comunidade.

Metas: O Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante traz como metas, respeitar e valorizar as experiências de vida dos educandos e de suas famílias. Tem como propósito fortalecer nos mesmos, a postura humana e os valores aprendidos, tais como: a criticidade, a sensibilidade, a contestação social, a criatividade diante das situações difíceis e a esperança. (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 32-33).

Diante da apresentação o próximo subitem trará um pouco da história do município de Lajeado e em seguida abordará sobre o Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência.

4.2.3 Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência

O Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência foi criado em 14 de janeiro de 1986 pela Lei nº 9.977, tendo como objetivo atender a demanda da população, a criação da unidade de ensino foi um marco importante para o até então povoado, tornado município em 1991. Antes da fundação do Colégio as pessoas sobretudo as mais abastadas que ali residiam tinham que se deslocar até o município de Tocantínia para ter acesso à educação tendo que fazerem o uso do transporte fluvial ou mesmo animal. A implantação da unidade de ensino mudou essa realidade (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

Embora no município tenham ocorrido transformações sociais e econômicas desde sua gênese e sobretudo após a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, “[...] o Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência continua sendo a principal unidade de ensino do município que oferta tanto o ensino fundamental (6º ao 9º ano), ensino médio (1ª a 3ª Série) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).” (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 8). A unidade de ensino também faz a coordenação de duas extensões, a primeira no Povoado Pedreira localizado na zona rural, e a segunda é a Unidade Prisional Feminina na zona urbana. A sede da unidade educacional localiza-se no centro do município e a Secretaria da Educação, Juventude e Esportes realiza sua manutenção (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

Seu corpo docente é composto por profissionais qualificados que atuam nas suas áreas de formação e aqueles que estão na sala de aula tem nível superior. No que diz respeito ao corpo administrativo este é composto prioritariamente por servidores efetivos. O corpo discente por sua vez é principalmente por estudantes de classe média baixa, sendo a renda das suas famílias provenientes de serviços públicos de nível Estadual e Municipal, além da agricultura, pesca e

comercio local (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

Grande parte dos (as) estudantes possui acesso a meios de comunicação, equipamentos de acesso à *internet* e à livros por meio da biblioteca da unidade de ensino, no que se refere ao acesso à *internet* este é ainda precário devido as condições estruturais do município bem como pela condição financeira das famílias desses estudantes, o que corrobora para que o uso das mídias virtuais nesse período de ensino remoto seja limitado (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

No que se refere às concepções filosóficas e pedagógicas seguidas pela unidade de ensino, estas são baseadas no compromisso com a filosofia da práxis, defendendo a busca por um processo educacional que tenha como princípios os quatro pilares da educação a saber: 1 - Aprender a conhecer; 2 - Aprender a fazer; 3 – Aprender a conviver e 4 - Aprender a ser (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021). Além disso, são seguidas as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que são: Conhecimento⁶⁷; Pensamento científico⁶⁸, crítico e criativo; Repertório Cultural⁶⁹; Comunicação⁷⁰; Cultura Digital⁷¹; Trabalho e Projeto de Vida⁷²; Argumentação⁷³;

⁶⁷ Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para entender e explicar a realidade (fatos, informações, fenômenos e processos linguísticos, culturais, sociais, econômicos, científicos, tecnológicos e naturais), colaborando para a construção de uma sociedade solidária. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

⁶⁸ Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e inventar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

⁶⁹ Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

⁷⁰ Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e, com eles, produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

⁷¹ Utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas do cotidiano (incluindo as escolares) ao se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas. (Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência, 2020-2021, p. 15).

⁷² Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao seu projeto de vida pessoal, profissional e social, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

⁷³ Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

Autoconhecimento e autocuidado⁷⁴ ; Empatia cooperação⁷⁵ e por fim responsabilidade e cidadania⁷⁶(COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

É por meio da junção desses princípios filosóficos, princípios e competências que a unidade de ensino defende as metodologias ativas, que tem como característica o (a) estudante como centro do processo de aprendizagem, efetivadas por meio de quatro pilares da Educação: “[...] Ser (competência pessoal), Conviver (competência social), Conhecer (competência cognitiva) e Fazer (competência produtiva).” (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 16). Dessa forma, a unidade de ensino defende as propostas pedagógicas de maior inserção de novas tecnologias no processo educacional, fundamentais para o contexto pandêmico vivido (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

Contudo, a unidade de ensino tem tido desafios, “[...] sobretudo pelo fato da unidade de ensino está inserida numa realidade socioeconômica em que parte significativa da população sobrevivem em condições difíceis.” (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 16). Apesar disso, a unidade de ensino tem buscado se fortalecer para superar esses desafios.

No que trata da dimensão pedagógica seguida pela unidade de ensino esta é desenvolvida a partir do diálogo, considerado fundamental para a efetivação do processo ensino-aprendizagem “[...] pensada a partir de metodologias ativas e numa convivência respeitosa.” (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 18). A dimensão pedagógica conta ainda com outro aspecto a

[...] compreensão do ser humano como ser histórico (sociointeracionismo) que, por meio de sua atividade e relacionamento com o mundo, transforma, melhora e constrói a si mesmo bem como o mundo que o cerca e acolhe. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, P. 18).

⁷⁴ Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas e com a pressão do grupo. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, P. 15).

⁷⁵ Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

⁷⁶ Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base nos conhecimentos construídos na escola, segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

Diante disso, a unidade de ensino defende a necessidade de conhecer e entender as especificidades de cada estudante para que o processo de ensino aprendizagem possa ocorrer de forma efetiva, o que pressupõe uma boa formação continuada para a preparação dos (as) professores (as) para lidarem com os desafios que lhes aparecerem. A formação continuada na unidade de ensino ocorre periodicamente e tem melhorado a qualidade do ensino e convivência escolar. Mesmo após as mudanças advindas da pandemia as formações foram continuadas a partir das mídias digitais (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

No que se refere ao processo de avaliação, este ocorre de forma contínua o que ajuda na correção de distorções que possam ocorrer durante o processo pedagógico, dessa forma, a unidade de ensino optou por uma avaliação abrangente que leva em consideração os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

O Colégio realiza ainda Conselhos de Classe de forma bimestral “[...] com o objetivo de analisar os processos de ensino-aprendizagem sob múltiplas perspectivas. O que enriquece a avaliação final.” (Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência, 2020-2021, p. 20). Os instrumentos utilizados para as avaliações são mistos contemplando o modelo tradicional impresso e ferramentas digitais como *Google Forms* (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

As propostas Pedagógicas da unidade de ensino explicitam os seguintes aspectos:

- Reconhecimento da identidade pessoal de estudantes, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino;
- Suas propostas curriculares, processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando à interação entre a Educação Fundamental e a Vida Cidadã;
- Os estudantes ao aprenderem os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, estarão também constituindo sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, as suas famílias e as comunidades. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 24-25).

Esses aspectos conforme o PPP (2020-2021) devem ser garantidos mesmo com as aulas no formato remoto, para isso a unidade de ensino tem levado em consideração os decretos e resoluções dos Governos Federal e Estadual.

Diante disso, entre os pontos fortes apresentados pela unidade de ensino estão: “Gestão Democrática; Interação entre Direção, Coordenação, Professores, estudantes e responsáveis e currículo multicultural e interdisciplinar dialogando com o contexto atual”. (COLÉGIO

ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 33-34). Quanto aos pontos fracos entre os apresentados estão: “Condição socioeconômica deficitária da maioria das famílias do município; Dificuldade de acesso de qualidade a *internet*; Falta de formação dos professores para trabalhar com mídias digitais no processo de ensino.” (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 33-34).

A unidade de ensino apresenta em seu PPP (2020-2021) que entende a necessidade de busca pelo fortalecimento dos pontos positivos que apresenta e uma atenção especial aos pontos negativos que incidem significativamente nos índices de evasão e repetência escolar, por meio do processo de união entre a tríade: família, escola e sociedade (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021).

O PPP do CE Nossa Senhora da Providência (2020-2021, p. 35-36) aponta como missão e visão da unidade de ensino o seguinte:

Missão: A nossa missão é ofertar um ensino de qualidade que contribua para formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres (que possam se desenvolver pessoalmente e profissionalmente) contribuindo assim para que tenhamos uma sociedade justa e fraterna.

Visão: Temos como visão a defesa da educação como um processo de humanização. Nesse sentido a escola pública deve se colocar como defensora de uma educação humanista – com respeito às diferenças – valorizando a criatividade, o trabalho coletivo e o compromisso com o social. Temos a visão, tal como Platão e Sócrates, que a educação certa é aquela que desde cedo nos prepara para vida. Nos dando condições de ter controle sobre nossos afetos. E também, como defendia Rousseau, uma educação para formar sujeitos livres e não submissos.

Os princípios da unidade de ensino são: Liberdade⁷⁷; Respeito⁷⁸ e Diálogo⁷⁹. Entre as metas da unidade de ensino o PPP desta apresenta:

Alcançar um ensino de excelência com a participação efetiva de toda a comunidade escolar; Incentivar uma maior participação da família no acompanhamento da vida escolar dos educandos; Promover intercâmbio entre nossos educandos com os

⁷⁷ Como fator inerente a condição humana em qualquer espaço da vida social, incluindo a escola. Mas é importante deixar claro a nossa compreensão de liberdade não como o direito de cada um fazer o que bem lhe aprouver, mas como uma questão de medida, de condições e de limites. A liberdade não é uma escolha, mas uma possibilidade de escolha. Sendo assim um fator que não se pode perder de vista nessa concepção é a questão das consequências. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 35).

⁷⁸ Deve prevalecer num ambiente marcado pela pluralidade e pela diversidade tanto de ideias, de costumes, credos, de cores, de escolha. É fato que ninguém é obrigado a concordar ou gostar de quem quer que seja – afinal de contas somos livres. Mas quando em nome da liberdade faltamos com respeito ao nosso próximo estamos lhe dando o direito de também não nos respeitar. Pois o respeito não é uma via de mão única. E se ninguém se respeita teremos como consequência um ambiente tóxico – em que a convivência se torna extremamente difícil. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 35-36).

⁷⁹ Possibilita-nos se não resolver os conflitos – que são comuns num ambiente coletivo – pelo menos buscar superá-los de forma respeitosa. No diálogo é necessário saber ouvir e ser ouvido. Pois como ressalta Paulo Freire, diálogo é uma comunicação de A com B. E não de A sobre B. Se assim fosse seria um comunicado e não comunicação. Uma relação autoritária e não dialógica. É a partir do diálogo, onde se pressupõe a tolerância, que se busca conjuntamente, alternativas para resolver os conflitos, ou pelo menos apaziguá-los. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 36).

universitários para contribuir numa decisão futura acerca de qual caminho formativo seguir. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 36-37).

Até março de 2020 a unidade de ensino contava com um Projeto Político Pedagógico em que se buscava desenvolver o processo de ensino aprendido de forma presencial, no espaço físico da escola. Contudo, com o avanço da pandemia do COVID-19 e a suspensão das aulas como medida de proteção e as demais mudanças ocorridas a partir de então fizeram com que a unidade de ensino realizasse mudanças. Apesar das aulas presenciais terem sido suspensas bem como o estabelecimento do trabalho remoto para os (as) servidores (as) do grupo de risco e a redução da jornada de trabalho a unidade de ensino realizou discussões com a comunidade de ensino nas quais definiu-se como alternativa de contato e comunicação das ações realizadas o uso de mídias digitais: *Google Meet*, *Zoom*, Grupos de *WhatsApp* e *Google Forms*, mantendo ainda os recursos como materiais impressos, carro de som e Rádio comunitária (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021). A seguir tratar-se-á sobre o histórico do município de Tocantínia.

4.2.4 Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva

O Colégio Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva tem início a partir da chegada da Missionária e professora Beatriz Rodrigues da Silva na então cidade de Piabanha atual Tocantínia janeiro em 1936 e em 02 de março do mesmo ano as atividades da unidade educacional são iniciadas com 22 estudantes (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, 2021).

A unidade de ensino foi exemplo de excelência num período em que as Delegacias de Ensino eram pouco influentes e o acesso era difícil, apesar dessas dificuldades o Colégio possuía regimento, diretrizes e realizava reuniões de planejamento envolvendo pais e professores (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, 2021).

A unidade de ensino contava com Grêmios Estudantis atuantes e que promoviam atividades extracurriculares. A missionária e professora Beatriz ensinava através da prática os (as) estudantes a fortalecerem seus conhecimentos gerais, ensinando-os (as) até a construir casas, desde o processo de trabalhar o barro até a sua queima no forno, além disso, os ensinava a reproduzir aviões, esqueletos, barcos e os mais variados móveis utilizando talos de buriti,

ensinava-os também a plantar pequenas roças e sobre o cuidado do solo e da água (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, 2021).

Havia ainda um Pelotão da saúde que cuidava da higiene dos (as) estudantes e do ambiente escolar e exigiam que os (as) estudantes mantivessem seus quintais e instalações sanitárias limpas, atividades voltadas para esse fim eram realizadas a cada ano os (as) estudantes (as) saíam para realizar a fiscalização dos lares, e estes recebiam notas que eram somadas às avaliações mensais (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, 2021).

Além do pelotão de saúde a unidade de ensino contava com um Grêmio Lútero-Esportivo que realizava atividades voltadas para o cuidado da vida intelectual dos (as) estudantes, incentivo à leitura, organização de eventos, composição de músicas e promoção de competições literárias objetivando auxiliar na formação integral dos (as) estudantes como “[...] cidadãos do futuro [...]” (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 8). A unidade contava ainda com um Grêmio de ex-estudantes que se reuniam anualmente e realizavam festividades, esse Grêmio possuía diretoria eleita pelos (as) ex-estudantes. Havia também a Associação dos Estudantes Evangélicos que se reuniam durante 15 minutos do recreio para realizarem orações, leituras bíblicas e compartilhar experiências (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, 2021).

No ano de 1954 a unidade de ensino passou a ter como diretora a missionária e professora Margarida Lemos Gonçalves ficando nesse cargo durante 32 anos, a nova diretora continuou o trabalho mantendo as ideias da diretora anterior a missionária e professora Beatriz que defendia o seguinte “[...] influenciar vidas e construir caráter.” (COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 8).

Margarida Lemos atuou por cinco anos como presidente do Conselho Estadual de Educação no período de criação do estado do Tocantins, a missionária foi convidada pelo então primeiro governador, José Wilson Siqueira Campos (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, 2021).

Em dezembro do ano de 2010 a unidade de ensino que antes pertencia a Junta de Missões Nacionais (JMN) da Convenção Batista Brasileira foi desativada e só foi reativada em 2012 por meio de um comodato firmado entre o governo estadual e a JMN dessa forma, a unidade de ensino com o modelo atual foi criada pela Lei Nº 2.605 de 05 de julho de 2012, tendo a missionária e professora Margarida Lemos como diretora da unidade de ensino novamente, mesmo sob a administração do poder público estadual a unidade de ensino manteve seu objetivo

que é o de “[...] atender a comunidade local oferecendo um ensino de excelência regatando os valores [...] outrora ensinados e ser, novamente, referência de qualidade de ensino.” (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 8).

Atualmente a unidade de ensino oferece os cursos de: “[...] Ensino Médio Básico, Ensino Médio Integrado Integral com habilitação profissional: Técnico em Informática para *Internet* (Integrado, com duração de 3 anos) e EJA (3º segmento).” (COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 8). A unidade de ensino possui ainda uma extensão do Ensino Médio no povoado Palminha (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020).

O corpo docente da unidade de ensino é composto por profissionais efetivos e contratados, entre os quais estão licenciados, bacharéis e mestres em letras matemática, educação física, história, química, biologia, ciências naturais, pedagogia e análise e desenvolvimento de sistemas (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020; 201).

A avaliação na unidade de ensino apresentada é entendida “[...] como instrumento dialético do avanço escolar em que se planejam novos rumos [...]” (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020; 2021 p.16) e compartilha do pensamento de Luckesi (1995, p. 43) que parte do pressuposto que a avaliação da aprendizagem é um “[...] instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem.” (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020; 2021, p. 16).

Os procedimentos avaliativos adotados pela unidade de ensino têm o objetivo de coletar dados para a elaboração de julgamento de valor que possa nortear futuras tomadas de decisão por parte do corpo docente, gestão e pelos suportes pedagógicos (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020; 2021). A partir disso, a avaliação do ensino tem as seguintes finalidades diagnóstico-formativas:

Comparar o desempenho dos alunos nos instrumentos de avaliação aplicados aos objetivos traçados pela disciplina; Detectar possíveis dificuldades de aprendizagem; (Re) planejar; Tomar decisões em relação à recuperação, promoção ou retenção do aluno; Realimentar o processo de implantação e consolidação do Projeto Político Pedagógico. (COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 16).

A avaliação ocorre a partir de um processo global que considere tanto os aspectos qualitativos quanto os aspectos quantitativos com ênfase no primeiro. A avaliação para a

unidade de ensino não é entendida como instrumento de domínio do (a) professor (a) sobre o estudante “[...] assim, é indispensável que sejam criadas estratégias para atualização do professor buscando prepará-lo para esse novo sistema avaliativo, possibilitando-lhes momentos de autoavaliação bem como também aos alunos”. (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 16).

Durante o período pandêmico a valorização dos esforços dos (as) estudantes, e o acesso destes a tecnologias bem como as dificuldades de acesso ao material impresso são quesitos levados em consideração no processo de avaliação (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2021).

O processo de avaliação é composto também pelo Conselho de Classe, este segundo o PPP (2020) da unidade de ensino “[...] é parte integrante da rotina da escola e sua importância é assegurar a mobilização, análise e discussão do processo de trabalho da sala de aula que se efetiva concretamente e, conseqüentemente, provoca outro nível de reflexão e de ações”. (Colégio Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva, 2020, p. 17). O Conselho de classe é dividido em três momentos sendo, pré- conselho⁸⁰, conselho⁸¹ e por último o pós-conselho⁸², tendo por objetivo avaliar e reconduzir o processo de ensino-aprendizagem.

A participação dos (as) estudantes durante as três fases do Conselho de Classe é expressa a partir dos seguintes requisitos:

- Observação referente à atenção, o interesse, às habilidades, às responsabilidades, à participação na realização de atividades e organização dos trabalhos escolares;
- Avaliações dissertativas e objetivas;
- Será avaliado o acesso a plataforma (frequência), a realização das atividades propostas em tempo hábil ou não, a participação nas aulas virtuais, a participação no tira dúvidas, chats e etc.

⁸⁰ faz parte do planejamento do Conselho de Classe a elaboração de uma pauta pelos estudantes, na qual cada turma avalia os itens: relação professor x estudante, estudante x estudante, metodologia utilizada, procedimentos de avaliação de cada disciplina e autoavaliação da turma. (COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 17).

⁸¹ primeira parte: participação dos líderes de turmas, por meio da apresentação dos resultados realizados junto às suas turmas, considerando os critérios definidos por toda a comunidade escolar. Apresenta-se a autoavaliação da turma e os compromissos que eles propõem, para a superação das dificuldades que eventualmente tenham identificadas. Segunda parte: apresentação pelos professores do perfil e desempenho acadêmico geral da turma, bem como avaliação, que fazem parte do nível de compromisso que coletivamente manifestaram ao longo do período, relacionando esse resultado ou não ao desempenho geral da turma. Há a participação dos pais, com sugestões, ideias, deliberações. (COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 17).

⁸² Alinhamento com toda a equipe dos resultados com devolutiva individualizada dos resultados para os estudantes e seus responsáveis, e quando necessárias ações efetivas para a melhoria do processo de ensino aprendizagem quando este não estiver satisfatório. (COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 17).

- Os alunos que não têm acesso a internet serão avaliados pelas atividades impressas que será entregue regularmente a cada 15 dias, assim como, a avaliação que também serão encaminhadas para os alunos. (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 18).

No PPP do ano de 2021 outro requisito avaliativo foi acrescentado o de “[...] trabalhos individuais e coletivos, atividades em classe e extraclasse como: pesquisas, produção e interpretação de textos diversos em todas as disciplinas; simulados com habilidades e competências expressas e auto-avaliação.” (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2021, p. 18).

O (a) aluno (a) tem quatro médias durante o decorrer do ano letivo que são resultados das notas obtidas por meio do processo avaliativo bimestral, a média anual (MA) é resultante das médias bimestrais, o seu resultado por fim é dividido por quatro Campos (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020).

A unidade de ensino conta também com uma avaliação interna que tem o intuito de avaliar o referencial de qualidade do conjunto escolar que é composto por: servidores (as), estudantes e pais são instrumentos de ação pública mesmo com o formato de ensino remoto ou híbrido. Essa avaliação ocorre semestralmente por amostragem, realizada com três setores de cada setor (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020; 2021).

Considerando as normas jurídicas estaduais e nacionais apresentadas para regulamentar a oferta de atividades escolares no período pandêmico a unidade de ensino em reunião realizada em 15 de maio de 2020 elaborou o plano estratégico-pedagógico que continha as estratégias a serem utilizadas no ano letivo, bem como o levantamento dos (as) estudantes que possuíam acesso à *internet*, formação de professores (as) e estudantes para uso de plataformas virtuais, impressão de atividades para os (as) estudantes que não possuíam acesso à *internet*, avaliação *online* e aquisição de materiais para o prosseguimento das aulas de forma remota (COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020).

No que trata da missão, visão e princípios da unidade escolar o PPP expõe o seguinte:

MISSÃO: Por meio de uma Pedagogia inovadora garantir o acesso, a permanência e o sucesso na educação básica de qualidade, educar jovens e adultos de forma integral ajudando-os a serem corresponsáveis de sua permanência na escola, respeitando sua individualidade e seu berço cultural, bem como ampliando seu potencial interpessoal, contribuindo para a formação de cidadãos éticos e solidários capazes de construir conhecimento e qualificação para o mercado de trabalho.

VISÃO: Ser reconhecida pelo desempenho e trabalho participativo que respeita a individualidade e amplia o potencial interpessoal, por meio de uma proposta pedagógica contemporânea e inovadora, buscando contribuir para a formação de

cidadãos protagônicos, éticos e solidários, além de oportunizar o conhecimento globalizado, contribuindo criativamente aos novos desafios do mundo, colocando em prática ações de humanização que preservem e protejam o meio ambiente.

PRINCÍPIOS: Ensinados em conformidade com as leis vigentes (Estatuto da criança e do Adolescente e a Constituição Federal), oportunizado aos alunos o direito a qualidade da educação oferecida pela Unidade Escolar reconhecendo alunos, família, professores e colaboradores como parceiros na construção do conhecimento e orientando-os quanto os princípios morais, éticos e cívicos da Espiritualidade, Solidariedade com o próximo, Comprometimento deveres, Humanização, Inovação, Criatividade, Globalização, Competência e Corresponsabilidade. (COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020, p. 15).

Dessa forma, percebe-se que unidades de ensino participantes da pesquisa, possuem um norte de organização pedagógica comprometidos com um ensino onde o (a) estudante seja protagonista no seu processo de formação. Percebe-se ainda, que as suas especificidades históricas e locais que se entrecruzam com as histórias dos seus respectivos municípios e região. Diante disso, para evidenciar essa articulação, será apresentado três quadros com a organização de servidores de cada unidade de ensino referentes aos anos de 2020 e 2021 bem como, da estrutura física.

Quadro 2 - Servidores das unidades de ensino participantes da pesquisa (2020)

Cargos (2020)	CEM Dona Filomena Moreira de Paula	Cem Rui Brasil Cavalcante	Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência	Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva
Diretor (a)/Gestor (a)	1	1	1	1
Secretário (a) geral	1	1		1
Auxiliar administrativo (a)	1			
Coordenador (a) Pedagógico (a)	1	1	1	2
Coordenador (a) Pedagógico (a) EJA 3º Segmento			1	
Coordenador (a) de Apoio Pedagógico (a) (Extensão Pedreira)			1	
Orientador (a) Educacional	1	1	1	1
Coordenador (a) de Programas e Projetos		15		
Coordenador (a) Administrativo (a) e financeiro (a)			1	
Assistente Administrativo (a)		1	1	
Auxiliar		1		
Coordenador (a) de Apoio Escolar		1		

Coordenador (a) de Biblioteca/Bibliotecário (a)	1		1	
Auxiliar Financeiro (a)	1			
Auxiliar de Biblioteca			1	
Professores (as) Regentes/ Docentes /Professores (as) da Educação Básica	15	28	18	16
Professor (a) Auxiliar	2			
Professor (a) Inspetor (a) de Pátio	1			1
Técnico (a) de Laboratório	1			
Professor (a) da Sala de Recurso Multifuncional	1			
Coordenador (a) Financeiro (a)	1			1
Merendeiro (a)/Manipulador (a) de Alimentação Escolar	3	2	2	3
Porteiro (a)/ monitor (a) de Acesso a Unidade de Ensino	2			
Auxiliar de Serviços Gerais/Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar	8	1	5	11
Vigia Noturno (a)/ Auxiliar de Monitoramento do Ambiente Escolar e Meio Ambiente	3	1	3	3
Alimentação Escolar ⁸³			1	
Auxiliar de Apoio Escolar				2
Total	44	54	38	42

Fonte: CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021; COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021; COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2020. Elaboração própria: SILVA, 2021.

Quadro 3 - Servidores das unidades de ensino participantes da pesquisa (2021)

Cargos (2021)	CEM Dona Filomena Moreira de Paula	Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva
Diretor (a)/Gestor (a)	1	1
Secretário (a) geral	1	1
Auxiliar administrativo (a)	1	
Coordenador (a) Pedagógico (a)	1	1
Coordenador (a) de Apoio Pedagógico (a)		1

⁸³ O cargo está descrito dessa maneira no PPP (2020-2021) da unidade de ensino Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência

	1	
Orientador (a) Educacional	1	1
Coordenador (a) de Programas e Projetos	1	1
Coordenador (a) Administrativo (a) e financeiro (a)	1	
Auxiliar Financeiro (a)	1	
Professores (as) Regentes/ Docentes /Professores (as) da Educação Básica	14	14
Professor (a) Auxiliar	3	
Professor (a) Inspetor (a) de Pátio	2	1
Técnico (a) de Laboratório	1	
Professor (a) da Sala de Recurso Multifuncional	1	
Coordenador (a) Financeiro (a)	1	1
Merendeiro (a)/Manipulador (a) de Alimentação Escolar	3	3
Porteiro (a)/ monitor (a) de Acesso a Unidade de Ensino	2	
Auxiliar de Serviços Gerais/Auxiliar de Higienização do Ambiente Escolar	8	8
Vigia Noturno (a)/ Auxiliar de Monitoramento do Ambiente Escolar e Meio Ambiente	3	3
Alimentação Escolar		
Auxiliar de Apoio Escolar	1	2
Total	45	37

Fonte: CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2021. Elaboração própria: SILVA, 2021.

Quadro 4 – Divisão de dependências das unidades de ensino: Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência e Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva

Dependências	Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência	Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva
Salas de Aula	7	8
Sala da Direção	1	1
Cantina	1	
Depósito para alimentos/ Depósito da Merenda	1	1
Depósito Outros		3
Sala dos (as) Professores	1	

Secretaria Escolar	1	
Banheiro Masculino para alunos	1	
Banheiro Feminino para alunas	1	
Banheiros para servidores, sendo masculino e feminino	1	
Biblioteca	1	1
Laboratório de Informática-LABIN/ Sala de Informática	1	1
Sala da Coordenação e Orientação Pedagógica	1	
Sala para Coordenação Administrativa e Financeira c/banheiro	1	
Sala Administrativa		6
Almoxarifado	1	
Sala Multifuncional	1	
Área de serviço	1	
Quadra de Esportes sem cobertura	1	1
Área Livre		16
Cozinha e Afins		1
Sanitário		5
Laboratório		1

Fonte: COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021; COLÉGIO ESTADUAL PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA, 2021. Elaboração própria: SILVA, 2021.

Os dados apresentados, revelam semelhanças entre as unidades de ensino quanto à composição do corpo de servidores (as), tendo como particularidades a nomenclatura dos cargos e a quantidade de servidores (as) em cada um deles, o que se dá conforme a necessidade de cada unidade de ensino. No que se refere às dependências, como apresentado no Quadro 4, apenas duas unidades de ensino apresentaram em seus PPPs como estão organizadas estruturalmente, e a partir dos dados obtidos as duas unidades de ensino possuem estruturas que compartilham de certa semelhança e algumas diferenças quanto a quantidade de algumas dependências ou mesmo como estas são descritas.

Diante dos dados apresentados, o próximo capítulo trará a contribuição do Serviço Social no processo de Organização e Participação Político-Social dos Estudantes através dos Grêmios Estudantis, primeiramente abordando os caminhos metodológicos utilizados para a efetivação da pesquisa em seguida traz uma breve explanação sobre o conceito de Grêmios Estudantis e o seu papel nas unidades de ensino, logo após apresenta os eixos de análise elaborados a fim de alcançar os objetivos da pesquisa e por fim traz as considerações finais.

5 SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL DOS ESTUDANTES ATRAVÉS DOS GRÊMIOS ESTUDANTIS

Neste capítulo apresenta-se os caminhos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa e análise dos dados obtidos, apresentando também o que é o Grêmio Estudantil, seu papel dentro das unidades escolares, bem como as propostas sociais e políticas apresentadas pelos Grêmios Estudantis das escolas de Miracema e Entorno; as ações desenvolvidas que garantem a organização, participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos (as) estudantes aos Grêmios Estudantis das escolas de Miracema e Entorno; a contribuição do Serviço Social no fortalecimento e protagonismo dos Grêmios Estudantis e por fim as contribuições das escolas de Miracema e entorno no desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos Grêmios Estudantis.

5.1 Caminhos Metodológicos

A presente pesquisa foi realizada através do método de abordagem dialético, pois assim como afirma Marconi e Lakatos (2003, p. 106) o método dialético “[...] penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno, e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”, e ainda como afirma Gil,

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p. 14).

Tomando como base a teoria social crítica de Marx com as categorias que o compõe sendo elas, Totalidade, Mediação e Contradição. Utilizou-se um estudo pautado em uma abordagem quali-quantitativa, pois a presente pesquisa pretendeu realizar a análise das características e demandas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos Grêmios Estudantis, conhecer as ações desenvolvidas pelos Grêmios Estudantis voltadas para a contribuição no melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos (as) estudantes e gestão escolar e refletir sobre a contribuição do Serviço Social no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil. Minayo sobre a pesquisa quanti-qualitativa afirma que:

Não existe um "continuum" entre "qualitativo-quantitativo", em que o primeiro termo seria o lugar da "intuição", da "exploração" e do "subjetivismo"; e o segundo

representaria o espaço do científico, porque traduzido "objetivamente" e em "dados matemáticos" [...] o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. (MINAYO, 2001, p. 22).

Empregou-se os tipos da pesquisa documental e bibliográfica, sobre as quais Gil elucida o seguinte:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa. (GIL, 1946, p. 45).

A pesquisa consistiu ainda no estudo e análise das documentações produzidas por cada grêmio, atas, relatórios, propostas e estatutos do período de vigência das chapas, além dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de cada unidade de ensino tendo como base as bibliografias que contemplaram esse tema – as bibliografias encontradas de forma *online* foram buscadas a partir de palavras-chave como por exemplo: “movimento estudantil universitário e secundarista no Brasil” e “Grêmios Estudantis” –, dentre os quais estão: IAMAMOTO; CARVALHO (2005); ABRAMIDES (2016); PAULO NETTO (2015); POERNER (1979); ALMEIDA Jr. (1982); UBES (2019); BIANCO; ZIEGEMANN (2008); UBES (c2021); BALD (2015).

O primeiro contato com o intuito de solicitar participação na pesquisa com as unidades de ensino foi realizado por meio de *WhatsApp*, e em seguida foram enviados ofícios – apresentados (fixados) nos apêndices da presente monografia – às unidades de ensino por meio de seus *e-mails* oficiais, o mesmo foi feito com a Diretoria Regional de Educação (DRE) de Miracema do Tocantins.

Devido a dificuldades encontradas durante a pesquisa, não foi possível obter os dados do Colégio Estadual Doutor Valdecy Pinheiro localizado no município de Rio dos Bois e seu respectivo Grêmio Estudantil, foram realizados contatos semanais com unidade de ensino, contudo não se obteve a disponibilização dos documentos solicitados.

Algumas das unidades de ensino responderam às solicitações de documentos por meio de ofícios enviados ao *e-mail* universitário (institucional) da pesquisadora conforme anexos “A e B” localizados ao fim da presente monografia.

Já o método de procedimento utilizado foi o comparativo que de acordo com Lakatos (2003, p. 107) “[...] permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais.” Os dados analisados por meio desse método foram: atas,

relatórios, propostas e estatutos do período de vigência das chapas dos Grêmios Estudantis e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das unidades de ensino.

Portanto foi realizado no primeiro momento o levantamento/coleta das bibliografias que abordam o tema proposto bem como as documentações dos grêmios e unidades de ensino das cidades propostas para a pesquisa além da avaliação destes quanto aos projetos GEST e GEST-FM.

Posteriormente ao levantamento/coleta foram realizados o tratamento e a análise das atas, relatórios, propostas, estatutos, e projetos GEST e GEST-FM. Essa análise de conteúdo teve como principal objetivo observar e analisar as características e demandas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos Grêmios Estudantis, e conhecer as ações desenvolvidas por estes, por meio da análise de quatro eixos: o Eixo I “Propostas sociais e políticas apresentadas pelos Grêmios Estudantis das escolas de Miracema e entorno”; Eixo II “Ações desenvolvidas que garantem a organização, participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos (as) estudantes aos grêmios estudantis das escolas de Miracema e entorno”; Eixo III “Contribuições do Serviço Social via projetos de extensão GEST e GEST-FM no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil dos grêmios estudantis das escolas de Miracema e entorno”; Eixo IV “Contribuições das escolas de Miracema e entorno no desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos grêmios estudantis.”

Por fim as etapas de levantamento/coleta, tratamento e análise dos dados proporcionaram a construção escrita do trabalho proposto bem como sua entrega e defesa. A seguir apresenta-se uma breve abordagem sobre o Grêmio Estudantil e em seguida estão dispostos os eixos de análise da pesquisa.

5.2 Grêmio Estudantil – Conceito e papel nas unidades escolares

O Grêmio Estudantil é uma entidade colegiada, autônoma, sem fins lucrativos e organização máxima dos (as) estudantes secundaristas nas escolas. A organização estudantil está garantida na Lei nº 7.389/85 também chamada de Lei do Grêmio Livre de autoria do deputado federal Aldo Arantes, que “[...] dispõe sobre a organização de entidades representativas dos (as) estudantes de 1º e 2º graus⁸⁴ e dá outras providências.” (BRASIL, 1985).

⁸⁴ Equivalentes atualmente ao Ensino Fundamental e Ensino Médio consecutivamente.

A organização de crianças e adolescentes em entidades estudantis representativas também está assegurada no artigo 53 inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394 artigo 14 inciso II que fala da gestão democrática do ensino público na educação básica e apresenta como um dos princípios a “[...] participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.” (BRASIL, 1996).

O Grêmio Estudantil é o meio pelo qual os (as) estudantes expressam suas reivindicações e direitos e exercem a cidadania, além disso é espaço de responsabilidade, tendo o objetivo de contribuir com a ampliação da participação, organização e valorização da opinião e posicionamento dos (as) estudantes nas atividades e decisões escolares. O primeiro Grêmio Estudantil brasileiro foi fundado em 1902 no estado de São Paulo, as suas atividades eram voltadas à recreação (UBES, c2021).

O Grêmio Estudantil por representar os interesses dos (as) estudantes dentro da unidade de ensino compõe a gestão democrática desta. A gestão democrática é um dos princípios da educação nacional estabelecido na LDB. Bianco e Ziegemann (2008, p. 100) apresentam a gestão democrática como “[...] aquela que pressupõe a participação de todos os sujeitos que compõem a organização escolar, os profissionais da educação e usuários, apresenta uma concepção transformadora, descentralizadora e participativa.”

Dessa forma, todos (as) têm igualmente o direito de participar das etapas de decisões da unidade de ensino e o Grêmio Estudantil participa desses processos apresentando as demandas dos (as) estudantes, atuando como a voz ativa do corpo discente.

O Grêmio como entidade autônoma de representação deve ter sua organização, funcionamento e atividades em conformidade com a Lei nº 7.389/85 que estabelece que estas devem ser estabelecidas nos seus estatutos, que conforme a UBES devem ser elaborados por uma Comissão Pró-Grêmio que irá elaborar uma proposta de estatuto a ser aprovada em uma assembleia geral que além de deliberar sobre o Estatuto, decidem o nome do grêmio, o período de campanha eleitoral, a data da eleição e são estabelecidos os membros da comissão eleitoral. (UBES, c2021).

A composição da diretoria do Grêmio conforme o modelo de Estatuto da UBES, Seção III Art. 15º a diretoria da entidade deve ser composta pelos seguintes cargos: I – Presidente; II - Vice-Presidente; III - Secretário-Geral; IV - 1º Secretário; V - Tesoureiro-Geral; VI - 1º Tesoureiro; VII - Diretor Social; VIII - Diretor de Imprensa; IX - Diretor de Esportes; X - Diretor de Cultura; XI - Diretor de Saúde e Meio Ambiente (UBES, 2015).

Ainda conforme o modelo de Estatuto nos artigos 16º a 26º cabe aos cargos elencados acima o seguinte:

Art.16º

Compete ao Presidente:

- Representar o Grêmio dentro da Escola e fora dela;
- convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Grêmio;
- Assinar, juntamente com o Tesoureiro-Geral, os documentos relativos ao movimento financeiro;
- Assinar, juntamente com o Secretário-Geral, a correspondência oficial do Grêmio;
- Representar o Grêmio no Conselho Escolar;
- Cumprir e fazer cumprir as normas do presente Estatuto;
- Desempenhar as demais funções inerentes a seu cargo.

Art.17º

Compete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- b) Substituir o Presidente nos casos de ausência eventual ou impedimento temporário e nos casos de vacância do cargo.

Art.18º

Compete ao Secretário-Geral:

- a) Publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir convites;
- b) Lavrar atas das reuniões de Diretoria;
- c) Redigir e assinar com o Presidente a correspondência oficial do Grêmio;
- d) Manter em dia os arquivos da entidade.

Art.19º

Compete ao 1º Secretário:

Auxiliar o Secretário-Geral em todas as suas funções e assumir o cargo em caso de vacância do mesmo.

Art.20º

Compete ao Tesoureiro-Geral:

- a) Ter sob seu controle todos os bens do Grêmio;
- b) Manter em dia a escrituração de todo o movimento financeiro do Grêmio;
- c) Assinar com o Presidente os documentos e balancetes, bem como os relativos à movimentação financeira;
- d) Apresentar, juntamente com o Presidente, a prestação de contas ao Conselho Fiscal.

Art.21º

Compete ao 1º Tesoureiro:

Auxiliar o Tesoureiro-Geral em todas as suas funções, e assumir o cargo em caso de vacância.

Art.22º

Compete ao Diretor Social:

- a) Coordenar o serviço de Relações Públicas do Grêmio;
- b) Organizar os colaboradores de sua Diretoria;
- c) Organizar festas promovidas pelo Grêmio;
- d) Zelar pelo bom relacionamento do Grêmio com os gremistas, com a Escola e com a comunidade.

Art.23º

Compete ao Diretor de Imprensa:

- a) Responder pela comunicação da Diretoria com os sócios e do Grêmio com a comunidade;
- b) Manter os membros do Grêmio informados sobre os fatos de interesse dos estudantes;
- c) Editar o órgão oficial de comunicação do Grêmio;
- d) Escolher os colaboradores para sua Diretoria.

Art.24º

Compete ao Diretor Cultural:

- a) Promover a realização de conferências, exposições, concursos, recitais, festivais de música e outras atividades de natureza cultural;
- b) Manter relações com entidades culturais;
- c) A organização de grupos musicais, teatrais etc.;

d) Escolher os colaboradores de sua Diretoria.

Art.25°

Compete ao Diretor de Esportes:

- a) Coordenar e orientar as atividades esportivas do corpo discente;
- b) Incentivar a prática de esportes organizando campeonatos internos;
- c) Escolher os colaboradores de sua Diretoria.

Art.26°

Compete ao Diretor de Saúde e Meio Ambiente:

- a) Promover a realização de palestras, exposições e concursos, sobre saúde e meio ambiente;
- b) Manter relações com entidades de saúde e meio ambiente;
- c) Incentivar hábitos de higiene e conservação do ambiente escolar;
- d) Escolher os colaboradores de sua Diretoria. (UBES, 2015, p. 5-7).

Podem participar da diretoria do Grêmio conforme o Artigo 35° do modelo de Estatuto todos (as) os (as) brasileiros (as) nativos (as) ou naturalizados que estejam matriculados na unidade de ensino e são frequentes, o artigo 36° especifica que todos os (as) estudantes matriculados (as) na unidade de ensino e frequentes são considerados (as) eleitores (as) (UBES, 2015).

Diante do exposto e da explicitação da importância do grêmio para os (as) estudantes e como a entidade é composta, abordar-se-á no subitem a seguir os eixos de análise que buscaram responder os objetivos da presente pesquisa.

5.3 Eixo I – Propostas sociais e políticas apresentadas pelos grêmios estudantis das escolas de Miracema e entorno.

As propostas de um Grêmio comumente são apresentadas em um documento próprio. Cada chapa concorrente apresenta suas propostas para o período que compreenderá a vigência da gestão da entidade representativa, como apresenta o passo-a-passo disponibilizado no site da UBES que embora não cite explicitamente a construção do documento, dispõem que sejam apresentadas propostas: “[...] os estudantes se reúnem e formam as chapas que concorrerão à eleição. Eles devem apresentar suas ideias e propostas para o ano de gestão no Grêmio Estudantil”. (UBES, c2021, *online*).

Diante disso, a pesquisa revela que, somente o Grêmio Estudantil do Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula apresentou um documento com propostas, mas nesse documento não consta o nome do Grêmio, apenas o nome da chapa vencedora, “Fazendo Acontecer com Eficiência-FACE”, eleita no dia 30 de setembro de 2020 como chapa única por, somente ela apresentar e validar sua diretoria no período estipulado. A eleição ocorreu de forma *online* por meio de um *link* pelo *Google Drive* com o intuito de atender aos interesses dos (as)

estudantes da unidade de ensino. (TOCANTINS, 2020a; 2020b). A chapa foi composta pelos seguintes membros: 1 (uma) Presidente; 1 (um) Vice-presidente; 1 (uma) Secretária-Geral; 1 (uma) 1ª secretária; 1 (um) Tesoureiro-Geral; 1 (um) 1º Tesoureiro; 1 (um) Diretor Social; 1 (uma) Diretora de Imprensa; 1 (um) Diretor de Esportes; 1 (uma) Diretora de Cultura; 1 (uma) Diretora de Saúde e Meio Ambiente; 1 (um) Diretor de Políticas Educacionais (TOCANTINS, 2020c.)

Conforme as atas do Grêmio, no dia 03 de setembro de 2021 em reunião convocada pela Orientadora Educacional da unidade de ensino com a presença dos (as) estudantes gremistas e um aluno egresso foi realizada uma nova escolha de membros para o Grêmio Estudantil, pois alguns de seus membros concluíram o Ensino Médio e saíram da unidade de ensino no ano de 2020 ficando seus cargos em vacância. Os novos membros foram eleitos por aclamação e tomaram posse, sendo o período do mandato até março de 2022. Após a inclusão de novos membros o grêmio estudantil ficou composto da seguinte forma em 2021: 1 (uma) Presidente; 1 (um) Vice-presidente; 1 (um) Secretário-Geral; 1 (um) 1º Secretário; 1 (uma) Tesoureira-Geral; 1 (um) 1º Tesoureiro; 1 (um) Diretor Social; 1 (uma) Diretora de Imprensa; 1 (um) Diretor de Esportes; 1 (uma) Diretora de Cultura; 1 (uma) Diretora de Saúde e Meio Ambiente; 1 (um) Diretor de Políticas Educacionais (TOCANTINS, 2021a).

As propostas de ações da diretoria do Grêmio, FACE da unidade de ensino são as seguintes, conforme o documento disponibilizado:

Presidente: 1º Potencializar as ações solidárias realizadas pelas turmas iniciais; 2º Promover parcerias entre o grêmio e os comerciantes locais;

Vice-Presidente: 1º fiscalizar as ações do presidente do grêmio no intuito de auxiliá-lo na efetivação de suas propostas.

Secretário-Geral: 1º Publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir convites; 2º Manter contato constante com os alunos do Colégio, a fim de dar transparência e informações sobre as ações do Grêmio.

1º Secretário: 1º Manter em dia os arquivos da entidade;

Tesoureiro-Geral: 1º Promover eventos que possam arrecadar fundos para o grêmio, com a finalidade de dar meios para que esse possa realizar suas ações.

1º Tesoureiro: 1º Fiscalizar as movimentações financeiras do grêmio estudantil.

Diretor Social: 1º Buscar parcerias para a instalação de rede wi-fi no colégio, para uso escolar. 2º Buscar parcerias para ações de limpeza do colégio. 3º Buscar parceria com a comunidade para promover melhorias no colégio. 4º Buscar seguir as recomendações da Presidência do Grêmio.

Diretor de Imprensa: 1º Criar o órgão oficial de comunicação do Grêmio; 2º O Diário Oficial do Grêmio também divulgará os atos e ações da Diretoria do Grêmio. 4º Criar o Jornal do Grêmio; 5º Promover, periodicamente, reuniões abertas da diretoria do grêmio, onde os alunos do colégio poderão dar opiniões, dicas e participar da elaboração do programa gremista.

Diretor de esportes: 1º Realizar periodicamente campeonatos interclasses internos e, as finais dos campeonatos, aberto para visita da comunidade. Os campeonatos e finais deverão ser organizados com apoio da Secretaria de Cultura e Secretaria Social. 2º Seguir as recomendações da Presidência do Grêmio. 3º Buscar apoio de grupos para levar a prática de outras atividades esportivas ao colégio; 4º Projeto “Mantenha a

Forma”, que visa ajudar os alunos a manter sua boa forma física, para que assim mantenha uma boa saúde;

Diretor de cultura: 1º Realizar, no mínimo a cada dois meses, uma festa dentro do Colégio abordando algum tema que contribua para o aprendizado dos seus alunos, festa aberta à comunidade. 2º Promover uma feira de ciências. 3º Promover uma feira de literatura/artes. 4º Promover o baile do Grêmio, festa interna para estudantes. 5º Organizar peças teatrais. 6º Promover a feira cultural internacional (feira destinada ao aprendizado sobre a cultura de países do mundo, com a organização de trabalhos e comidas típicas e apresentações). 7º Organizar passeios à Universidades.

Diretor de Saúde e Meio Ambiente: 1ª Campanha para conscientizar os alunos sobre a importância do meio ambiente e da saúde; 2º Grupo de jardinagem: cuidar dos jardins e árvores por toda a escola. 3ª Horta da escola: a criação de uma horta dentro da escola. Os alimentos serão usados – pelo refeitório do colégio para preparo do cardápio. 4º Incentivar os alunos a se alimentarem corretamente.

Diretor de Políticas Educacionais: 1º Promover a conscientização política dos estudantes; 2º Incentivar o alistamento eleitoral dos alunos. (TOCANTINS, 2020d).

As propostas da chapa como se pode observar são divididas pelos membros que a compõem. As propostas do Presidente do Grêmio e do Diretor Social possuem expressamente um cariz de solidariedade, voluntariado e de reforço da parceria com a sociedade, demonstrando a falta de olhar crítico em relação ao próprio sentido político do movimento estudantil por meio do Grêmio reforçando o cariz de parceria com a sociedade no que trata efetivação das políticas sociais, impossibilita o tensionamento do Estado para assumir sua obrigação de garantir a educação e sua manutenção.

Essa lógica de voluntariado e solidariedade compõe a história da formação das políticas sociais brasileiras e se aprofunda com lógica posta pelo neoliberalismo a partir da década de 1990 após a promulgação da Constituição Brasileira, iniciado por Fernando Collor e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso (BRANDÃO, 2013). Com isso “[...] têm-se retirado da esfera estatal um conjunto de políticas e instituições sociais, nas áreas da assistência, previdência e da saúde e educação públicas.” (MONTAÑO, 2007, p. 218-219 apud SILVA, 2011).

É nesse contexto que há o crescimento do terceiro setor, composto pela chamada sociedade civil, que tomam para si a responsabilidade do Estado, levando a publicização da questão social, que agora passa a ser de responsabilidade dos cidadãos, que interveem com os seus próprios subsídios no que antes era e ainda é papel do Estado, desresponsabilização que ocorre mascarada por alguns conceitos como bem afirma Alencar:

[...] aponta-se a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico da “autonomia”, “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, enquanto elementos que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades sociais. Nesta perspectiva, ganha acento a noção de “terceiro setor”, enquanto espaço situado ao lado do Estado (público) e Mercado (privado), no qual

são incluídas entidades de natureza distinta como ONGs, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades do voluntariado. Consideram-se entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (privada e pública). O “terceiro setor” é considerado um setor “não-governamental”, “não-lucrativo” e “esfera pública não estatal” materializado pelo conjunto de “organizações da sociedade civil consideradas de interesse público”. (ALENCAR, 2009, p. 7-8).

Diante disso, ações como a instalação de *internet* nas unidades de ensino devem partir dos governantes e dos órgãos que gestam a educação pública. Em 04 de abril de 2008 por meio do Decreto nº 6.424 que altera o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regimento Público-PGMU foi lançado o Programa Banda Larga na Escola (PBLE) com a finalidade de conectar todas as escolas públicas urbanas de forma a propiciar a incrementação do ensino público brasileiro, com o prazo de até o ano de 2010 para conectar todas as escolas públicas urbanas, mantendo o serviço gratuito até o ano de 2025 (BRASIL, c2018).

A conexão de *internet* por meio do PBLE conforme o Ministério da Educação deve ser disponibilizada no laboratório de informática da escola, e caso essa não disponha de laboratório o (a) gestor (a) deverá informar o melhor local para que a conexão ocorra, devendo a conexão destinar-se prioritariamente a atividades pedagógicas (BRASIL, c2018).

E conforme dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre as escolas públicas urbanas atendidas até agosto de 2021 pelo PBLE, consta que o Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula está conectado ao Programa desde 30 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2021).

De modo particular, o Tocantins conta com o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025) que apresenta várias metas para a educação a serem atingidas no prazo de 2015 a 2025, entre as quais apresenta a meta 23 que tem por objetivo “[...] garantir a qualidade da educação básica em todas as etapas, níveis e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem [...]” duas das estratégias apontadas na meta anterior citada são as 23.12 e 23.15 que dizem o seguinte:

23.12. garantir, até o quinto ano de vigência deste PEE/TO, em regime de colaboração com a União e os Municípios, a universalização de bibliotecas informatizadas com acervo atualizado e a manutenção dos equipamentos com acesso à internet;

23.15. garantir, até o quinto ano de vigência deste PEE/TO, em regime de colaboração com a União, equipamentos e recursos tecnológicos digitais de qualidade, para utilização pedagógica em todas as escolas públicas estaduais, assegurando recursos financeiros para manutenção dos equipamentos e formação dos profissionais da educação, presencial e a distância, de acordo com as especificidades e necessidades, considerando a disponibilidade de internet ofertada pelos órgãos competentes; (TOCANTINS, 2015, n.p).

Apesar de apresentar propostas relacionadas à implantação de recursos tecnológicos digitais e de informática e a manutenção dos equipamentos para esse fim que subentende o uso da *internet*, o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025) não deixa claro como esse acesso será ampliado e garantido aos (as) estudantes.

Diante dos dados, constata-se que a unidade de ensino CEM Dona Filomena Moreira de Paula conta com acesso à *internet* pelo Programa Banda Larga nas Escolas com base nos dados da Anvisa. Contudo, diante da proposta do Grêmio, esse acesso parece não ter capacidade de suprir a demanda ou pode não estar sendo disponibilizado de maneira correta para as unidades de ensino. Aponta-se ainda que, o Plano Estadual de Educação do Tocantins-PEE/TO (2015-2025) não apresenta alternativas e propostas que visem o acesso à *internet* para os (as) estudantes, mantendo o foco na informatização das bibliotecas e na formação de professores (as).

Diante disso, os (as) estudantes gremistas estão buscando o acesso à *internet* por meio de parcerias, como apontado na proposta do Grêmio, o que comprova que o Estado por meio do PBLE não tem fornecido acesso à *internet* que contemple de forma plena os (as) estudantes das escolas públicas e que o governo tocantinense não dispõe de alternativas no próprio PEE/TO (2015-2025) visando a melhoria e mesmo o acesso aos (as) estudantes. Estes últimos por sua vez veem na sociedade a alternativa para que seja garantida a efetivação da proposta, e não o Estado, verdadeiro responsável por isso.

Destarte, cabe aos (as) gremistas utilizando da proposta de obtenção de rede *wi-fi* na unidade de ensino a cobrança por efetivação do acesso à *internet* pelos (as) estudantes, e a elaboração de estratégias estaduais voltadas a essa questão, além disso, há a necessidade de esclarecer que é tarefa do próprio governo a provisão desse acesso de forma democrática, o que incide de forma positiva para que o processo de ensino-aprendizagem seja contemplado com o acesso à materiais *online* pelos (as) próprios (as) estudantes.

Quanto as propostas da diretoria de saúde e meio ambiente, percebe-se uma aproximação do caráter político do grêmio ao ter como proposta a “conscientização”⁸⁵ da importância da saúde e do meio ambiente, e dessa forma, entende-se que existe a intenção de construção de espaços de debates junto aos demais estudantes sobre essa temática. Contudo apresenta também, propostas que se assemelham ao cariz voluntário, solidário e de parceria apontadas anteriormente, como a busca de parcerias para ações de limpeza do colégio, e a criação de grupos de jardinagem e criação de horta.

⁸⁵ Termo utilizado pelos estudantes.

São atividades que a unidade de ensino como apontado no Capítulo 4 da presente pesquisa, conta com profissionais direcionados para sua execução: Auxiliares de Serviços Gerais (ASGs) ou Auxiliares de Higienização do Ambiente Escolar, que conforme o Regimento Escolar da rede estadual de ensino do Tocantins tem entre as competências gerais apresentadas no Art. 23: I – executar a limpeza nas dependências que lhe forem confiadas; IV – colaborar no serviço de manutenção de horta escolar, jardins e arborização do pátio da UE. Dessa forma, não há a necessidade da busca pela execução dessas atividades se elas já possuem profissionais lotados para essa função, a não ser que haja a necessidade de ampliação de Recursos Humanos e financeiros para garantia desse serviço. Havendo essa necessidade, o Estado precisa ser tencionado para essa ampliação e não a sociedade assumir essa responsabilidade.

E quanto à proposta da utilização dos alimentos da horta para o preparo do cardápio da unidade de ensino, já existe verba federal destinada à alimentação escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem essa função, a partir dele conforme o Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

[...] o governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (BRASIL, c2017).

O PNAE vai ao encontro com o Artigo 208, inciso VII da Constituição Federal de 1988 no qual afirma:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988).

Como exposto, a alimentação escolar é dever do Estado, e caso não esteja sendo executada da maneira correta, cabe ao Grêmios junto a escola realizarem mobilizações para que esse direito se efetive de forma plena, visto ainda que na Constituição Federal de 1988 a alimentação está posta como um dos direitos sociais.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Outra proposta que apresenta característica voluntária, solidária e de parceria é a de realização de melhorias da unidade de ensino, que são buscadas junto à sociedade e não ao

Estado, o que reforça o que antes foi dito quanto a responsabilização dos cidadãos para com as obrigações do Estado.

A garantia do acesso à educação como direito envolve o repasse de verbas a serem direcionadas para a obtenção de insumos, materiais didáticos, a manutenção estrutural entre outras, nessa direção o Plano Estadual de Educação do Tocantins -PEE/TO (2015-2025) apresenta na meta de número 5 a proposta 5.2 que visa “[...] instituir, em regime de colaboração com a União e os Municípios, programa para melhoria da estrutura física das unidades escolares, e a construção e manutenção de 13 (treze) escolas públicas estaduais, conforme a demanda [...]”.(TOCANTINS, 2015a).

O PEE/TO (2015-2025) apresenta como proposta de responsabilidade do estado junto da União e município, a realização das melhorias das unidades escolares, diante disso, a proposta apresentada pelo Grêmio deveria ter sido elaborada no sentido do enfrentamento ao Estado para que haja a efetivação da meta traçada no PEE/TO (2015-2025), e não trazer para si e para a comunidade a responsabilidade por essas melhorias, pois, a partir dessa atitude “reitera-se a noção da comunidade abstrata, valorizando-se relações de solidariedade social e ajuda mútua, despolitizando-se os conflitos sociais em nome de um suposto bem-comum.” (RAICHELIS, 2009, p. 10).

No que trata das propostas voltadas a realização de atividades esportivas, campeonatos e recreação, estas são importantes para que haja o envolvimento e socialização entre os (as) estudantes, bem como para a prática de atividades físicas e mantimento da saúde, proposta pelas quais o Grêmio vem assumindo responsabilidade.

As propostas esportivas apresentadas pela Diretoria de Esportes se tornariam ainda mais abrangente no sentido de articular os saberes das demais disciplinas, sendo as atividades realizadas a partir do princípio da interdisciplinaridade, abordando também a importância do desporto para a transformação social, como é afirmado por Navarro (2017, p. 1) “[...] o desporto, enquanto atividade de negócio, de exercício físico e de competição, é um significativo veículo de transformação social e promoção de cidadania, independente do extrato social, raça, gênero e residência das pessoas”.

Além disso, seria interessante a busca por mais investimento em melhorias dos equipamentos e recursos humanos para esse fim, quadra esportiva entre outros tendo em vista que o fomento ao desporto é dever do estado e direto constitucional garantido no Artigo 217: “[...] é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um [...]”.

Portanto, assim como nas demais propostas cabe a busca pela efetivação desse direito junto ao Estado, vereadores, deputados e especialmente os órgãos e secretarias para esse fim, lutando por melhorias para a prática esportiva dentro do ambiente escolar.

Referente à cultura, o Grêmio traz propostas de recreação que são de interesse da própria entidade de representação estudantil e também dos (as) demais estudantes como a promoção de baile, festa aberta a comunidade, organização de peças teatrais, contudo, atividades como feira de ciências e feira de literatura/artes deveriam ser contempladas pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade de ensino, atreladas às disciplinas de Língua Portuguesa, Artes e Biologia, no entanto no PPP (2020) que consta as atividades planejadas para alcance das metas da unidade de ensino, são apontadas apenas a promoção de “[...]concurso de maquiagem com temática “*Halloween*” via *WhatsApp*” (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 33) tendo como responsável o professor de Língua Inglesa, e a realização de concurso de pop arte-desenho, com turmas de 3ª séries via *WhatsApp* (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 33) sob responsabilidade do professor de Artes. Todas essas atividades podem e devem ter a participação do Grêmio Estudantil para que haja o incentivo e participação do corpo estudantil.

Nota-se ainda que, assim como nas propostas esportivas, a falta do destaque para a transformação social por meio da arte e da cultura. Uma ótima proposta cultural é a de passeios a universidades, o que denota o interesse em aproximar os (as) estudantes do ensino superior almejado principalmente pelos (as) estudantes dos anos finais do Ensino Médio.

O Grêmio apresenta também como proposta a de conscientização política pela Diretoria de Políticas Educacionais. No entanto não é explicitado a sua direção política e assim pode ser entendida em duplo sentido, ou seja, ela pode estar voltada ao caráter de reafirmação da ordem vigente e da não criticidade da ausência do Estado na efetivação das políticas sociais ou, no sentido de mudança, transformação social, preenchimento dos espaços de participação político-social.

Destarte, essa conscientização deve ser efetivada de forma que se possa desvelar a realidade e assim mudá-la, conforme conceito de conscientização em Paulo Freire:

A conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é

inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. (FREIRE, 1979, n.p).

A conscientização política diante disso, deve ser tomada no seu sentido crítico e de transformação, buscando fazer com que haja por parte dos (as) estudantes um posicionamento firmado com o compromisso com a mudança do que já está posto, social e politicamente, agindo assim como indivíduos transformadores que buscam a emancipação.

Dentro da proposta da Diretoria de Políticas Educacionais está a de incentivo ao alistamento eleitoral. Sabemos que o voto é um dos meios de exercício da cidadania e expressão da democracia, mas não é o único meio para que isso ocorra, há também o debate e organização em torno da busca por novos direitos e a defesa dos já garantidos, a participação e o controle social por meio da inserção nos Conselhos e Conferências de Saúde, Educação e Assistência e a denúncia da não efetivação de direitos que são fundamentais para o processo de emancipação humana e conseqüentemente para o exercício pleno da democracia e cidadania, o que denota a necessidade de elaboração de mais propostas voltadas a isso.

As demais propostas apresentadas são referentes ao cargo de vice-presidente, que apenas apresenta a fiscalização das ações realizadas pelo presidente, para que assim haja alcance das propostas por ele apresentadas, isto é, apenas a afirmação do que o presidente decidir.

Outra proposta é a do Secretário geral, que tem caráter administrativo, junto da proposta do 1º Secretário, mas aqui vale destacar que se este último propôs manter os arquivos da entidade em dia, a partir de então cabe a este a responsabilidade de comunicar aos demais a falta de algum destes arquivos, como por exemplo, o Estatuto do Grêmio, que a entidade não possui.

A proposta apresentada pela tesouraria está ligada a manutenção do Grêmio, que não recebe subsídio financeiro do Estado para isso, cabendo aqui refletir que além de arrecadar fundos para realizar suas ações, a entidade ainda busca parcerias na comunidade para a realização das demais atividades propostas. Apesar de ser sustentado por meio de arrecadação própria, os Grêmios deveriam ter garantido pelo Estado, um espaço reservado com estrutura necessária, para a realização das reuniões e atividades, além de computador, impressora e armário. Este último é essencial para que as documentações referente ao Grêmio Estudantil sejam guardadas de maneira correta.

Por último apresenta-se as propostas do Secretário Geral e da Secretaria de Imprensa, que são voltadas ao contato e diálogo com o corpo estudantil e a transparência de suas ações, a criação de um órgão específico para a comunicação do grêmio e para divulgação dos atos da

entidade de representação, reuniões abertas ao corpo estudantil dando espaço para que estes deem suas opiniões e dicas. No entanto, não é afirmado na proposta que o corpo estudantil poderá participar do processo de decisão que é de suma importância para que a entidade de representação possa agir de acordo com o que é apresentado pelos (as) demais estudantes e diante disso, defenda e procure meios para o atendimento das demandas.

Diante da observação do que foi explanado, entende-se que algumas das propostas apresentadas pela chapa eleita, vão ao encontro ao real sentido do Grêmio, contudo, a maioria delas possuem tendência a responder os interesses da instituição de ensino, apresentando caráter voluntária, solidarista, imediatista e de parceria com a comunidade externa, que trazem responsabilidades que são do Estado para a organização estudantil e para a comunidade, não apresentando posicionamento crítico e político-social, e assim, concorda-se com a argumentação de González e Moura:

As atividades realizadas pelo Grêmio na comunidade escolar visando o trabalho voluntário e solidário corroborariam sua naturalização porque se circunscrevem a propostas calcadas em formas espontâneas de ação. Ou seja, essas ações não potencializam a emancipação dos indivíduos, nem mesmo propiciam a problematização das necessidades presentes naquela comunidade. E isto porque tais ações limitam-se ao imediato, ao útil, ao eficaz e se referenciam no “aqui e agora”. (GONZÁLEZ; MOURA, 2009, p. 386-387).

Desta forma, reafirma-se a necessidade de se trabalhar os direitos, as políticas, a crítica, o enfrentamento do Estado e conscientização no sentido Paulo Freire para que dessa forma, as ações ocorram pautadas na criticidade e com vistas à mudança social, política e organizativa.

Como representação máxima dos (as) estudantes dentro das unidades de ensino secundaristas, o Grêmio deve estar atento e voltar suas propostas aos interesses do corpo estudantil, não só os interesses desportivos, recreativos, culturais, voluntários e atendimento das necessidades imediatas, como também no que diz respeito a propostas que visem a superação das desigualdades sociais e políticas vivenciadas na sociedade, expressas dentro das unidades de ensino e que por conseguinte impactam a vida dos (as) estudantes, e diante disso haja a problematização e conscientização sobre essa realidade, de modo a lutar comprometidamente para sua superação.

No entanto é necessário frisar que diante da perspectiva mercantilizadora, das políticas sociais e sobretudo da educação, no sistema capitalista que rege nossa sociedade, que não tem interesse no desenvolvimento crítico, social e político dos cidadãos, é evidente que a educação como está organizada não permite que haja por aqueles que ela abrange o desenvolvimento da consciência crítica, destacando aqui os (as) estudantes do ensino médio e fundamental

pertencentes aos Grêmios Estudantis, e sobretudo diante do momento pandêmico vivenciado, cujas demandas sociais ficaram mais explícitas, excelente exemplo aos (as) estudantes.

Como dito no início do presente eixo, os demais Grêmios não apresentaram documentos referentes as suas propostas. Apesar de muitos dos grêmios não estarem em funcionamento no ano corrente, em 2020 três dos Grêmios abrangidos pela pesquisa estavam em funcionamento, no entanto o motivo da falta de propostas não foi explicitado. Dessa forma não foi possível identificar se as chapas não apresentaram propostas durante o período eleitoral, ou se não consta arquivado esse documento. Vale destacar que a apresentação das propostas possibilita o conhecimento das ideias e direcionamento das chapas concorrentes à diretoria do Grêmio. Dando continuidade à análise o próximo eixo abordará que ações os Grêmios Estudantis têm desenvolvido a fim de desempenhar seu papel de representação dos (as) estudantes e seus interesses e o desenvolvimento da organização e participação político-social.

5.4 Eixo II – Ações desenvolvidas que garantem a organização, participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes aos grêmios estudantis das escolas de Miracema e entorno.

Nos documentos apresentados pelas unidades de ensino referentes as ações dos grêmios não são apresentadas demandas que sejam explicitamente realizadas pelos (as) estudantes. Como entidade de representação estudantil dentro das escolas é imprescindível que o Grêmio em suas ações atenda as demandas do corpo estudantil visto que o Grêmio,

[...] é uma organização que tem como pano de fundo, potencializar os estudantes no sentido, de atender suas demandas específicas, sua luta contra concepções que lhe agridam ideologicamente. Noutras palavras, é uma organização representativa de um seguimento essencial na escola, e que, portanto, tem que ser representado diretamente por eles (estudantes). (MELO; ALMEIDA, 2018, p. 7).

No que se refere as ações desenvolvidas, pelo Grêmio Estudantil (FACE) da unidade de ensino CEM Dona Filomena Moreira de Paula, no ano de 2020 foram as seguintes de acordo com o documento de evidências da entidade: Participação no Projeto de Extensão GEST como palestrantes e ouvintes; Produção de vídeos em homenagem ao Dia dos Professores; Organização e participação da *live* “Dia da Consciência Negra” realizada no dia 20 de novembro de 2020 (TOCANTINS, 2020e). Os demais documentos disponibilizados - atas da entidade estudantil - tratam do processo eleitoral para a composição do Grêmio Estudantil,

formação de Comissão Eleitoral, apuração de votos, posse da diretoria eleita e escolha de novos membros para a composição do Grêmio.

A partir do exposto observa-se que o Grêmio Estudantil - chapa FACE-, teve suas ações realizadas no ano de 2020 direcionadas apenas às datas comemorativas que até se relacionam a algumas das propostas apresentadas pela chapa. A partir dessas ações, no entanto, não se observa a busca pela melhoria da participação político-social, deixada a cargo da participação no projeto de extensão GEST que tem como um de seus objetivos o desencadeamento do processo de organização e participação social e política dos adolescentes/jovens no contexto local. Além disso, não foi possível identificar se as demais propostas foram efetivadas, e nem se essas ações levaram em consideração as demandas dos (as) estudantes.

Em resposta por meio formal a unidade de ensino CEM Dona Filomena Moreira de Paula, informou que o Grêmio Estudantil não possui Estatuto e Regimento Interno, e não possui ainda os registros das atividades da entidade de representação estudantil realizadas no ano corrente, devido ao fato de ainda estarem sendo executadas e o documento que relata as atividades só é elaborado ao fim do ano letivo.

A falta de Regimento Interno ou Estatuto deixam o Grêmio Estudantil sem um norte a seguir, o Estatuto, documento de suma importância para o Grêmio, é a base pela qual os (as) estudantes gremistas realizaram seu mandato, pois é a partir dele que estará delimitada a autonomia, os objetivos, as atribuições e os deveres daqueles que compõem o Grêmio (SEDUC, 2015b). Dessa forma, a falta desse documento compromete a atuação da diretoria eleita. Outra questão a ser apontada é o não registro paralelo à realização das ações do Grêmio, como afirmado acima, as ações só são documentadas ao fim do ano letivo, isso pode acarretar um registro raso, sem detalhes de como as ações foram organizadas e realizadas.

Já no que se refere ao Grêmio Estudantil da unidade de ensino CEM Rui Brasil Cavalcante cuja chapa em gestão no ano de 2020 denominava-se: “Jovens de Atitudes”, as suas ações não foram identificadas nas atas apresentadas pela unidade de ensino CEM Rui Brasil Cavalcante. As atas tratam apenas do processo eleitoral da entidade, da comissão eleitoral composta e o resultado do pleito. Além das atas, o Grêmio apresenta o Edital de Eleição para o Grêmio Estudantil lançado pela comissão eleitoral publicizando o processo eleitoral e convocando para as inscrições das chapas.

As ações realizadas pelo Grêmio Estudantil acima referenciado, no entanto, só estão descritas no PPP (2021) da unidade de ensino e em ofício enviado após a solicitação dos documentos, a mesma não apresentou documentos específicos da entidade de representação estudantil.

Conforme o PPP (2021) da unidade de ensino ela conta com o apoio do Grêmio Estudantil, afirmando que este foi eleito pelos (as) estudantes, sendo de um ano seu período de mandato, com a função de ser a voz ativa dos (as) estudantes durante esse período. A unidade de ensino vem apontando ainda que, o Grêmio foi bastante motivado, inovador e ativo, realizando diversas ações tais como: o trabalho junto à orientadora educacional no processo de resgate de estudantes que pretendiam evadir, por meio de palestras vocacionais junto aos (as) estudantes das 3^a séries em busca de melhorias da aprendizagem e visando atender aos interesses dos (as) estudantes; e encontros com os representantes dos grêmios estudantis das outras escolas estaduais presentes no município proporcionando trocas de experiências (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Diante do que foi apresentado pela unidade de ensino, referente as ações do Grêmio, destaca-se a ação voltada a evasão escolar, é importante esclarecer que este é um problema institucional que pode ter vários fatores entre os quais estão a própria escola (CABRAL, 2017).

Sendo um problema institucional a evasão deve ser abordada pela própria escola, tendo em vista que a mesma é um dos fatores que podem influenciar nesse processo, cabe a ela então a busca por soluções, uma vez que se trata de demanda institucional que se entende que não cabe ao Grêmio. O papel da organização estudantil pode ser o de contribuir, sendo voz dos (as) estudantes, apontando quais as principais dificuldades enfrentadas por estes (as) dentro da unidade de ensino que poderiam estar agindo como estímulo da evasão.

O próprio incentivo à participação da gestão escolar por meio do Grêmio pode contribuir para que o índice de evasão seja diminuído ou sanado, envolvendo os (as) estudantes e dando a eles (as) autonomia e responsabilidades, podendo dessa forma fazer com que esses (as) se sintam mais pertencente à unidade de ensino e aos processos que a compõem. Diante disso, reitera-se a importância do incentivo à organização e participação estudantil por parte da gestão escolar, pois “[...] a participação dos estudantes contribui para que o aluno se reconheça como sujeito do processo educacional, fortalecendo sua percepção sobre a importância de suas ações para a construção de sua identidade enquanto agente transformador.” (AMARO; QUADROS, 2016, p. 10).

Nota-se que a ação realizada pelo Grêmio em relação à questão da evasão escolar foi desenvolvida junto da orientadora educacional, tendo em vista que eles (as) foram acompanhados, faz-se necessário entender se esse acompanhamento se deu de forma vigilante ou de maneira a colaborar no processo de debate acerca da importância da permanência educacional, caso contrário estaria infringindo a autonomia do Grêmio Estudantil, pois como nos apresenta Pavão e Carbello:

[...] a presença de um adulto pode destituir a autonomia desta Instância, dificultando a liberdade de expressão dos estudantes, de seus ideais democráticos, ou impossibilitando a aprendizagem do jogo democrático que se faz na participação política em instâncias decisórias, como o Grêmio Estudantil. (PAVÃO; CARBELLO, 2013, p. 1397).

Já no que se refere ao encontro com os (as) gremistas das demais escolas, apontado também nas ações desenvolvidas, esta é de grande importância, pois, proporciona o debate, a troca de saberes e estratégias de atuação que podem colaborar no desenvolvimento de novas ações.

Em resposta recebida por ofício a unidade de ensino CEM Rui Brasil Cavalcante informou outras as atividades realizadas em 2020 pelo Grêmio Estudantil (Chapa-Jovens de Atitudes) foram: participação da gincana promovida pela Universidade Federal do Tocantins⁸⁶, Aulões das áreas de conhecimento, Linguagens; matemática; ciências da natureza, ciências humanas e arrecadação de alimentos para a população carente do município de Miranorte. No ano de 2021 o Grêmio encontra-se inativo em razão de muitos dos membros pedirem afastamento por estarem cursando o terceiro ano do ensino médio (TOCANTINS, OFÍCIO Nº 25/2021/CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

Aponta-se que houve a aproximação com a universidade através da extensão, o que também caracteriza como uma das únicas ações voltadas a contribuição para o melhoramento da organização e participação político-social, juntamente com a ação de aproximação com os gremistas das unidades de ensino do município.

Tratando das ações voltadas ao atendimento das demandas dos (as) estudantes, apesar de citar a ação cuja temática foi a de evasão como sendo para atender aos interesses do corpo estudantil, trata-se de uma demanda de cunho institucional, isto é, de interesse da gestão, e como apontado anteriormente não cabe ao grêmio exclusivamente o trato dessa questão.

Vale ainda enfatizar que uma das ações apresentadas como sendo realizada pelo Grêmio no ano de 2020 foi a de arrecadação de cestas básicas para a população carente, que de forma explícita apresenta cariz voluntário e solidário, e não contribui como afirmam Gonzáles e Moura (2009) para emancipação humana, apenas apresenta respostas imediatas, espontâneas e coerentes, aos problemas vivenciados sem no entanto, haver uma reflexão crítica da existência, e as causas para que estes ocorram e de quem é o real papel de incidir em tais problemas.

⁸⁶ Promovida pelo Projeto de Extensão GEST no mês de dezembro em 2020, a gincana envolveu as incluídas no projeto localizadas nos municípios de Miracema, Miranorte, Tocantínia, Lajeado e Rio dos Bois, e foi desenvolvida em parceria com os discentes do Curso de Serviço Social, vale destacar ainda que a organização do evento teve a participação dos (as) gremistas, representantes das escolas e municípios.

Por fim, aponta-se a vacância do Grêmio Estudantil, ocasionada pelo afastamento dos gremistas em função de estarem na última série do ensino médio, as unidades escolares possuem o controle de qual série os (as) seus (as) estudantes estão inseridos, bem como os (as) próprios (as) gremistas possuem ciência das séries que cursam, diante dessa afirmação observa-se a falta de iniciativa para a realização de uma nova eleição, com vistas a não deixar em vacância a instituição que representa os (as) estudantes dentro da unidade de ensino.

Já o Grêmio Estudantil Professor Carlito da unidade de ensino Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência, não possui registros físicos de sua composição, plano de atividades e ações do período de 2020 a 2021. Em resposta recebida por meio formal a Unidade de ensino, tratando do Grêmio Estudantil esclareceu que o mesmo não possui registros do período de 2020 pelos seguintes motivos: a falta de hábito de registro e sistematização das ações da entidade e a descontinuidade de uma gestão para outra, o que contribuiu para a perda do Estatuto do Grêmio, apesar que conforme os (as) envolvidos (as) o documento segue as normas da UBES.

Os motivos apresentados pela unidade de ensino demonstram de forma nítida que falta por parte dos (as) gremistas o entendimento da importância da escrita e especialmente dos registros das suas atividades, sendo fundamentais para que as ações sejam conhecidas por parte do corpo estudantil pelo qual o Grêmio atua como voz. Além disso, tais documentos serão parte do acervo da unidade de ensino e a partir deles estarão registradas a trajetória da organização estudantil ao longo da história da unidade de ensino.

A perda do Estatuto transmite o descuido para com a própria organização do Grêmio Estudantil, dessa forma questiona-se como serão norteadas as ações e as atribuições dos componentes da instituição se não há um documento para isso. Apesar de ser apontado que o documento perdido seguia as normas da UBES, estas são inválidas se não há mais o documento em mãos, tornando inviável o seu cumprimento.

A unidade de ensino Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência esclareceu também que embora não haja registros, a gestão do Grêmio no ano de 2020 desenvolveu atividades importantes mesmo com as limitações culminadas pela pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), citando a participação da entidade no Projeto de Extensão GEST. Ainda conforme a unidade de ensino no ano de 2021, o Grêmio entrou em vacância e em decorrência da pandemia não houve processo eleitoral para a escolha da nova gestão.

Diante do apontado pela unidade de ensino quanto ao Grêmio Estudantil Professor Carlito, compreende-se que assim como nos demais grêmios as contribuições referentes à organização e participação político-social ocorreram via projeto de extensão da UFT, além

disso, com a falta de registros das ações não é possível que haja o conhecimento sobre o atendimento das demandas dos (as) estudantes.

No entanto não há como negar que conjuntura pandêmica impactou e ainda continua impactando a vida dos (as) estudantes, a transferência das relações interpessoais presenciais para o virtual incide profundamente nas formas de organização social e política, não só dos Grêmios Estudantis, mas das formas de organização como um todo. Somados a esses fatores estão o medo, a ansiedade e a condição socioeconômica. Esta última impede o acesso e a permanência no ensino e na organização estudantil de forma remota, sobretudo quando se trata de estudantes de escolas públicas. A totalidade desses fatores atingem a organização, o engajamento e o protagonismo por meio das entidades de representação estudantil, com destaque para a secundarista preconizando o Grêmio Estudantil.

Apesar do período de vacância e a falta de registros das atividades ocasionado pelos fatores já apresentados pela unidade de ensino Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência, percebe-se uma intencionalidade de organização, como resultado da intervenção dos Projetos GEST e GEST-FM, a partir dos projetos a equipe da unidade de ensino provocou os (as) estudantes em setembro de 2021 a se articularem obtendo como resultado o seguinte: articulação de um grupo de estudantes para reorganização da entidade de representação estudantil; formação de uma Diretoria Provisória; a reformulação/construção do Estatuto e a realização de eleições no início do ano letivo de 2022.

Conforme a unidade de ensino, além das atividades acima elencadas foi criado um grupo de *WhatsApp* com o intuito de melhorar a comunicação entre os (as) estudantes. A diretoria provisória foi instituída, os demais documentos estão sendo confeccionados e os (as) estudantes estão adquirindo o hábito do registro das atividades.

Aqui cabe destacar o papel da intervenção realizada pelos Projetos GEST e GEST-FM dos quais a unidade de ensino acima apontada participou, fazendo com que a importância do Grêmio Estudantil, como organização e espaço de participação político-social no âmbito escolar, fosse compreendida, e conseqüentemente fosse reativada. Além disso, destaca-se a confecção do Estatuto e dos registros das atividades, o que antes não era hábito agora passa a ser praticado. Todo esse processo tem influência de forma positiva para o protagonismo e a organização estudantil se efetivem no ambiente escolar.

O Grêmio Estudantil Daniela Lopes pertencente à unidade de ensino Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva, por sua vez não apresenta documentos referentes aos anos de 2020 e 2021 nem das ações por ele realizadas. Os últimos documentos apresentados são do ano de 2016, referente a ata do processo eleitoral, chapas que concorreram à diretoria,

ata do processo de escolha de representante para o cargo de 2º diretor(a) acadêmico(a) e estatuto.

Em resposta à falta de documentação, a unidade de ensino esclareceu que em 2019 o Grêmio Estudantil foi composto integralmente por estudantes da terceira série do ensino médio que no ano de 2020 ao concluírem a etapa deixaram a instituição e assim o Grêmio entrou em vacância. Diante disso, uma nova eleição foi marcada para o mês de março de 2020, o que não ocorreu devido a suspensão das aulas nesse período, em virtude da pandemia do novo coronavírus. Diante do prolongamento da suspensão das aulas presenciais ao ano de 2021, o processo eleitoral não pode ser realizado, tendo em vista que na unidade de ensino supracitada só ocorre de forma presencial (TOCANTINS, OFÍCIO Nº46/2021/CENPBR/DIREÇÃO, 2021).

Por fim a unidade de ensino frisa que o Grêmio Estudantil é uma entidade de responsabilidade dos (as) estudantes, e a escola atua como supervisora desta, e mesmo com a volta das aulas no formato híbrido o processo eleitoral não ocorreu pois, muitos dos (as) estudantes optam por receberem os roteiros de estudo em casa ou aulas *online* (TOCANTINS, OFÍCIO Nº46/2021/CENPBR/DIREÇÃO, 2021).

A partir das afirmações da unidade de ensino Colégio Estadual Professora Beatriz Rodrigues da Silva, entende-se que o período pandêmico, contribuiu para que não ocorressem novas eleições. No entanto, caberia à comissão eleitoral criada para a eleição que ocorreria em março de 2020, junto dos (as) estudantes que compõem a assembleia geral e da escola, durante o decorrer da suspensão das aulas, a realização do planejamento de alternativas para a efetivação das eleições e não permanência da vacância do Grêmio Estudantil.

A afirmação da escola como supervisora nos leva a pensar por um lado que essa supervisão seria de suporte a organização do grêmio estudantil e por outro lado pode ser entendida como como um freio à autonomia da instituição de representação estudantil, ao contrário disso, a escola deve atuar incentivando a autonomia, a organização e disseminando a importância do Grêmio Estudantil no espaço escolar.

Diante da apresentação das ações desenvolvidas por parte dos Grêmios estudantis contemplados pela pesquisa, questiona-se, se elas foram suficientes para a garantia da organização e participação político-social dos (as) estudantes.

Perante o que foi apresentado, fica evidente que a maioria das poucas ações apresentadas pelos Grêmios Estudantis, não são direcionadas ao seu real sentido. O envolvimento político-social e a discussão da organização estudantil são praticamente nulos, e ocorreram somente a partir da participação dos Grêmios nos projetos de extensão GEST e GEST-FM.

O Grêmio conforme Prado e Perrude (2016, p. 17) é um “[...] espaço privilegiado por promover a democracia, desenvolvendo ética e consciência crítica e política”. Contudo, a partir das análises constata-se que as participações nos Grêmios Estudantis, não possuem um cariz político-crítico de transformação da realidade do processo ensino e da realidade em que os (as) estudantes estão inseridos.

Constata-se também que há a falta de detalhamento das ações realizadas para que se possa entender se houve o direcionamento delas ao fortalecimento e organização do movimento estudantil secundarista e da participação político-social dos (as) demais estudantes. É evidente a carência de explicitação sobre se os Grêmios têm atendido as demandas dos (as) estudantes, já que seu papel é ser voz e representar os seus interesses, como afirmado por Amaro e Quadros (2016, p. 04) “[...] o Grêmio Estudantil é uma instância colegiada que representa a vontade coletiva dos (as) estudantes. Através dela, os discentes têm voz e vez no processo educativo.”

A maior parte dos Grêmios abrangidos pela presente pesquisa têm-se ocupado em realizar ações voluntárias, eventos de cunho pedagógico, realizando aquilo que já é previsto no cotidiano escolar, ações imediatas, deixando de lado as discussões que visam mudanças concretas e de construção do pensamento crítico, como bem explicita Bald,

[...] atualmente, observa-se que as ações dos grêmios estudantis consistem em atividades voluntárias que ocupam o jovem em seu tempo livre, voltadas a organização de eventos escolares, contribuição com projetos da escola e discussão de problemas internos relativos a situações cotidianas. Na prática, existe pouco envolvimento com discussões de cunho político/social ou ações que realmente signifiquem uma contribuição com a gestão escolar em seu objetivo central, que é a melhoria da qualidade social e acesso aos direitos humanos na escola. (BALD, 2015, p. 11).

A permanência das ações acríticas e de cariz voluntário, faz com que o Estado seja afastado das atribuições que possui e a partir disso há o impedimento do debate sobre os processos históricos e políticos que geram os problemas enfrentados social e educacionalmente, tornando as ações dos Grêmios alienantes (BALD, 2015). Ao contrário disso “[...] o Grêmio Estudantil deveria fazer a diferença no interior das escolas [...]” (PRADO; PERRUDE, 2016, p.17), promovendo sujeitos pensantes e transformadores.

Outra constatação é que a sistematização e registro das atividades e ações realizadas pelos Grêmios não é uma prática, o que desvela um certo descaso dos próprios gremistas para com a organização de representação máxima dos (as) estudantes dentro das escolas. Observa-se que a maioria dos registros em documentos próprios (atas e relatórios) são do período eleitoral e de mudanças na composição da entidade, quanto ao registro das demais ações/atividades realizadas parece não haver uma preocupação.

Dessa forma, como apresentar aos demais estudantes o que foi proposto no período eleitoral e o que foi efetivamente realizado dentre as propostas? A apresentação desses registros possibilitaria uma discussão do que poderia ter sido melhorado para o alcance total das propostas e o que foi apresentado pelo corpo estudantil durante o período de vigência da diretoria e a partir disso incentivar os (as) demais estudantes a se organizarem e a participarem do Grêmio e assim executarem as propostas antes não realizadas e a elaborarem outras conforme suas demandas, de forma crítica, organizada e democrática.

Mas para que isso ocorra é preciso que os (as) estudantes conheçam o sentido e a importância da participação e organização do Grêmio Estudantil, pois conforme Bald (2015, p. 9) “[...] o reconhecimento da importância de um grêmio estudantil organizado possibilitará uma participação mais ativa dos estudantes”. Esse processo de conhecimento deve contar com a escola. Cabe a ela o papel de apresentar a importância da participação e organização estudantil e dos registros das atividades e ações executadas e a criação e preservação dos documentos do Grêmio Estudantil.

Não se pode negar que o período pandêmico vivenciado desde 2019 contribuiu ainda mais para falta da sistematização e execução das ações e mesmo para a formação dos Grêmios Estudantis. Diante de tantas perdas, medo e demais implicações ocorridas por causa da Covid-19, como a falta de equipamentos e acesso à *internet* para que haja uma boa comunicação e articulação entre os (as) estudantes, é compreensível o desânimo em se organizar, acarretando a dissolução das entidades e a vacância por longos períodos, apesar de que em um dos grêmios apresentados houve a realização de atividades mesmo em meio a pandemia, utilizando-se de recursos virtuais.

Apesar das dificuldades presentes nesse período em que se vive, é importante que os Grêmios sejam motivados e atuantes nas unidades de ensino, desenvolvendo seu papel e atribuições que devem estar direcionadas a representar de forma democrática, crítica e incisiva os (as) estudantes. Diante do exposto, o próximo eixo abordará como o Serviço Social tem contribuído com os Grêmios Estudantis por meio dos projetos de extensão GEST e GEST-FM.

5.5 Eixo III – Contribuições do Serviço Social via projetos de extensão GEST e GEST-FM no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil dos grêmios estudantis das escolas de Miracema e entorno.

A contribuição do Serviço Social da UFT no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil será abordada a partir dos Projetos Grêmios Estudantis:

ações para a organização e participação política e iniciação científica (GEST) realizado em 2019 e 2020 e Grêmios Estudantis - Do Ensino Fundamental ao Médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM) realizado em 2021, este último será abordado de forma parcial.

5.5.1 Grêmios Estudantis: ações para a organização e participação política e iniciação científica – GEST

O projeto Grêmios Estudantis: ações para a organização e participação política e iniciação científica (GEST) surgiu a partir do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP) do Curso de Serviço Social da UFT, pensado a partir da observação e reflexão realizada por profissionais, docentes, discentes da graduação e da pós-graduação componentes do grupo, com envolvimento nas “[...] redes de atendimento sócio assistencial das áreas de Assistência Social, Saúde e Educação.” (UFT, 2020, p. 5) sobre a realidade social de Miracema do Tocantins e dos municípios que o cerca e suas demandas.

O projeto fez parte do programa de extensão: “A Execução das Políticas Sociais na Perspectiva de Efetivação de Direitos no Município de Miracema do Tocantins – TO e Entorno” coordenado pelo Câmpus de Miracema em parceria com as prefeituras dos municípios participantes isto é: Miracema, Tocantínia, Lajeado, Rio dos Bois, Miranorte além da Diretoria Regional e Educação (DRE) com o intuito de concretizar a missão da UFT tendo por base seu PDI (2016) e seu tripé: ensino, pesquisa e extensão bem como as políticas e direitos sociais das populações dos municípios supracitados (UFT, 2020).

Sua teoria foi norteadada pelas políticas sociais, de Assistência Social e Educação, além dos amparos legais como Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), tendo sua teoria política orientada a partir das ações coletivas como os movimentos sociais e a organização e participação social e política do cidadão (UFT, 2020).

O projeto buscou oferecer aos gremistas, protagonistas deste, um aprendizado com base, na organização, participação social e política tendo como ênfase as lutas coletivas objetivando

[...] uma sociedade justa, igualitária, democrática e anticapitalista e anticonservadora, no levantamento das necessidades e dificuldades que o adolescente/jovem enfrenta na realidade social dos municípios, proporcionando crescimento e amadurecimento pessoal. (UFT, 2020a, p. 6).

O GEST foi desenvolvido tendo em vista despertar e fortalecer a consciência crítica dos adolescentes/jovens; desencadear um processo de organização e participação social e política

dos adolescentes/jovens no contexto local; propiciar a aproximação e o envolvimento do jovem no espaço universitário; motivar os adolescentes/jovens para inserção na universidade pública e na iniciação científica (UFT, 2020).

O projeto foi realizado primeiramente de maneira presencial com um (3) encontros presenciais, os demais encontros, quinze (15) no total ocorreram de forma remota em decorrência da pandemia do novo coronavírus, e mesmo na forma remota a experiência do desenvolvimento do projeto possibilitou aos gremistas e demais participantes momentos de interação e discussão por meio das tecnologias de *web conferência* (*Google Meet*), e por meio do diálogo entre os envolvidos de forma a contribuir no processo de organização e militância estudantil (ALBIERO et al., 2021).

Os temas abordados foram diversificados e buscaram sempre possibilitar a organização e participação política e reflexão da realidade social direcionados pela perspectiva de efetivação dos direitos sociais (ALBIERO et al, 2021). O quadro a seguir mostra os temas tratados, os municípios participantes e a quantidade de pessoas presentes nestes.

Quadro 5 – Encontros virtuais do Projeto GEST 2020

Encontros	Temas	Municípios	Nº de participantes
1	Roda de Conversa Virtual entre jovens do GEST e representantes educacionais: Enem em tempos de pandemia	Miracema	21
2	Em tempos de Pandemia: Cuidados, prevenção e Fake News	Miracema, Tocantínia	16
3	Em tempos de Pandemia: Relações interpessoais/afetivas e intrafamiliares	Miracema, Tocantínia, Rio dos Bois, Dois Irmãos	29
4	Em tempos de Pandemia: Preconceito, Racismo e discriminação	Miracema, Rio dos Bois, Arraias	23
5	Em tempos de Pandemia: O Jovem, a Democracia e o Papel dos Grêmios Estudantis	Miracema, Lajeado, Rio dos Bois, Miranorte	23
6	Em tempos de Pandemia: Os Grêmios Estudantis e as experiências de protagonismo na região central do Tocantins	Miracema, Lajeado, Tocantínia, Rio dos Bois	15
7	Em Tempos de Pandemia: Ensino Remoto	Miracema, Tocantínia,	63

		Comunidade Palminha	
8	Em Tempos de Pandemia: A experiência do ensino remoto e suas peculiaridades no município de Lajeado	Miracema, Tocantínia, Lajeado,	44
9	Em Tempos de Pandemia: o ensino médio remoto em Miranorte e as experiências da gestão, professores, alunos e família	Miracema, Lajeado, Miranorte, Comunidade Palminha	96
10	Em Tempos de Pandemia: refletindo o ensino remoto e as experiências do ensino médio em Rio dos Bois e a parceria entre direção, docentes e alunos	Miracema, Tocantínia, Rio dos Bois	19
11	Em Tempos de Pandemia: refletindo as experiências do ensino médio remoto na rede estadual de Tocantínia e a parceria entre direção, docentes, alunos e família.	Miracema, Tocantínia, Palmas, Miranorte	26
12	Roda de Conversa Estatuto da Criança e do Adolescente: desafios e potencialidades	Miracema, Miranorte, Tocantínia, Palmas	30
13	Em Tempos de Pandemia: refletindo as experiências do ensino médio remoto na rede estadual de Miracema e a parceria entre direção, docentes, alunos e família.	Miracema, Rio dos Bois, Tocantínia	22
14	Live: Violência Intrafamiliar no Contexto Atual	Miracema, Palmas, Lajeado, Tocantínia	47
15	O Impacto da Pandemia na Vida do Adolescente	Miracema, Miranorte, Tocantínia, Lajeado, Rio dos Bois, Palmas	+100

Fonte: Albiero e Silva, 2020.

A partir dos dados apresentados no Quadro 5 observa-se o número crescente de participação dos envolvidos e a quase total participação dos municípios abrangidos pelo projeto. O projeto contribuiu para que grêmios fossem reativados e que o seu funcionamento se desse de forma crítica e participativa, incentivando a formação dos adolescentes e jovens a serem multiplicadores de ações sociais e políticas nas escolas em que estão inseridos contribuindo com todos os que compõem as unidades de ensino (ALBIERO et al., 2021).

A realização do projeto foi se desenvolvendo aos poucos e ao longo das rodas de conversa realizadas o número de participantes foi crescendo como demonstrado no Quadro 5.

A medida em que os temas foram tratados os (as) grevistas e representantes educacionais puderam aproximar-se de temas importantes para o período pandêmico que se enfrenta, como: a educação sanitária e as formas de prevenção ao coronavírus (COVID-19), auxílio emergencial o que é, quem poder acessar e como acessá-lo; a importância da busca de fontes de informação seguras sobre os mais variados assuntos e principalmente os que envolvem a saúde; qual o papel do grêmio estudantil e a sua importância para a escola e sociedade; a democracia e a importância da participação juvenil na sociedade; ideias de projetos que podem ser realizados pelos Grêmios no período de pandemia e utilização de recursos *online*, além de tratar dos direitos das crianças e adolescentes.

Os temas voltados às experiências das escolas dos municípios participantes do projeto foram aprovados pelos (as) participantes das rodas, pois proporcionaram a compreensão de como as escolas tem lidado com essa nova modalidade de ensino imposta pela pandemia, bem como as ferramentas ações e estratégias utilizadas para que esse ensino ocorra, transformando a roda de conversa em um espaço para troca de conhecimento e estratégias de ação frente ao ensino remoto emergencial, trazendo à tona a participação de todas as escolas parceiras, o protagonismo dos Grêmios e a participação da família nesta discussão (UFT, 2020b).

A partir do compartilhamento dessas experiências os participantes puderam perceber o quanto as escolas se empenharam em manter a qualidade do ensino, além de entenderem quais as mudanças ocorridas no âmbito das relações afetivas e intrafamiliares no período de isolamento social e as expressões da questão social enfrentadas pelas famílias nesse contexto como o aumento da violência intrafamiliar. Os grevistas puderam ainda entender a importância de tematizar e refletir sobre o problema do racismo, preconceito e discriminação a partir de onde estão, seja no ensino médio ou fundamental e a diferença entre os termos referidos e a necessidade de enfrentamento de ideologias racistas subsistentes em nossa sociedade (UFT, 2020b).

Além dos resultados aqui expostos o projeto também teve como resultado a inserção de um adolescente do 2º ano do ensino médio do Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula na iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC- EM) (ALBIERO et al., 2021).

O projeto desenvolvido em meio a pandemia cumpriu com o proposto, mediante os objetivos e as atividades desenvolvidas. Houve o envolvimento e a participação dos protagonistas, cumprindo assim um dos tripés da universidade: a extensão, fazendo um canal direto com a comunidade, através de um tema emergente: a pandemia.

5.5.2 Grêmios Estudantis - Do Ensino Fundamental ao Médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM)

O projeto Grêmios Estudantis - Do Ensino Fundamental ao Médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM) deu continuidade ao trabalho iniciado com o projeto GEST. Sendo um aprimoramento do projeto GEST, o projeto GEST-FM é também fruto do grupo de estudo e pesquisa GEPESSFEP e integrante do programa “A Execução das Políticas Sociais na Perspectiva de Efetivação de Direitos no Município de Miracema do Tocantins – TO e Entorno”. O seu objetivo geral consistiu em: formar agentes multiplicadores dos grêmios estudantis das escolas de nível fundamental e médio para o desenvolvimento de atividades sociais, políticas e educativas, e em específico: despertar e fortalecer a consciência crítica das crianças, dos adolescentes/jovens para a participação política nos grêmios estudantis das escolas de ensino fundamental e médio; desencadear um processo de organização e participação social e política das crianças e dos adolescentes/jovens no contexto local; propiciar a aproximação e o envolvimento do jovem no espaço universitário; Motivar os adolescentes/jovens para inserção na universidade pública e na iniciação científica (UFT, 2021).

Assim como o GEST, o GEST-FM tem por base o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2016 da UFT e o tripé: ensino, pesquisa e extensão bem como as políticas e direitos sociais das populações dos municípios participantes: Miracema, Miranorte, Tocantínia, Lajeado e Rio dos Bois (UFT, 2021).

A metodologia utilizada na execução do projeto foi a mesma do projeto anterior, a de encontros virtuais mensais por meio da plataforma *Google Meet*, com os (as) estudantes do ensino fundamental e médio, os temas abordados nos encontros foram escolhidos pelas unidades de ensino e gremistas abrangidos pelo projeto levando em consideração a conjuntura pandêmica vivida e os impactos dela sobre a educação e o que ela permeia. Tais temáticas foram abordados de maneira dinâmica prezando por uma linguagem de fácil compreensão, para melhor entendimento das informações transmitidas (ALBIERO; ARAUJO; SILVA, 2021). Dessa forma, os temas abordados bem como o número de participantes estão explícitos no quadro 6.

Quadro 6– Encontros virtuais do Projeto GEST-FM 2021

Encontros	Temas	Municípios	Nº de participantes
-----------	-------	------------	---------------------

1	Planejando o GEST-FM em tempos de pandemia	Miracema, Miranorte, Tocantínia, Lajeado, Rio dos Bois	41
2	Ensino Remoto e os Impactos Sobre os Alunos	Miracema, Tocantínia	25
3	Desmistificando Fake News Sobre a COVID-19	Miracema, Tocantínia	20
4	Roda de Conversa: Biossegurança no Ambiente Escolar	Miracema, Tocantínia, Lajeado	35

Fonte: Silva, 2021.

Como pode ser observado no Quadro 6 os encontros contaram com uma relevante quantidade de participantes apesar de nem todos os municípios abrangidos pelo projeto se fazerem presentes nos encontros ocorridos.

Uma característica apresentada pelo projeto é a contemplação do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. A extensão ocorreu por meio da execução do projeto GEST-FM; O ensino foi contemplado pelo curso de Serviço Social, que visa formar profissionais a partir dos aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, bem como os princípios do Código de Ética da Profissão de 1993, entre os quais afirma a defesa da ampliação e consolidação da cidadania e o posicionamento em favor da equidade e justiça social, essenciais para o exercício da democracia, a articulação do ensino com os eventos realizados no decorrer do projeto a exemplo dos laboratórios vivenciais que envolveram estudantes das disciplinas de Oficina de Instrumental Técnico Operativo II permitiram a aproximação com a realidade social dos participantes do projeto, bem como das dimensões que compõem a profissão. A pesquisa por sua vez foi desenvolvida, por meio do trabalho de conclusão de curso da extensionista PIBEX, aqui apresentado que leva em conta a experiência no projeto de extensão (ALBIERO; ARAUJO; SILVA, 2021).

A contribuição do Serviço Social através do projeto GEST e GEST-FM deu-se no sentido de propiciar aos adolescentes e jovens pertencentes aos grêmios estudantis das escolas participantes a aproximação com a participação política, social e à efetivação de direitos. Os momentos de contato virtual entre os discentes, docentes, jovens e adolescentes proporcionaram a aproximação entre universidade e comunidade e o levantamento das demandas vivenciadas por estes cotidianamente.

Diante da apresentação e análise dos dois projetos de extensão, sua abrangência e objetivos é possível compreender que ambos foram importantes, propiciando o fortalecimento da consciência crítica, a organização, participação e reativação de grêmios bem como a aproximação do público-alvo com a universidade.

Contudo, apesar das contribuições dos projetos para com os Grêmios Estudantis, estes poderiam ter abordado com mais ênfase o processo de formação dos Grêmios Estudantis, as suas normatizações, atribuições, competências, e maneiras de tornar a atuação dos Gremistas mais evidente nas unidades de ensino.

A realização de oficinas poderia ser utilizada como estratégia, abordando a criação de Estatuto, propostas, plano de ação e as documentações referentes as ações e atividades realizadas como as atas e relatórios, de forma detalhada para que as entidades passassem a dar maior atenção a essas e assim deixarem em evidência a sua passagem e atuação no Grêmio de suas respectivas unidades de ensino, servindo posteriormente para o desenvolvimento do trabalho de futuros Gremistas.

No entanto destaca-se que os dois projetos de extensão não possuíam os dados obtidos por meio da presente pesquisa, diante disso, torna-se compreensível a não abordagem do processo de formação dos Grêmios Estudantis.

Mas vale destacar que o processo de construção do Grêmio Estudantil que envolve a organização da chapa, formulação de propostas, eleição, estatuto, regimento interno, reuniões e documentações é conforme Ferreira (2013) uma pedagogia libertadora de suma importância para a formação do estudante como cidadão. Na atuação como gremista os (as) estudantes aprendem a participar e assim contribuem para a democratização do ensino da mesma forma que aprendem a serem cidadãos participativos nos demais espaços da sociedade (FERREIRA, 2013).

A parte burocrática do Grêmio composta pelas atividades administrativas citadas acima, elaboração de documentos que regulamentam a sua atuação dentro da unidade de ensino e os registros de suas atividades em atas, a realização de ações e atividades é uma importante parte que possibilita aos gremistas o acúmulo de conhecimento, capacidades e domínio de atividades formais que levarão para a vida inteira e que poderão ser aplicados em diversas ocasiões para além da fase estudantil (CARA, 2007 apud FERREIRA, 2013).

Diante da análise das contribuições do Serviço Social por meio dos projetos de extensão GEST e GEST-FM, o eixo a seguir apresentará como as escolas de Miracema e entorno tem contribuído no que diz respeito à autonomia e protagonismo dos seus respectivos grêmios.

5. 6 Eixo IV – Contribuições das escolas de Miracema e entorno no desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos grêmios estudantis.

A contribuição das escolas no desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dos grêmios estudantis foi avaliada a partir dos PPPs das escolas de Miracema e entorno, enfocando o modelo educacional, de gestão e pedagógico, sua centralidade, missão, visão, valores e princípios.

Diante disso, a partir da análise dos PPPs (2020; 2021) do CEM Dona Filomena Moreira de Paula localizado em Miracema do Tocantins, percebe-se que a contribuição no desenvolvimento da autonomia e protagonismo estudantil tem como base o Modelo Escola da Escolha que possui como característica o desenvolvimento do protagonismo dos (as) estudantes. O modelo possui 4 pilares: a educação, a pedagogia, presença e educação interdimensional. O currículo da unidade de ensino é formado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo sistema de currículo diversificado composto por práticas experimentais, projeto de vida, estudo orientado, disciplina eletiva e avaliação semanal (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021).

O Modelo Pedagógico seguido pelo CEM Dona Filomena Moreira de Paula tem no protagonismo juvenil seu eixo, fazendo com que esse protagonismo aconteça a partir do desenvolvimento de um conjunto de práticas e vivências que proporcionam aos (as) jovens condições para que se desenvolva pessoal e socialmente, tendo como base a construção de sua própria identidade, aspectos fundamentais do Projeto de Vida (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021). No PPP 2021 a unidade de ensino apresenta o Grêmio Estudantil como um dos grandes aliados no que diz respeito à gestão democrática, citando que o mesmo se encontra ativo “[...] por meio do protagonismo dos estudantes que o representam.” (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2021, p. 27).

Diante do exposto, a unidade educacional tem o protagonismo como estratégia pedagógica, apresentada também como premissa, direcionando-o ao corpo discente como um todo e não especificamente a partir do Grêmio Estudantil. Apesar de citar a participação do Grêmio Estudantil na gestão democrática, e apresentar no PPP (2020) que consta as atividades planejadas para alcance das metas da unidade de ensino a realização da eleição da nova diretoria do Grêmio, o protagonismo de acordo com o analisado efetiva-se vinculado a outro conceito, o Projeto de Vida que tem por função como apresentado no PPP (2020),

[...] a construção da identidade do estudante, ofertando condições para que ele crie expectativas em relação ao futuro e construa uma visão de si próprio, fomentando à responsabilidade pessoal para que desenvolva suas potencialidades e tome a decisão de serem os principais condutores dos seus Projetos de Vida. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020, p. 10-11).

No que trata da autonomia no CEM Dona Filomena Moreira de Paula, esta é apresentada somente nos valores da unidade de ensino, apontada para “[...] contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes com base na superação das desigualdades”. (CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA, 2020; 2021, p. 31). Assim, da mesma forma que o protagonismo, a autonomia não está na direção específica do Grêmio, mas dos (as) estudantes de forma geral.

Na mesma direção o PPP (2021) da unidade educacional CEM Rui Brasil Cavalcante localizado em Miranorte, dispõe de práticas pedagógicas diversificadas realizadas por meio de ações que visam o desenvolvimento do protagonismo estudantil, bem como outras competências a fim de aperfeiçoar a qualidade do ensino e atender as necessidades de aprendizagem apresentadas pelos (as) estudantes (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

E como apontado no cenário da pesquisa apresentado no Capítulo 4 da presente monografia, a unidade de ensino conforme seu PPP (2021) tem realizado práticas inovadoras que colaboram com os projetos da escola, que buscam desenvolver a socialização entre os (as) estudantes, interdisciplinaridade, apropriação dos saberes, protagonismo e projeto de vida (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021).

O PPP (2021) do CEM Rui Brasil Cavalcante no que trata da autonomia, esta é apresentada nos objetivos estratégicos ao “[...] oferecer à comunidade ensino de qualidade que contribua para o desenvolvimento da autonomia responsável, do senso crítico e da criatividade para o exercício da cidadania [...]” (CEM RUI BRASIL CAVALCANTE, 2021, p. 32), o que é afirmado de forma idêntica nas metas.

Assim como na unidade de ensino CEM Dona Filomena Moreira de Paula o protagonismo estudantil no CEM Rui Brasil Cavalcante, é desenvolvido abrangendo todo o corpo estudantil, e não focado no Grêmio Estudantil. Outra característica comum é que o protagonismo vem seguido do projeto de vida, e tratando da autonomia e da mesma forma, não cita o Grêmio.

A unidade de ensino Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência localizada em Lajeado do Tocantins no que trata do desenvolvimento do protagonismo apresenta como um dos aspectos da dimensão pedagógica que,

Os estudantes ao aprenderem os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, estarão também constituindo sua identidade como cidadãos, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, as suas famílias e as comunidades. (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 24-25).

No decorrer do PPP (2020-2021) não são apontadas mais nenhuma característica que denote à busca pelo protagonismo estudantil. Apesar disso, o Plano de Ação da unidade de ensino cita entre as demais ações e metas, algumas direcionadas ao Grêmio Estudantil, divididas em dimensões, que estão apresentadas no quadro abaixo

Quadro 7- Ações voltadas para o Grêmio Estudantil do CE Nossa Senhora da Providência

Dimensão/Período	Meta/Ação/Resultado Esperado/Objetivo
Educação Básica-Dimensão Administrativa/Financeira – Período Presencial	Meta: Implementar as atividades do Grêmio Estudantil
Educação Básica – Dimensão Formação - Período Presencial	Meta: Liderança Estudantil/Protagonismo Juvenil – Incentivar o Protagonismo Juvenil, parceria com a UFT; Ação: Viabilizar mensalmente a participação dos alunos integrantes do Grêmio Estudantil nas reuniões/encontros do Projeto Grêmios Estudantis: ações para organização e participação política e iniciação científica, UFT – Campus de Miracema. Resultado esperado: Grêmio Estudantil atuante e participativo e consciente do seu papel.
Educação Básica - Dimensão Formação - Período de Suspensão Das Aulas e Retorno das Atividades Educacionais (Pandemia do Novo Coronavírus)	Objetivo: Incentivar e apoiar a Formação Continuada aos servidores da UE, como preparo para o enfrentamento da Covid 19 na educação e fortalecer a participação do Grêmio Estudantil na escola em tempos de pandemia.

Fonte: COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021. Elaboração própria: SILVA, 2021.

Nos dados apresentados acima, observa-se que a unidade de ensino elaborou propostas de ações que englobaram o Grêmio Estudantil no período presencial e remoto, citando também a aproximação da entidade estudantil com a universidade. Dessa forma, observa-se que a unidade de ensino demonstrou preocupação no que se refere a atuação do Grêmio, propiciando espaço para que a organização estudantil desempenhe o protagonismo, e entenda seu papel e importância dentro do espaço de ensino.

No que se refere à autonomia na unidade de ensino em questão, esta é apontada em seu PPP (2020-2021) quando trata das Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre as quais estão o Trabalho e Projeto de Vida, por meio do qual os estudantes realizam escolhas para os seus projetos de vida, profissional e social “[...] com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.” (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021, p. 15).

Outra competência abrangida pela BNCC é a responsabilidade e cidadania caracterizada pelo agir pessoal e profissional que conta com a autonomia entre outras particularidades (COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA, 2020-2021). Observa-se que apesar de não citar explicitamente o Grêmio Estudantil tratando da autonomia, é possível compreender que esta competência é de certa forma desenvolvida quando a unidade de ensino estimula a participação da organização estudantil no contexto escolar. Apesar disso, a unidade de ensino articula a autonomia ao trabalho e projeto de vida, apresentando a autonomia como sendo característica que envolve a construção dessa competência que pertence à BNCC.

Tratando da análise dos PPPs (2020, 2021) da unidade de ensino CE Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva localizada em Tocantínia não foi possível identificar o modelo de gestão, dimensão pedagógica ou práticas pedagógicas, devido os documentos terem poucas informações. Todavia a partir do que está posto como visão identifica-se uma abordagem sobre o protagonismo estudantil: “[...] contribuir para a formação de cidadãos protagônicos [...]”. Para além disso, em nenhuma outra parte do PPP é abordado sobre a autonomia ou protagonismo, em especial tendo o Grêmio como foco, pois como apontado no eixo anterior a instituição de representação estudantil na unidade de ensino supracitada encontrasse em vacância.

Dessa forma, entende-se que as unidades de ensino abordadas têm o protagonismo e a autonomia como estratégias pedagógicas e as executa, mas no que trata de modo específico do Grêmio Estudantil apenas uma unidade de ensino apresentou, ações voltadas de modo particular.

Destarte, torna-se imprescindível o incentivo da criação do Grêmio Estudantil bem como de seu protagonismo e autonomia, já que em sua maioria as unidades de ensino apresentaram-se como executoras da gestão democrática, como afirma Bald (2015, p. 9) “[...] neste contexto de gestão democrática da escola, faz-se necessário a conscientização da comunidade escolar sobre as atribuições do grêmio estudantil e sua autonomia de organização em acordo com as instâncias colegiadas”.

Além disso, é preciso que o protagonismo juvenil defendido pelas unidades de ensino, como estratégia pedagógica tenha como centralidade “[...] as discussões e debates sobre os

fatores históricos, políticos, econômicos, e sociais, voltando a ser um instrumento de luta por mudanças na sociedade”. (BALD, 2015, p. 15). Assim fora disso essa expressão pode se tornar vazia “[...] de sentidos reais de tomadas de decisões.” (CARRANO, 2012, p. 88). Isso vale também para a autonomia, que deve ser buscada no sentido de propiciar espaço para que os (as) estudantes se organizem em torno de seus interesses, e como apresentam Amaro e Quadros:

É imprescindível destacar que, ninguém nasce um ser autônomo. Autonomia se aprende. E a escola tem grande responsabilidade em propiciar atividades que permitam o aluno a se desenvolver nesta área. O Grêmio Estudantil é o instrumento essencial neste processo. (AMARO; QUADROS, 2016, p. 14).

Portanto, é a partir da propiciação do protagonismo e autonomia incentivados pela escola e executadas a partir da organização e participação dos (as) estudantes no Grêmio Estudantil, que haverá a efetivação do real desses conceitos de protagonismo e autonomia, que vão além do sentido pedagógico, do voluntarismo e da parceria, visando a transformação, a liberdade, a busca dos interesses e defesa de seus direitos dos (as) estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia teve como objeto de pesquisa a contribuição do Serviço Social via projetos de extensão no processo de organização e participação político-social dos (as) estudantes através dos Grêmios Estudantis de forma remota emergencial.

O interesse pelo objeto ocorreu a partir da experiência da pesquisadora como bolsista nos projetos GEST e GEST-FM executados em 2020 e 2021 respectivamente, que propiciaram a aproximação com o movimento estudantil e sobretudo da organização máxima dos (as) estudantes secundaristas, os Grêmios Estudantis, que permite aos (as) estudantes a representação de seus interesses.

Diante disso, obteve-se que a inserção do Serviço Social na educação ocorreu paralelamente ao início da profissão no Brasil, na década de 1930 tendo como base ações de cunho conservador e de ajuste dos sujeitos, características abandonadas a partir do Movimento de Reconceituação da profissão.

Apesar da atuação do Serviço Social na educação ser datada da sua gênese em nosso país, somente a partir da década de 1990 com a conquista das políticas sociais é que o espaço da profissão no âmbito da educação é ampliado.

Entre as participações do Serviço Social junto aos movimentos sociais, está o Movimento Estudantil de Serviço Social, que além de contribuir no processo de ruptura com o conservadorismo, atuou junto ao movimento estudantil universitário e secundarista na luta e defesa de suas reivindicações.

Na última década, além de irem para as ruas e realizarem ocupações a *internet* tornou-se ferramenta fundamental para a articulação do movimento estudantil, fazendo-o chegar aos demais setores da sociedade e dessa forma agregar outros sujeitos e potenciais transformadores da nossa sociedade, frente aos desmontes e contrarreformas que tem crescido cada vez mais nos últimos anos, resultando o enfraquecimento dos direitos sociais e políticos que foram conquistados com a luta dos movimentos sociais.

A partir da pesquisa pode-se evidenciar o quanto a trajetória do movimento estudantil foi dura e ocorreu sob forte repressão principalmente no período ditatorial. Muitas vidas foram ceifadas na luta pela liberdade, democracia, e pelos direitos que hoje usufrui-se, sobretudo os educacionais, bandeira de luta do movimento.

No entanto aponta-se a partir da pesquisa que o movimento estudantil dentro das escolas, isto é, por meio dos Grêmios Estudantis, não possuem a mesma maturidade e característica

reivindicatória, crítica e voltada às questões políticas e sociais, carecendo desse norteamento para que dessa forma não caia inconscientemente na corrente contrária ao que o movimento estudantil luta e se posiciona. O debate político-crítico e questionador a partir do que foi analisado, fica a cargo da aproximação da entidade de representação estudantil secundarista com a universidade, no caso da pesquisa exclusivamente por meio do Serviço Social via projetos de extensão.

Diante disso, a pesquisa evidenciou a partir do único documento de propostas apresentado dentre os Grêmios Estudantis abrangidos, que em sua quase totalidade o cariz voluntário e de parceria com a sociedade é presente. O Grêmio Estudantil traz para si e para a sociedade a responsabilidade do Estado para com a garantia do direito a educação e o que esse direito envolve, como a manutenção das unidades de ensino, repasses de verbas, obtenção de materiais que visem a melhoria do processo de ensino aprendido como o acesso à *internet*. No entanto identificou-se também que a partir do PEE/TO (2015-2025) o estado até sinaliza a garantia do acesso à *internet* nas escolas, no entanto percebe-se que essa proposta vem apenas como uma questão proforma pelo fato de não detalhar como os (as) estudantes terão o acesso à *internet*, demonstrando o caráter de retirada do estado na garantia dos direitos na educação.

Além disso, as propostas dos Grêmios Estudantis são voltadas ao atendimento de demandas institucionais, recreativos e esportivos sem direcionamento político-social.

Entende-se também que as propostas não demonstram amadurecimento crítico e de conhecimento do real sentido do movimento estudantil, constata-se que não há a busca pela efetivação dos direitos educacionais a partir do enfrentamento ao Estado, a busca pela transformação social, política e organizativa e da emancipação é nula, demonstrando a necessidade de uma conscientização conforme Paulo Freire, que busque desvelar a realidade e assim mudá-la.

A representação direcionada ao desenvolvimento intelectual e político visando a construção de agentes transformadores de si e do meio em que estão inseridos não é buscada. Portanto as características das propostas obtidas pela pesquisa são: o voluntarismo, a parceria com a sociedade, o conformismo com a realidade social, e o afastamento do direcionamento político-social voltado à essência do movimento estudantil.

Outro ponto a se destacar é que as poucas ações desenvolvidas pelos Grêmios Estudantis, assim como as propostas, não foram realizadas a partir do real sentido do movimento estudantil, o envolvimento político-social e a discussão da organização estudantil são praticamente inexistentes, ocorrendo somente a partir da aproximação dos gremistas dos projetos de extensão GEST e GEST-FM.

A participação e o desenvolvimento das ações dos Grêmios são alheios ao caráter político-crítico e de transformação da realidade educacional e dos espaços em que os (as) estudantes estão inseridos (as). A maioria das ações desenvolvidas são voltadas ao voluntarismo, eventos e atividades de cunho pedagógico e de atendimento das demandas institucionais, sem discussões que visam mudanças concretas e a construção do pensamento crítico, diante disso as ações dos Grêmios tornam-se alienantes.

Além disso, não há detalhamento preciso das ações realizadas pelos Grêmios Estudantis, impedindo dessa forma que se possa entender se houve direcionamento voltado ao fortalecimento, organização, participação político-social e do atendimento das demandas apresentadas pelos (as) estudantes, tendo em vista que o papel dos Grêmios Estudantis é o de ser a voz e atender aos interesses do corpo estudantil, no entanto a partir do direcionamento observado nas ações dos Grêmios, delineadas pelas unidades de ensino e sem detalhamento, entende-se que elas não foram suficientes para a garantia da organização e participação político-social dos (as) estudantes.

A falta de detalhamento das ações dos Grêmios se dá pelo fato de não haver por parte dos (as) gremistas o hábito de registrar as atividades e ações realizadas, demonstrando um certo descaso para com a organização de representação máxima dos (as) estudantes nas unidades de ensino secundaristas.

Diante disso, denota-se a necessidade do conhecimento da importância da participação, organização, direcionamento político-social, ações voltadas à essência do movimento estudantil e conforme as necessidades dos (as) estudantes, tarefa em que as unidades de ensino possuem papel de importância, respeitando a autonomia dos (as) estudantes, mas direcionando-os quanto ao papel e importância dos Grêmios Estudantis bem como da organização e sistematização e registro de suas atividades e ações.

O Serviço Social por meio dos Projetos de Extensão GEST e GEST-FM contribuiu de forma incisiva para o fortalecimento do protagonismo bem como da organização e da participação político-social dos Grêmios Estudantis envolvidos na presente pesquisa. Essa contribuição é notória nas ações realizadas pelos Grêmios Estudantis, tendo em vista que de forma quase que unânime a participação nos projetos foi a única forma de aproximação dos gremistas com debates político-sociais e de reflexão da realidade social e da busca pela efetivação de direitos e do desenvolvimento da consciência crítica.

Outra contribuição realizada pelo Serviço Social foi a articulação e a manutenção do vínculo entre os (as) gremistas mesmo diante do momento pandêmico vivenciado, utilizando estratégias virtuais. A partir da extensão, o Serviço Social propiciou a aproximação dos (as)

gremistas com temas voltados a juventude, a atualidade, promovendo também a troca de experiências e estratégias de atuação diante do ensino remoto emergencial trazendo à tona o protagonismo estudantil, junto da importância das unidades de ensino e da família nesse processo.

Todavia, apesar das contribuições do Serviço Social por meio dos projetos de extensão GEST e GEST-FM, percebeu-se que os projetos poderiam ter buscado trabalhar de forma mais incisiva sobre os processos burocráticos que envolvem a formação dos Grêmios Estudantis, bem como sobre as atribuições, normatização e documentação que compõem a atuação dos gremistas, pois, por meio da pesquisa evidenciou-se a necessidade de conhecimento sobre essas questões por parte dos Grêmios Estudantis e das próprias unidades de ensino. Destaca-se que é compreensível a não abordagem de tais temas diante da não posse dos dados obtidos por meio da presente pesquisa por parte dos Projetos de Extensão GEST e GEST-FM. Acredita-se que a partir de agora as propostas apresentadas abordem a organização estudantil com mais ênfase.

No que se refere as contribuições realizadas pelas unidades de ensino visando o desenvolvimento do protagonismo e autonomia dos Grêmios Estudantis apreendeu-se a partir da pesquisa que a grande maioria das unidades de ensino têm o protagonismo e a autonomia apenas como estratégias pedagógicas, vinculadas ao projeto de vida, e não de forma ligada especificamente aos Grêmios Estudantis.

Apenas uma unidade de ensino apresentou ações voltadas ao Grêmio Estudantil o que consequentemente contribui para o protagonismo da organização estudantil dentro do espaço de ensino e para sua autonomia, mas apesar disso, a unidade de ensino também apresenta a autonomia ligada ao projeto de vida.

Destarte, evidenciou-se que frente a falta de direcionamento e da apropriação do protagonismo e autonomia dos (as) estudantes por meio dos Grêmios Estudantis, faz-se necessário que o incentivo à organização político-social e participativa a partir da criação de Grêmios Estudantis e do fortalecimento dos já existentes, tendo em vista efetivar a gestão democrática e o desenvolvimento intelectual, participativo, social e político dos (as) estudantes.

As unidades de ensino devem buscar o verdadeiro protagonismo e a autonomia dos (as) estudantes no sentido da liberdade e a defesa dos direitos estudantis, propiciando mudanças tanto no espaço de ensino como fora dele, com vistas a formar sujeitos transformadores, conscientes da sua importância e do seu papel na sociedade superando protagonismo e autonomia focados no sentido pedagógico, de parceria e dos interesses institucionais.

Diante dos dados obtidos por meio da pesquisa, compreende-se que o objeto de pesquisa foi alcançado de forma satisfatória, sendo que foi possível compreender que a partir dos

Projetos GEST e GEST-FM, o Serviço Social indicou uma contribuição no processo de organização e participação político-social dos (as) estudantes através dos Grêmios Estudantis, mesmo que de forma incipiente sendo uma das únicas formas de contribuição referente a construção do pensamento crítico, da importância da participação político-social e da importância dos Grêmios dentro das unidades de ensino.

No que trata dos objetivos, dois não foram alcançados de forma total, tendo em vista que apenas um dos Grêmios Estudantis a partir da sua respectiva unidade de ensino apresentou documento específico com propostas referentes ao período de mandato, impedindo assim compreender as características políticas e sociais das propostas apresentadas e atendidas pelos demais Grêmios. Além disso, devido à falta de documentações não foi possível apreender se as demandas apresentadas pelos (as) estudantes foram atendidas ou não pelas ações realizadas pelos Grêmios Estudantis, mas pôde-se compreender que as ações desenvolvidas por estes (as) em sua maioria não contribuem para a melhoria da organização e participação político social.

Foi possível verificar também que grande parte das escolas de Miracema e entorno não têm contribuído com os Grêmios Estudantis, no que diz respeito a sua autonomia, desenvolvimento e efetivação do protagonismo juvenil, pois tais conceitos só são desenvolvidos na direção pedagógica sem ter como foco os (as) gremistas. Somente a partir da contribuição do Serviço Social por meio dos projetos de extensão GEST e GEST-FM e que estes tiveram como foco tais princípios, direcionando-os aos Grêmios Estudantis por meio de estratégias remotas emergenciais.

Portanto, destaca-se a importância do conhecimento da autêntica participação social e política a partir dos Grêmios Estudantis e do seu papel, evidenciando sua autonomia dentro das unidades de ensino, para que o movimento estudantil secundarista seja fortalecido, enfatiza-se novamente a importância da atuação do Serviço Social por meio da extensão, fazendo-se ainda mais necessária a inserção da profissão na educação.

Devido a dificuldades encontradas durante a pesquisa, não foi possível obter os dados de todas as escolas e Grêmios e as demais dificuldades encontradas foram referentes a não datação das matérias contidas no site da UBES, de onde muitas das informações presentes na pesquisa foram retiradas, dessa forma tornou-se difícil referenciá-las; além disso, houve dificuldade em encontrar trabalhos acadêmicos referentes aos Grêmios Estudantis, que tenham como autores estudantes e profissionais do Serviço Social, evidenciando dessa forma que este não é um tema muito discutido dentro da categoria. A discussão sobre o presente objeto de pesquisa a partir do olhar do Serviço Social e suas contribuições é necessária, tendo em vista

que a categoria luta há duas décadas na direção do reforço da importância da sua inserção no sistema educativo.

Finalizando deixa-se como sugestão para o fortalecimento e autonomia dos Grêmios Estudantis o seguinte: ao Serviço Social - a apropriação por parte da categoria sobre os Grêmios Estudantis, e o papel destes nas unidades de ensino e para a organização, participação político-social dos (as) estudantes; aos Grêmios Estudantis - o conhecimento quanto ao significado e direcionamento político-social do movimento estudantil e esclarecimento sobre as atribuições competências dos Grêmios Estudantis; às Unidades de Ensino - elaboração de projetos e ações voltadas à disseminação da importância da organização político-social dos (as) estudantes e incentivo à participação nos Grêmios Estudantis de forma a fortalecê-los.

REFERÊNCIAS

- ABAIXO-assinado pelo adiamento do Enem cresce 660% em uma semana. **CATRACA LIVRE**, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/educacao/abaixo-assinado-pelo-adiamento-do-enem-cresce-660-em-uma-semana/>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.
- ABEPSS. Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. **Caderno Abess**, São Paulo: Cortez n.7, p.141-168, 1997. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/08-caderno-abess-n7-movimento-estudantil-do-servico-social-201702011419597144220.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2021.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282016000300456&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Projeto Ético-Político. *In*: MESQUITA, Andréa Pacheco de; GUERRA, Yolanda; GONÇALVES, André de Menezes (Org.). **Dicionário Crítico: estágio supervisionado em Serviço Social**. Fortaleza: Socialis, 2019. p.159-165.
- ALBIERO, Célia Maria Grandini et al. A Extensão Universitária no Fortalecimento dos “Grêmios Estudantis”: uma ‘Experiência Remota’ de Ações para a Organização e Participação Política e a Iniciação Científica. *In*: Anais do IX Seminário de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários. **Anais Eletrônicos [...]**. Palmas (TO): UFT, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/isdeceac2020/293387-A-EXTENSAO-UNIVERSITARIA-NO-FORTALECIMENTO-DOS-GREMIOS-ESTUDANTIS--UMA-EXPERIENCIA-REMOTA-DE-ACOES-PARA-A-ORG>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.
- ALBIERO, Célia Maria Grandini; ARAUJO, Gislene Ferreira; SILVA, Hélia Chaves. **Capacitando Agentes Multiplicadores dos Grêmios Estudantis do Ensino Médio ao Fundamental de Forma Virtual**. X SEMINÁRIO DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS. Palmas (TO): UFT, 2021. No Prelo.
- ALENCAR, Mônica de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. *In*: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1545464_LIVRO_COMPLETO_CFES_S_Servico_Social_Direitos_Sociais_e_Competicencias_Profissionais_2009.pdf. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

ALMEIDA Jr., Antônio Mendes de. **Movimento Estudantil no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/06/antonio-mendes-jr-me-no-brasil.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2021.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na Educação. In: **Revista Inscrita**, nº6. Conselho Federal de Serviço Social, 2000, p. 19-24. Disponível em: https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita-cfess__6_. Acesso em: 18 de fevereiro de 2021.

AMARO, Keila; QUADROS, Marivete Bassetto. A Importância do Grêmio Estudantil na Formação Cidadã dos Estudantes. In: Paraná. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE**, 2016. Paraná: SEED/PR., 2016. V.1 (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unep_keilaamaro.pdf. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação Moderna**. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/532514666/Filosofia-Da-Educacao-by-Maria-Lucia-de-Arruda-Aranha-Z-lib-org-Epub>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2007. Disponível em: <https://www.une.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Mem%C3%B3rias-Estudantis.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

ARAÚJO, Adilson Cesar de. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/116/305>. Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

AVILLA, Ana Lúcia Fiuza da Silva. Projeto Ético-Político Do Serviço Social Brasileiro e o Trabalho Profissional. In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. **Anais Eletrônicos [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180160>. Acesso em: 24 de março de 2021.

BALD, Marcele. **O GRÊMIO ESTUDANTIL NA GESTÃO ESCOLAR: Uma possibilidade de participação política da juventude**. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151660/001004248.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 de dezembro de 2021.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação & Sociedade** [online], v. 27, n. 97, p. 1137-1157, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000400004>. Acesso em: 9 de agosto de 2021.

BIANCO, Ariane Andrade; ZIEGEMANN, Rita Joseane da Luz. **As Instâncias Colegiadas e a Gestão Democrática da Escola Pública Conselho Escolar e Grêmios Estudantil**. Unidade 2, Paraná: SEED/PR., 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2459-6.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

BIANCO, Ariane Andrade; JUNIOR, Raimundo Nonato. **A contribuição dos Grêmios Estudantis para o exercício da gestão democrática**. Curitiba: Seduc, p. 41, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2459-8.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na História da Educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **EccoS Revista Científica**, Universidade Nove de Julho, São Paulo, núm. 34, p. 143-159, maio-agosto, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71532890009>. Acesso em: 14 de abril de 2021.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delbona. **Grêmios estudantis e participação do estudante**: limites e possibilidades para o processo de emancipação em comunidade de periferias da cidade de Ponta Grossa, PR. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área de Concentração: Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2016. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1210/1/Aldimara%20Catarina.pdf>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 de março de 2021.

BRASIL. **Código de ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 14 de março de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3339, de 2021**. Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências. Brasília,

DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2300570>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3418, de 2021**. Dispõe sobre a atualização da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2301371>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10316-7-abril-2020-789958-norma-pe.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-13987-7-abril-2020-789956-norma-pl.html>. Acesso em: 18 de novembro de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 de março de 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília DF: Congresso Nacional, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17398.htm. Acesso em: 14 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Novo Mais Educação: Caderno de Orientações Pedagógicas, versão II**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sobre o PNAE o que é?**. Brasília, DF: Ministério da Educação, c2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acessado em: 04 de dezembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Perguntas frequentes sobre o Programa Banda Larga nas Escolas**. Brasília, DF: Ministério da Educação, c2018. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15914. Acesso em: 11 de dezembro de 2021.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Agência Nacional de Telecomunicações. **Programa Banda Larga nas Escolas-PBLE**. Brasília DF: Ministério das Telecomunicações, 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/plano-banda-larga-nas-escolas>. Acesso em: 11 dezembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR DOCUMENTO ORIENTADOR**: Elaboração de Propostas de Redesenho Curricular. Ministério da Educação, 2016/2017, Brasília DF: MECQ/CEB, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/58611-doc-orientador-elaboracao-de-propostas-de-redesenho-curricular-prec-pdf/file#:~:text=O%20Programa%20Ensino%20M%C3%A9dio%20Inovador,das%20diferentes%20C3%A1reas%20numa%20perspectiva>. Acesso em: 18 de outubro de 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº Projeto de Lei nº 2751, de 2021**. Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 2021c. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/149320>. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/572694>. Acesso em: 28 de março de 2021.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Ajuste neoliberal no Brasil**: privatização e desnacionalização do sistema bancário brasileiro no governo FHC (1995-2002). 2013. 391 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/226/Brandao%2c%20Rafael-Tese-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 de dezembro de 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: Elementos para o Debate. *In: Serviço Social e Saúde*: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

CABRAL, Carine Grazielle da Luz. **Evasão Escolar: O que a escola tem a ver com isso?**. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação) - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo. n. 127 dez, 2016, p. 430-455. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282016000300430&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, ano XV, nº 27, 2012, p. 83-100. Disponível: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/osocial27_carrano1.pdf. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-referencias-socio-historicas-do-servico-social/2-2-desenvolvimento-de-comunidade-como-estrategia-de-insercao-do-servico-social-no-projeto-desenvolvimentista/texto-9-castro-manuel-manrique-pan-americanismo-201cmonroista201d-desenvolvimentismo-e-servico-social-in-historia-do-servico-social-na-america-latina/at_download/file. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. **Movimento estudantil e serviço social no capitalismo contemporâneo: tendências e particularidades**. 2009. 193 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17882>. Acesso em: Acesso em: 03 de dezembro de 2021

CENTRO DE ENSINO MÉDIO DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA. **Projeto Político Pedagógico-PPP**, 2020.

CENTRO DE ENSINO MÉDIO DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA. **Projeto Político Pedagógico-PPP**, 2021.

CENTRO DE ENSINO MÉDIO RUI BRASIL CAVALCANTE. **Projeto Político Pedagógico-PPP**, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. 10 razões para a presença da Psicologia e do Serviço Social nas escolas. **CFEP**, 25 out. 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/10-razoes-para-a-presenca-da-psicologia-e-do-servico-social-nas-escolas/> Acesso em: 22 de novembro de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **30 Anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)** (organizador), Conselho Regional de Serviço

Social - S. Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (coorganizadores). – Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS). **CFESS Manifesta**, Brasília: CFESS, 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf>. Acesso em: 28 de março de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. 10 razões para a presença da Psicologia e do Serviço Social nas escolas. **CFESS**, 26 out. 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1853>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

CINTRA, André; MARQUES, Raisal. **UBES - uma rebeldia consequente**: a história do movimento estudantil secundarista do Brasil. São Paulo: CEMJ, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/56635953-Ubes-uma-rebeldia-consequente.html>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA. **Projeto Político Pedagógico-PPP**, 2020-2021.

COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA. **Projeto Político Pedagógico-PPP**, 2020.

COLÉGIO BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA. **Projeto Político Pedagógico-PPP**, 2021.

COUTO, Taciane Gonçalves; ALAGOANO, Verônica Medeiros. Serviço Social e Movimentos Sociais. **Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 66–82, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/678>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 25ª região. **Manual de Orientação do/a Assistente Social**, Tocantins: CRESS. [2017?].

DAVID, Ricardo Santos. ENEM EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA ANÁLISE DO DISCURSO GOVERNAMENTAL. *In*: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro (Org). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 275-290.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 121, jan./mar, 2015, p. 7-31.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Notas sobre o projeto ético-político profissional: fundamentos, construção e desafios. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, 1o Semestre de 2017, p. 176 – 200.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. *In: Rev. Katálysis*, Florianópolis. v. 15, n. 2, dez, 2012, p. 193-202.

ESPÍRITO SANTO, Maria Ourives; DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. *In: PINHO, José Antonio Gomes. Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia* [online], Salvador: EDUFBA, 2016, p. 141-167. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hk62f/pdf/pinho-9788523218775-08.pdf>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

ENESSO. Movimento Estudantil de Serviço Social: Desafios e perspectivas. *In: Revista Inscrita*, Brasília, CFESS. Ano 9, nº 13, nov. 2012, p.42-45. Disponível em: <https://issuu.com/cfess/docs/revistainscrita13-cfess>. Acesso em 16 de abril de 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 12 ed., 2006. Disponível em: <https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/a-UNE-em-tempos-de-autoritarismo.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

FERREIRA, Alexandre José. **Grêmio Estudantil uma ferramenta para a cidadania adormecida nas instituições de ensino estaduais das séries finais do Ensino Fundamental e Médio da cidade de Guaíra – PR**. Paraná: Colégio Estadual Mendes Gonçalves-Ensino Fundamental, Médio e Profissional, 2013. Disponível em: http://www.giamendesgoncalves.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/27/890/41/arquivos/File/grmio_estudantil_uma_ferramenta_para_a_cidadania.pdf. Acesso em: 29 de outubro de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/Paulo%20Freire%20-%20Conscientiza%C3%A7%C3%A3o_pp.5-19.pdf. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNICEF, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 05 de abril de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1989. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social-1989.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

GOHN, Maria Glória. A SOCIEDADE BRASILEIRA EM MOVIMENTO: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. In: **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, mai./ago. 2014.

GOMES, Verônica Pereira; VILAR, Zita Alves; BRESSAN, Carla Rossane (coord.). **Serviço Social na Educação**. CFESS, Brasília/DF, 30 p., setembro/2001. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 03 de maio de 2021.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano; MOURA, Marcilene Rosa Leandro. Protagonismo Juvenil e Grêmio Estudantil: A Produção do Indivíduo Resiliente. **EccoS Revista Científica**, São Paulo. vol. 11, núm. 2, p. 375-392, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71512786004.pdf>. Acesso em: 03 de dezembro de 2021.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio; Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis** [online]. v. 16, n. spe. p. 39-49, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300004>. Acesso 18 outubro de 2021.

GURGEL, Aline do Monte et al. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 25, n. 12. p. 4945-4956. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25n12/4945-4956/pt>. Acesso em 18 novembro de 2021.

HORTON, Richard. Off-line: COVID-19 não é uma pandemia. **The Lancet**, vol. 396, ed. 10255, p. 874. 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext). Acesso em: 31 de agosto de 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2005. 380 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, nº 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/t7jmcDg9vPQG3bhmz3WTPCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaio Críticos**. 7ed, São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2020.2/renovacao-e-conservadorismo-iamamoto-m/view>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Rio de Janeiro: (IBGE), 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: **Miracema do Tocantins**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema-do-tocantins/historico>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: **Miranorte**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miranorte/panorama>. Acesso em: 04 de outubro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: **Lajeado do Tocantins**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/lajeado/historico>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades: **Tocantínia**. IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/tocantinia/historico>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

JUIZ determina que alunos detidos em ocupação de escola sejam liberados. **G1 TOCANTINS**, 27 out. 2016. Disponível em:

<http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/10/juiz-determina-que-estudantes-detidos-em-ocupacao-no-sejam-liberados.html>. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

LIMA, Kátia; PEREIRA, Larissa D. Contra-reforma na Educação Superior Brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.1, p. 31-50, 2009.

LOPES, Josefa Batista. 50 ANOS DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 20, n 1, p 237-252, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5054/3103>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 09 de março de 2021.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: *saberesfazer*es escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva. **ReDoc, Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 215-224, mai./ago. 2020.

MARTINS, Ricardo Vieira; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. A Invasão Francesa ao Rio de Janeiro em 1711 sob a análise da Cartografia Histórica. *In*: Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. **Anais Eletrônicos [...]**. Paraty: UFMG, 2011. 1-16p. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crhc/simpósio/MARTINS_RICARDO_V_E_FILGUEIRAS_CARLOS_ALBERTO_L.pdf. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

MACHADO, Lucas Amaral; OLIVEIRA, Sthefany Nascimento de; PIROZI, Anísio Atônio. União Nacional dos Estudantes (UNE): Do autoritarismo e repressão nos anos de 1965 a 1974 à sua representatividade dentro do contexto de redemocratização. **Revista Transformar**, Itaperuna-RJ, v.14, n.2, p. 161-177, ago./dez. 2020. Disponível em: <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/488>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação & Sociedade** [online]. v. 25, n. 88, p. 845-866. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300010>. Acesso em 1 outubro 2021.

MELO, Aparecida Vieira de; ALMEIDA, Ricardo dos Santos. Grêmio Estudantil: Mecanismo da Gestão Democrática. IN: ENFOPE, 11, 2010, Aracaju. **Anais eletrônicos [...]**, Aracaju: UNIT, 2018. 1-15 p. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/viewFile/9140/4092>. Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 09 de março de 2021.

MORENO, Arlinda Barbosa.; MATTA, Gustavo Corrêa. Covid-19 e o Dia em que o Brasil Tirou o Bloco da Rua acerca das Narrativas de vulnerabilizados e grupos de risco. In: MATTA, Gustavo Corrêa et al. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia** [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, p. 41-50.

MÜLLER, Angelica. O " ACONTECIMENTO 1968" BRASILEIRO: REFLEXÕES ACERCA DE UMA PERIODIZAÇÃO DA CULTURA DE CONTESTAÇÃO ESTUDANTIL1. **Revista de História**, São Paulo), 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/68MHPwRxfV7QDLJcWdWvPHQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 18 de agosto de 2021.

NAVARRO, Thiago Filipe Lima. **O desporto como veículo de transformação social e promoção de cidadania**. 2017. 42 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18412/1/2017_ThiagoFilipeLimaNavarro.pdf. Acesso em: 04 de novembro de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Organização das Ações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 03 de maio de 2021.

PALHARES, Isabela. Defensoria da União entra com ação na Justiça Federal para adiar Enem. **Diário do Nordeste**, 08 de jan. 2021. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/educalab/defensoria-da-uniao-entra-com-acao-na-justica-federal-para-adiar-enem-1.3031053>. Acesso em: 13 de setembro de 2021.

PAULO NETTO, José. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. n. 84, ano XXVI, 2005. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/unirio/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/o-movimento-de-reconceituacao-40-anos-depois-j-p-netto/view>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2021.

PAULO NETTO, José. O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro. **Anais [...]** Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa – Universidade Lusíada e Associação Profissional de Serviço Social em Lisboa, nº 42/45, p. 229-242, 2015. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1734/1/IS_42-45_13.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2021.

PAULO NETTO, José. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete da et al. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 9 de março de 2021.

PAVÃO Gislaine Cristina; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. Grêmios Estudantis: uma instância colegiada em debate. In: **XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE**., 2013, Curitiba: EDUCERE, 2013. 1388-1401. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/10217_6140.pdf. Acesso em: 09 de dezembro de 2021.

PM desocupa escola no TO e leva estudantes algemados para a delegacia. **G1 TOCANTINS**, 27 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2016/10/pm-desocupa-escola-no-e-leva-estudantes-algemados-para-delegacia.html>. Acesso em: 12 de dezembro de 2021.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no BRASIL. **O que é o IDH**. 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. Disponível em: https://www.academia.edu/15102046/O_poder_Jovem. Acesso em: 07 de abril de 2021.

PRADO, Andreia Aparecida; PERRUDE, Marlene R. da Silva. Grêmios Estudantis: uma Proposta de Participação Política e Democrática na Escola. Desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor. **Cadernos PDE**, v. 1, Paraná: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_uel_andreiaaparecidaprado.pdf. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

PROJETOS de Lei ameaçam a presença de profissionais da Psicologia e Serviço Social na rede pública de educação. **CFESS**, 22 out. 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1852>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola Carbajal. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p.134-152, jan./abr. 2021.

RAICHELIS, Raquel. O Trabalho do assistente social na esfera estatal. **Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, p. 377-391. 2009. Disponível em: https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1545464_LIVRO_COMPLETO_CFES_S_Servico_Social_Direitos_Sociais_e_Competicencias_Profissionais_2009.pdf. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Moraes. Movimento estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação do(a) Assistente Social brasileiro. *In: Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. Caderno Abess*, n.7, Cortez: São Paulo. 1997. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/08-caderno-abess-n7-movimento-estudantil-do-servico-social-201702011419597144220.pdf>. Acesso em 16 de abril de 2021.

ROSSA, A. **Serviço Social na educação**. 2011. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/9438630-Aline-rossa-servico-social-na-educacao.html>. Acesso em: 29 de março de 2021.

SARAIVA, Karla Saraiva; TRAVERSINI, Clarisse Salete; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, ed. 2016289, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 12 de agosto de 2021.

SENADO FEDERAL. Pesquisa DataSenado: **Educação durante a pandemia agosto/ 2020**. Brasília: Senado Federal. Secretaria de Transparência. Instituto de Pesquisa DataSenado. 2020. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/cerca-de-20-milhoes-de-brasileiros-tiveram-aulas-suspensas-em-julho-de-2020>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

SENADO FEDERAL. Pesquisa DataSenado: **Teletrabalho e Mercado de trabalho setembro/2020**. Brasília: Senado Federal. Secretaria de Transparência. Instituto de Pesquisa DataSenado. 2020. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pandemia-aumenta-o-numero-de-brasileiros-com-experiencia-em-teletrabalho>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

SILVA, Kleylenda Linhares da. Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe. *In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO*, 2011, Brasília, DF. **Anais eletrônicos [...]**. Brasília: Ipea, 2011. 1-14 p. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo12.pdf>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

SOU DA PAZ. **Caderno Grêmio em Forma**, 2. edição. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1095.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2021.

SOUSA, Regina Sueli de; CASTRO, Alessandra Gomes. **Movimentos Sociais, Direitos Humanos e Serviço Social no Brasil**. In: Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, 2013, Florianópolis: CRES-SC, 2013. p. 1-7. 2013. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Movimentos-Sociais-Direitos-Humanos-e-SS-no-Brasil2.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

SUNDE, Rosário Martinho. O Ensino Remoto em Tempos da Pandemia da Covid-19: Desafios e Perspectivas. **Revista Epistemologia e Práxis Educativa**, Teresina, ano 03, n. 03, v. 03, set./dez., 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/11176>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: 2009. 185-200 p. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

TOCANTINS. Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. **Passo a Passo Grêmio Estudantil**. Tocantins: SEDUC/TO, 2015.

TOCANTINS. Centro de Ensino Médio Rui Brasil Cavalcante. **Ofício nº 25/2021/CEM RUI BRASIL CAVALCANTE**. Miranorte, TO: CEM Rui Brasil Cavalcante, 10 de novembro de 2021. Assunto: Ações do Grêmio Estudantil do CEM Rui Brasil Cavalcante.

TOCANTINS. Colégio Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva. **Ofício nº46/2021/CEBPBRS/DIREÇÃO**. Tocantínia, TO: Colégio Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva, 04 de novembro de 2021. Assunto: Justificativa para a não realização da eleição do Grêmio Estudantil 2020 e 2021.

TOCANTINS. Secretaria de estado da educação. Colégio Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva. Grêmio Estudantil Daniela Lopes. **Estatuto**. Tocantínia, TO, 08 de abril de 2014.

TOCANTINS. Secretaria de estado da educação. Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula. Grêmio Estudantil. **Ata de Reunião**. Miracema do Tocantins, TO, 21 de setembro de 2020a.

TOCANTINS. Secretaria de estado da educação. Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula. Grêmio Estudantil. **Ata de Eleição**. Miracema do Tocantins, TO, 30 de setembro de 2020b.

TOCANTINS. Secretaria de estado da educação. Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula. Grêmio Estudantil. **Ata de Posse da Diretoria do Grêmio**. Miracema do Tocantins, TO, 07 de outubro de 2020c.

TOCANTINS. Secretaria de estado da educação. Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula. Grêmio Estudantil. **Propostas de Ações Grêmio Estudantil**. Miracema do Tocantins, TO, 21 de setembro de 2020d.

TOCANTINS. Secretaria de estado da educação. Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula. Grêmio Estudantil. **Evidências das Ações do Grêmio Estudantil no Ano de 2020**. Miracema do Tocantins, TO, 2020e.

TOCANTINS. Secretaria de estado da educação. Centro de Ensino Médio Dona Filomena Moreira de Paula. Grêmio Estudantil. **Ata de Reunião**. Miracema do Tocantins, TO, 23 de setembro de 2021a.

TOCANTINS. Secretaria de estado da educação. Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência. Grêmio Estudantil Professor Carlito. **Estatuto**. Lajeado, TO, 2021b.

TOCANTINS. ANEXO ÚNICO À LEI Nº 2.977, DE 8 DE JULHO DE 2015. **Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025)**. Diretrizes Específicas, Metas e Estratégias. Tocantins, TO: Governo do Estado do Tocantins, 2015. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/412369/>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

TOCANTINS. Secretaria da Educação, Juventude e Esportes. **Regimento Escolar da Rede Estadual de Ensino do Tocantins 2015**. Tocantins: SEDUC, 2015b. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/395511>. Acesso em: 04 de dezembro de 2021.

TOCANTÍNIA (TO). **Câmara Municipal de Tocantínia**. Disponível em: <https://tocantinia.to.leg.br/pagina/Historia>. Acesso em: 23 de outubro de 2021.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Protagonismo: Guia para grêmios**. São Paulo: UBES, 2019. Disponível em: [/https://issuu.com/contraregras/docs/zine_ubes_final_1](https://issuu.com/contraregras/docs/zine_ubes_final_1). Acesso em: 19 de abril de 2021.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Os frutos da primavera secundarista. **Revista da Gestão 2015-2017**, Goiás: UBES, p. 24-27, 2015-2017. Disponível em: https://issuu.com/contraregras/docs/ubes_revista_gestao_20x26_5cm_13jj. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Estudantes ocupam escolas no Dia Nacional de Mobilização contra o desmonte da educação. **UBES**, 05 de outubro de 2016. Disponível em: <https://ubes.org.br/2016/estudantes-ocupam-escolas-no-dia-nacional-de-mobilizacao-contr-a-desmonte-da-educacao/>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. **Modelo de Estatuto**. UBES, 2015. Disponível em: <https://ubes.org.br/gremios/>. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS. Monte seu grêmio em 5 passos. **UBES**, c2021. Disponível em: <https://ubes.org.br/gremios/>. Acesso em: 07 de novembro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto de Extensão Grêmios Estudantis: ações para a organização e participação política e iniciação científica (GEST)**. Miracema/TO: UFT, 2020a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatórios Mensais do (a) Bolsista Projeto de Extensão Grêmios Estudantis: ações para a organização e participação política e iniciação científica (GEST)**. Miracema/TO: UFT, 2020b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto de Extensão Grêmios Estudantis - Do ensino fundamental ao médio: capacitando agentes multiplicadores (GEST-FM)**. Miracema/TO: UFT, 2021.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **História**. UNE. c2021. Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/historia/>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998. Disponível em: https://www.academia.edu/34947983/Vergara_sylvia_constant_projetos_e_relatorios_de_pes

[quisa em administracao 150205113714 conversion gate?auto=download&email_work_card=download-paper](#). Acesso em: 20 de abril de 2021.

ZOCCAL, Mariana Pinto. Jornadas de Junho de 2013: A Cidade como palco dos novos movimentos sociais de protesto brasileiro. *In: Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca*, São Paulo, v.12, n.1, p.317-335, jul. 2017. Disponível em: <https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/356>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

APÊNCICE A – OFÍCIO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DOCUMENTAL: CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA

APÊNCICE B – OFÍCIO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DOCUMENTAL: CEM RUI BRASIL CAVALCANTE

APÊNCICE C – OFÍCIO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DOCUMENTAL: COLÉGIO ESTADUAL DRº VALDECY PINHEIRO

APÊNCICE D – OFÍCIO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DOCUMENTAL: COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA

APÊNCICE E – OFÍCIO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DOCUMENTAL: COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA

APÊNCICE F – OFÍCIO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA DOCUMENTAL: DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA

A – CEM DONA FILOMENA MOREIRA DE PAULA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS****CÂMPUS DE MIRACEMA****CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Av. Lourdes Solino, s/n – Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins/TO

(63) 3366-8639 | Miracema.uft.edu.br | ssocial@uft.edu.br

Miracema do Tocantins, 29 de outubro de 2021.

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa documental

Solicitamos autorização para realização de pesquisa documental cujo tema envolve: O Serviço Social no processo de organização e participação político-social dos adolescentes através dos grêmios estudantis num período remoto emergencial, objetivando de forma geral: compreender e analisar a contribuição do Serviço Social no processo de formação, organização e participação político-social dos grêmios estudantis e as ações realizadas por estes, e específica: analisar as características e demandas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos grêmios estudantis de Miracema e entorno nas escolas; conhecer as ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes e gestão escolar; refletir sobre a contribuição do Serviço Social no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil. Junto ao CEM Dona Filomena Moreira de Paula durante o segundo semestre do ano de 2021. A pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Hélia Chaves Silva, matriculada no Curso de Serviço Social sob o número 2017113942, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT). A pesquisa consiste em coletar os dados dos seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação, Ata de fundação ou histórico e organograma da Colégio/CEM, Estatuto do Grêmio Estudantil, Regimento Interno do Grêmio Estudantil, Plano de Atividades e Relatório Anual de Atividades do Grêmio de 2020 e 2021 e atas deste período.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (63) 98452-9907 e e-mail: gislenerabelo@hotmail.com da Professora Mestre Gislene Ferreira Araújo – orientadora da pesquisa e telefone (63) 98407-6307 da acadêmica pesquisadora e e-mail: helia.chaves@mail.uft.edu.br

Aproveitamos o momento para externar nossos mais sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Gislene', is located below the 'Atenciosamente,' text.

Prof.ª Me Gislene Ferreira Araújo
Profa. Curso de Serviço UFT – Campus Miracema do TO

B – CEM RUI BRASIL CAVALCANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CÂMPUS DE MIRACEMA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



Av. Lourdes Solino, s/n – Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins/TO

(63) 3366-8639 | Miracema.uft.edu.br | ssocial@uft.edu.br

Miracema do Tocantins, 29 de outubro de 2021.

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa documental

Solicitamos autorização para realização de pesquisa documental cujo tema envolve: O Serviço Social no processo de organização e participação político-social dos adolescentes através dos grêmios estudantis num período remoto emergencial, objetivando de forma geral: compreender e analisar a contribuição do Serviço Social no processo de formação, organização e participação político-social dos grêmios estudantis e as ações realizadas por estes, e específica: analisar as características e demandas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos grêmios estudantis de Miracema e entorno nas escolas; conhecer as ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes e gestão escolar; refletir sobre a contribuição do Serviço Social no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil. Junto ao CEM Rui Brasil Cavalcante durante o segundo semestre do ano de 2021. A pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Hélia Chaves Silva, matriculada no Curso de Serviço Social sob o número 2017113942, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT). A pesquisa consiste em coletar os dados dos seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação, Ata de fundação ou histórico e organograma da Colégio/CEM, Estatuto do Grêmio Estudantil, Regimento Interno do Grêmio Estudantil, Plano de Atividades e Relatório Anual de Atividades do Grêmio de 2020 e 2021 e atas deste período.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (63) 98452-9907 e e-mail: gislenerabelo@hotmail.com da Professora Mestre Gislene Ferreira Araújo – orientadora da pesquisa e telefone (63) 98407-6307 da acadêmica pesquisadora e e-mail: helia.chaves@mail.uft.edu.br

Aproveitamos o momento para externar nossos mais sinceros agradecimentos.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Gislene', is located in the lower center of the page.

Atenciosamente,

Prof.ª Me Gislene Ferreira Araújo
Profa. Curso de Serviço UFT – Campus Miracema do TO

C – COLÉGIO ESTADUAL DRº VALDECY PINHEIRO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS****CÂMPUS DE MIRACEMA****CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Av. Lourdes Solino, s/n – Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins/TO

(63) 3366-8639 | Miracema.uft.edu.br | ssocial@uft.edu.br

Miracema do Tocantins, 29 de outubro de 2021.

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa documental

Solicitamos autorização para realização de pesquisa documental cujo tema envolve: O Serviço Social no processo de organização e participação político-social dos adolescentes através dos grêmios estudantis num período remoto emergencial, objetivando de forma geral: compreender e analisar a contribuição do Serviço Social no processo de formação, organização e participação político-social dos grêmios estudantis e as ações realizadas por estes, e específica: analisar as características e demandas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos grêmios estudantis de Miracema e entorno nas escolas; conhecer as ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes e gestão escolar; refletir sobre a contribuição do Serviço Social no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil. Junto Colégio Estadual Dr. Valdecy Pinheiro durante o segundo semestre do ano de 2021. A pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Hélia Chaves Silva, matriculada no Curso de Serviço Social sob o número 2017113942, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT). A pesquisa consiste em coletar os dados dos seguintes documentos: Ata de fundação ou histórico e organograma da Colégio/CEM, Estatuto do Grêmio Estudantil, Regimento Interno do Grêmio Estudantil, Plano de Atividades e Relatório Anual de Atividades do Grêmio de 2020 e 2021 e atas deste período..

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (63) 98452-9907 e e-mail: gislenerabelo@hotmail.com da Professora Mestre Gislene Ferreira Araújo – orientadora da pesquisa e telefone (63) 98407-6307 da acadêmica pesquisadora e e-mail: helia.chaves@mail.uft.edu.br

Aproveitamos o momento para externar nossos mais sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Prof.ª. Me Gislene Ferreira Araújo
Profa. Curso de Serviço UFT – Campus Miracema do TO

D – COLÉGIO ESTADUAL NOSSA SENHORA DA PROVIDÊNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



Av. Lourdes Solino, s/n – Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins/TO

(63) 3366-8639 | Miracema.uft.edu.br | ssocial@uft.edu.br

Miracema do Tocantins, 29 de outubro de 2021.

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa documental

Solicitamos autorização para realização de pesquisa documental cujo tema envolve: O Serviço Social no processo de organização e participação político-social dos adolescentes através dos grêmios estudantis num período remoto emergencial, objetivando de forma geral: compreender e analisar a contribuição do Serviço Social no processo de formação, organização e participação político-social dos grêmios estudantis e as ações realizadas por estes, e específica: analisar as características e demandas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos grêmios estudantis de Miracema e entorno nas escolas; conhecer as ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes e gestão escolar; refletir sobre a contribuição do Serviço Social no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil. Junto Colégio Estadual Nossa Senhora da Providência durante o segundo semestre do ano de 2021. A pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Hélia Chaves Silva, matriculada no Curso de Serviço Social sob o número 2017113942, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT). A pesquisa consiste em coletar os dados dos seguintes documentos: Ata de fundação ou histórico e organograma da Colégio/CEM, Estatuto do Grêmio Estudantil, Regimento Interno do Grêmio Estudantil, Plano de Atividades e Relatório Anual de Atividades do Grêmio de 2020 e 2021 e atas deste período.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (63) 98452-9907 e e-mail: gislenerabelo@hotmail.com da Professora Mestre Gislene Ferreira Araújo – orientadora da pesquisa e telefone (63) 98407-6307 da acadêmica pesquisadora e e-mail: helia.chaves@mail.uft.edu.br

Aproveitamos o momento para externar nossos mais sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Prof.ª Me Gislene Ferreira Araújo
Profa. Curso de Serviço UFT – Campus Miracema do TO

E – COLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CÂMPUS DE MIRACEMA

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



Av. Lourdes Solino, s/n – Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins/TO

(63) 3366-8639 | Miracema.uft.edu.br | ssocial@uft.edu.br

Miracema do Tocantins, 29 de outubro de 2021.

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa documental

Solicitamos autorização para realização de pesquisa documental cujo tema envolve: O Serviço Social no processo de organização e participação político-social dos adolescentes através dos grêmios estudantis num período remoto emergencial, objetivando de forma geral: compreender e analisar a contribuição do Serviço Social no processo de formação, organização e participação político-social dos grêmios estudantis e as ações realizadas por estes, e específica: analisar as características e demandas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos grêmios estudantis de Miracema e entorno nas escolas; conhecer as ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes e gestão escolar; refletir sobre a contribuição do Serviço Social no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil. Junto Colégio Estadual Batista Professora Beatriz Rodrigues da Silva durante o segundo semestre do ano de 2021. A pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Hélia Chaves Silva, matriculada no Curso de Serviço Social sob o número 2017113942, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT). A pesquisa consiste em coletar os dados dos seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico, Plano de Ação, Ata de fundação ou histórico e organograma da Colégio/CEM, Estatuto do Grêmio Estudantil, Regimento Interno do Grêmio Estudantil, Plano de Atividades e Relatório Anual de Atividades do Grêmio de 2020 e 2021 e atas deste período.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (63) 98452-9907 e e-mail: gislenerabelo@hotmail.com da Professora Mestre Gislene Ferreira Araújo – orientadora da pesquisa e telefone (63) 98407-6307 da acadêmica pesquisadora e e-mail: helia.chaves@mail.uft.edu.br

Aproveitamos o momento para externar nossos mais sinceros agradecimentos.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Gislene', is located in the center of the page.

Atenciosamente,

Prof.ª. Me Gislene Ferreira Araújo
Prof.ª. Curso de Serviço UFT – Campus Miracema do TO

F – DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MIRACEMA**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS****CÂMPUS DE MIRACEMA****CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Av. Lourdes Solino, s/n – Setor Universitário | 77650-000 | Miracema do Tocantins/TO

(63) 3366-8639 | Miracema.uft.edu.br | ssocial@uft.edu.br

Miracema do Tocantins, 26 de novembro de 2021.

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa documental

Solicitamos autorização para realização de pesquisa documental junto Diretoria Regional de Educação de Miracema, durante o segundo semestre do ano de 2021. A pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Hélia Chaves Silva, matriculada no Curso de Serviço Social sob o número 2017113942, vinculado à Universidade Federal do Tocantins (UFT) e tem como tema “O Serviço Social no processo de organização e participação político-social dos adolescentes através dos grêmios estudantis num período remoto emergencial”. O Objetivo geral é compreender e analisar a contribuição do Serviço Social no processo de formação, organização e participação político-social dos grêmios estudantis e as ações realizadas por estes e, os objetivos específicos é analisar as características e demandas sociais e políticas apresentadas e atendidas pelos grêmios estudantis de Miracema e entorno nas escolas; conhecer as ações desenvolvidas pelos grêmios estudantis a fim de contribuir para o melhoramento da organização e participação político-social e atendimento das demandas apresentadas pelos estudantes e gestão escolar; refletir sobre a contribuição do Serviço Social no fortalecimento do protagonismo, organização e participação estudantil. Dessa forma, solicitamos acesso aos documentos referentes ao levantamento de Grêmios estudantis ativos e inativos no período de 2020 e 2021.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (63) 98452-9907 e e-mail: gislenerabelo@hotmail.com da Professora Mestre Gislene Ferreira Araújo – orientadora da pesquisa e telefone (63) 98407-6307 da acadêmica pesquisadora e e-mail: helia.chaves@mail.uft.edu.br

Aproveitamos o momento para externar nossos mais sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Prof.ª. Me Gislene Ferreira Araújo
Profa. Curso de Serviço UFT – Campus Miracema do TO

ANEXO A – OFÍCIO Nº 25/2021/CEM RUI BRASIL CAVALCANTE

ANEXO B – OFÍCIO Nº 46/2021/CEBPBRS/DIREÇÃO

A – OFÍCIO Nº 25/2021/CEM RUI BRASIL CAVALCANTE

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO, JUVENTUDE
E ESPORTES

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



CEM Rui Brasil Cavalcante – Tel.: (63) 3355-1508 End:
Avenida Castelo Branco, 1.914/Vila Maria, CEP 77.660-000 –
Miranorte – TO/ e-mail: ruibrasil@ue.seduc.to.gov.br

OFÍCIO Nº 25 /2021/CEM RUI BRASIL CAVALCANTE

Miranorte, 10 de Novembro de 2021.

A Sua Senhoria a Senhora
HÉLIA CHAVES
Bolsista PIBEX
Miranorte -TO

Assunto: **Ações do Grêmio Estudantil do CEM Rui Brasil Cavalcante.**

Senhora Bolsista,

Em resposta ao projeto “Grêmios Estudantis: Ações para organização e participação política e iniciação científica (GEST)”:

Considerando o período pandêmico que iniciou-se em março de 2020 tivemos muitos percursos e obstáculos para a execução de ações de forma presencial, as ações foram desenvolvidas de forma remota ou á distância;


Considerando o período pandêmico, nosso Projeto Político Pedagógico teve que sofrer alterações em seu cronograma de ação, muitas ações ou foram reprogramadas, ou adaptadas para serem executadas a distância;

Considerando que o período validado pela eleição de 2019, no ano de 2020, tivemos alguns componentes das comissões que encerraram o ensino médio, sendo substituídos pelos respectivos suplentes;

Considerando o ano de 2020 as ações que foram desenvolvidas pelo grêmio estudantil foram: participação da gincana promovida pela Universidade Federal do Tocantins, Aulões das respectivas áreas do conhecimento: Linguagens; matemática; ciências da natureza e ciências humanas e arrecadação de alimentos para a população carente de nossa comunidade.

Informamos ainda que no ano de 2021 o grêmio está inativo em função de que muitos componentes das comissões pediram afastamento em razão de estarem no terceiro ano do ensino médio.

Sem mais a acrescentar, agradecemos pela parceria.



Sebastião Ferreira de Castro Junior
Diretor da Unidade Escolar
Ato nº 118 – DSG 05/02/2020

B – OFÍCIO Nº 46/2021/CEBPBRS/DIREÇÃOSECRETARIA DA
EDUCAÇÃO, JUVENTUDE
E ESPORTES**TOCANTINS**
GOVERNO DO ESTADOCOLÉGIO ESTADUAL BATISTA PROFESSORA
BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA
Rua Dona Tomázia nº 425 – Centro, CEP 77640-000
Tel. 63 3367 1383 - Tocantínia - TO
email: batistasilva@ue.seduc.to.gov.br

Ofício nº.46/ 2021/CEBPBRS/DIREÇÃO

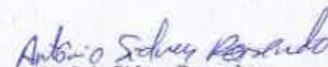
Tocantínia, 04 de novembro de 2021.

A Sua Senhoria, a Senhora
Gislene Ferreira Araújo
Profª do Curso de Serviço Social UFT-Campus de Miracema do Tocantins

Assunto: **Justificativa para a não realização da eleição do Grêmio Estudantil 2020 e 2021**

1. Após cumprimentá-la cordialmente, informamos a Vossa Senhoria o porquê da não realização da eleição do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual Batista Professor Beatriz Rodrigues da Silva nos anos 2020 e 2021.
2. Os alunos que faziam parte do Grêmio no ano de 2019 eram todos das terceiras séries, e perderam o vínculo com o Colégio para o ano de 2020 deixando o Grêmio sem diretoria efetivada.
3. A eleição para a escolha dos novos membros do grêmio seria no mês de março, o que não ocorreu devido a suspensão das aulas em virtude da COVID-19, que ocorreu aos 17 dias do mês supracitado.
4. Devido ao prolongamento da suspensão das aulas não foi possível realizar as eleições no ano de 2020 e 2021 uma vez que o voto é realizado de forma presencial e de maneira secreta.
5. Vale lembrar que o Grêmio é uma instituição de responsabilidade dos estudantes sobre a supervisão do Colégio e que por causa da ausência física dos alunos no Colégio, não foi possível realizar novas eleições, uma vez que voltamos as aulas de forma híbrida e muito optaram por permanecerem apenas com os roteiros ou com aulas on line.
6. Renovamos nossos protestos de respeito e consideração e no colocamos a disposição pelo e-mail batistasilva@ue.seduc.to.gov.br e telefone 3367-1383.

Atenciosamente,


Antônio Sidney Rosendo
Diretor da U.E. Mat. 1051547-4
Port. Nº. 736 de 26/03/2019